

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ISABELLA OLIVEIRA DA SILVA

“Estamos criando algo a que podemos chamar de lusofonia horizontal”: o embate entre o sonho lusófono nas crônicas de Agualusa e o conservadorismo brasileiro contemporâneo em *O Globo* (2015-2018)

UBERLÂNDIA

2023

ISABELLA OLIVEIRA DA SILVA

“Estamos criando algo a que podemos chamar de lusofonia horizontal”: o embate entre o sonho lusófono nas crônicas de Agualusa e o conservadorismo brasileiro contemporâneo em *O Globo* (2015-2018)

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura e bacharelado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos.

UBERLÂNDIA

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586	Silva, Isabella Oliveira da, 2000-
2023	"Estamos criando algo a que podemos chamar de lusofonia horizontal": o embate entre o sonho lusófono nas crônicas de Agualusa e o conservadorismo brasileiro contemporâneo em O Globo (2015-2018) / Isabella Oliveira da Silva. - 2023. Orientadora: Ana Flávia Cernic Ramos Cernic Ramos. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em História. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. 1. História. I. Ramos, Ana Flávia Cernic Ramos Cernic, 1978-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III. Título.
	CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

ISABELLA OLIVEIRA DA SILVA

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a Ana Flávia Cernic Ramos (Orientadora)

Prof.^a. Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

UBERLÂNDIA

2023

AGRADECIMENTOS

Sempre fui uma garota tímida, que com dezessete anos, na pele de uma adolescente indecisa e reclusa, saindo do Ensino Médio, teve que decidir qual caminho seguiria a partir dali. Depois de pensar e repensar muitas vezes o que faria, cheguei em Uberlândia, pela primeira vez longe de tudo que me era familiar, adentrando na História, na UFU. Através deste curso, descobri novos interesses, me desencantei e me encantei novamente com as possibilidades da minha formação e fui construindo-me historiadora. O trabalho que se segue é apenas um (não tão) pequeno passo dessa trajetória de quase seis anos, que contou com a colaboração de várias pessoas que me permitiram estar aqui escrevendo essas palavras.

Queria agradecer primeiramente à minha família. Ao meu pai, que concordou com a minha decisão de mudar de cidade e estado, mesmo a contragosto, entendendo que eu precisava daquilo para crescer. À minha mãe, que quando que pensei em desistir, disse que eu podia voltar para casa, mas acreditava que eu conseguiria. Às minhas irmãs, as quais eu não estava ao lado enquanto elas tornaram-se adultas, mas me ancoraram de longe. À minha avó, que escreveu uma oração no dia que eu decidi sair de Orlândia, tentando proteger a neta que sempre esteve perto dela. À minha tia-avó Celina, que sentiu falta constante da sobrinha que cuidou desde a infância, e que me incentivou desde sempre a ser leitora. Ao meu avô, a quem eu perdi nessa jornada. A todos meus familiares, que estiveram ali, apesar das diferenças, meu muito obrigada.

Queria agradecer aos meus amigos. Aqueles da infância e da adolescência, que ficaram na minha cidade natal ou que foram para outros locais para seguir seus sonhos, aqueles que mantenho contato ainda hoje (queria estar sempre do lado de vocês, Ari e Taís) ou para aqueles que o tempo acabou afastando, mas fizeram parte de quem eu sou hoje. Às amigas que eu formei na História, através das aulas em comum e dos projetos que eu participei, especialmente de uma iniciativa que nunca pensei que me tornaria parte, a Chronos, que me fez próxima de pessoas ótimas que eu possivelmente não conheceria em outras circunstâncias. Às meninas que me acompanharam desde o começo dessa vida universitária e aguentaram minhas lágrimas, de tristeza e de felicidade. Obrigada, Diva, Nat e Nay por estarem ao meu lado durante esses anos.

Em relação a UFU propriamente, agradeço a FAPEMIG, por facilitar e financiar a iniciação científica, cuja pesquisa se desdobrou no atual trabalho. Agradeço também a oportunidade que apareceu nos últimos meses, de um estágio no Setor de Restauração dentro da universidade, que abriu meus olhos para trabalhar em outro campo, mesmo que eu continue gostando da licenciatura e da pesquisa historiográfica. Obrigada também às pessoas que me acolheram nesse estágio, que me ensinaram tanto nesse período tão curto. Gostaria de ter tido um pouco mais de tempo com vocês, Ju e James, vocês foram incríveis. Quanto a graduação,

agradeço aos docentes, à professora Daniela que aceitou participar dessa conclusão de curso e, em especial, ao professor Florisvaldo, não só por também compor essa banca, mas porque involuntariamente colaborou para esta monografia, comentando despreziosamente durante uma das aulas de História de África sobre um autor angolano que escreveu sobre Ginga.

Por fim, agradeço à minha orientadora, que demonstrou, em todas as suas aulas que tive durante minha formação, como ser uma boa professora, cujas explicações sobre Brasil imperial me fez querer estudar, pelo menos um pouquinho, meu país. Que durante um encontro do clube de literatura, ainda no meu segundo ano de graduação, disse que eu deveria tentar começar a esboçar um projeto de IC. Ideia que eu segui e depois de um tempo culminou nesse trabalho. Obrigada, Ana, por me acompanhar durante esses anos de pesquisa, me fazendo ser uma aluna e uma pesquisadora melhor, que tentou me acalmar nas (muitas) vezes que não achei que era suficiente para estar aqui e que ainda hoje me incentiva a continuar essa jornada acadêmica.

Por mais que eu goste de escrever, fato refletido nesta monografia e uma característica que eu quero aprimorar daqui pra frente, sempre tive bastante dificuldade de me abrir numa perspectiva pessoal, minha família e meus amigos bem sabem disso. Mesmo assim, espero ter conseguido expressar o quanto sou grata a todos, os que citei aqui e muitas outras pessoas, por fazerem parte da construção da pessoa que sou hoje. Muito obrigada!

“Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora.”

(Carolina Maria de Jesus)

“O Brasil aplaude a miscigenação quando clareia. Quando escurece, ele condena. O táxi não para pra você, mas a viatura para. Esse é o problema urgente do Brasil.”

(Emicida)

“A raça não existe para você porque nunca foi uma barreira. Os homens negros não tem essa oportunidade.”

(Chimamanda Ngozi Adichie)

RESUMO

Em 2015, uma nova voz passa a integrar o escopo de colunistas do jornal brasileiro *O Globo*, com a publicação de textos semanais do literato e jornalista angolano José Eduardo Agualusa. A partir da análise de suas crônicas publicadas entre 2015 e 2018, este trabalho pretende compreender as formas pelas quais o escritor tratou em suas crônicas temas como lusofonia, mestiçagem e conservadorismo. Voltados para o público brasileiro, tais textos foram produzidos em meio a um contexto de grande agitação política e social no Brasil. A partir de uma perspectiva da História Social da Cultura, no qual texto, autor e contexto são vistos em interlocução, a pesquisa também explora as similaridades e distanciamentos entre as perspectivas política e sociais de Agualusa e do Grupo Globo quanto a conjuntura vivenciada no país na segunda metade da década de 2010. Considerando esse contexto brasileiro recente e a historicidade do próprio Agualusa, o trabalho visa analisar como o projeto lusófono do angolano, pautado pela horizontalidade das relações entre povos de língua portuguesa e anunciado em suas crônicas desde sua estreia em *O Globo*, é afetado pela ascensão nacional do ultraconservadorismo cultural, político e social.

Palavras-chave: Agualusa; Brasil; Conservadorismo; Imprensa; Lusofonia; Mestiçagem.

ABSTRACT

In 2015, a new voice joined the ranks of columnists for the Brazilian newspaper *O Globo*, with the publication of weekly texts by Angolan writer and journalist José Eduardo Agualusa. Through the analysis of his chronicles published between 2015 and 2018, this work aims to understand the ways in which the writer has dealt with themes such as lusophony, miscegenation, and conservatism in his chronicles. Aimed at the Brazilian public, these texts were produced in a context of great political and social unrest in Brazil. From a perspective of the Social History of Culture, in which text, author and context are seen in interlocution, the research also explores the similarities and distances between the political and social perspectives of Agualusa and Grupo Globo regarding the situation experienced in the country in the second half of the 2010s. Considering this recent Brazilian context and the historicity of Agualusa himself, the work aims to analyze how the Angolan's Lusophone project, based on the horizontality of relations between Portuguese-speaking peoples and announced in his chronicles since his debut in *O Globo*, is affected by the national rise of cultural, political and social ultra-conservatism.

Keywords: Agualusa; Brazil; Conservatism; Press; Lusophony; Miscegenation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 - A chegada de Agualusa n' <i>O Globo</i>	16
<i>O Globo</i> na história brasileira	23
Uma crônica programa? A estreia de Agualusa n' <i>O Globo</i>	35
Capítulo 2 – Agualusa e a construção da lusofonia: a defesa da mestiçagem cultural	48
O sonho lusófono de Agualusa.....	54
Extraordinária mestiçagem brasileira: cultura versus raça	63
Capítulo 3 – A escalada ultraconservadora e seus efeitos no Brasil de Agualusa	85
Agualusa pela defesa de um país democrático	89
O Brasil enfrenta o Anti-Brasil	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

O presente trabalho deriva-se de uma pesquisa de iniciação científica de quase três anos, cujo estopim foi uma indicação literária durante uma aula remota sobre Ginga, líder do reino de Ndongo por décadas no século XVII, território onde atualmente se localiza Angola. Catalisada pela leitura da obra *A rainha Ginga* (2014), bem como de outros romances do literato e jornalista angolano José Eduardo Agualusa, essa pesquisa passou por várias etapas e transformações até desembocar na atual monografia. A maior guinada dessa trajetória se deu no final de 2021 com a descoberta de que Agualusa tornara-se em 2015 um colunista do jornal *O Globo*, produzindo textos semanais que inicialmente foram tratados como fontes secundárias no projeto de iniciação científica. Analisados conjuntamente com algumas obras literárias agualusianas, tais textos lentamente tornaram-se o escopo principal do projeto. Isso porque, através dessas crônicas, como ele mesmo intitulou suas publicações em *O Globo*, Agualusa deu grande destaque a pauta lusófona e a diversos processos históricos contemporâneos brasileiros, dois vieses que eu gostaria de explorar em minha análise. Foi estabelecido um recorte temporal de quatro anos para o presente trabalho, ou seja, foram estudados textos escritos e publicados entre 2015 e 2018. Tal recorte me permitiu acompanhar as percepções de Agualusa sobre o contexto sociopolítico brasileiro até uma das eleições mais polêmicas da história recente do país, percepções que foram lançadas em um dos jornais de maior circulação do país através das crônicas, um gênero textual interessante, que habita o limiar entre a literatura e o jornalismo.

As variadas análises que existem acerca do gênero cronístico vão desde a etimologia da palavra “crônica” (do grego *chronos*, relativo ao tempo), perpassando suas características na era medieval (em um formato de relato cronológico de acontecimentos históricos) até seu dito ápice do século XII em vários países europeus, quando se aproximou da historiografia¹. Jorge de Sá aponta a importância do desenvolvimento do gênero cronístico em Portugal uma vez que isto impactou a história brasileira, com o advento das crônicas pelas grandes navegações, onde eram descritas a chegada dos navegadores nas terras além-mar e a exuberância do território brasileiro. Sá diz: “A história da nossa literatura se inicia, pois, com a circunstância de um descobrimento: oficialmente, a Literatura Brasileira nasceu da crônica”². Se chegou às nossas terras por influência portuguesa, marcada por um caráter descritivo, a crônica foi se transformando conforme os séculos, aderindo a novos contornos no Brasil. Assim, a acepção

¹ MOISÉS, Maussad. *A criação literária: Prosa II*. São Paulo: Cultrix, 19ª ed., 2005.

² SÁ, Jorge de. *A Crônica*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1985, p.8.

moderna do gênero começou a se manifestar no Oitocentos, simultaneamente se aproximando dos jornais, pelo avanço da imprensa, e se associando cada vez mais com a literatura.

No XIX, a crônica se adaptou ao espaço dos folhetins, no rodapé dos jornais, contando com nomes de literatos importantes para as letras nacionais, como José de Alencar e Machado de Assis³. Com a chegada do século XX e a modernização da imprensa, a crônica foi se fixando como um dos principais gêneros textuais brasileiros, atraindo atenção de pesquisadores, que buscavam categorizá-la. O sociólogo e crítico literário Antonio Candido é um desses estudiosos, indicando a crônica como um “gênero menor”, que abarca o cotidiano sem grandes pretensões, uma vez que é filha do jornal e este é uma publicação efêmera, produzida para consumo diário. Embora aponte que a crônica pode tratar de assuntos mais sérios através de diversos meios de escrita, Candido atribui essencialmente ao gênero características como o humor e a simplicidade. Segundo o autor, a crônica é uma escrita próxima aos leitores e que “para muitos pode servir de caminho não apenas para vida, que ela serve de perto, mas para a literatura”⁴. Para Candido, o ser cronista dá “[...] aos objetos e aos sentimentos um arranjo tão aparentemente desarranjados e na verdade tão expressivo, tirando significado do que parece insignificante [... assim] dar sentido de repente ao vácuo absoluto é a magia da crônica”⁵.

Esta é apenas uma das variadas significações possíveis dada à crônica. Embora admitam que Candido seja um crítico atento ao valor da crônica, os organizadores do livro *História em Cousas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil* apontam que a interpretação deste autor indica uma suposta ausência de elaboração narrativa no gênero⁶. Marcadas pela ideia de espontaneidade, elas seriam compreendidas por Candido como despreziosas e datadas, tal como uma notícia veiculada pelo suporte de publicação comum às crônicas, o jornal. Chalhoub, Neves e Pereira, bem como outros autores de *História em Cousas Miúdas*, não compartilham dessa noção da crônica. Entendem que o gênero, em consolidação em meados do Oitocentos, já era naquele momento marcado pela tensão entre a elaboração narrativa e um diálogo mais direto com questões do seu tempo⁷. Como indica Ana Flávia Cernic Ramos quando analisa a série “Balas de Estalo” de Machado de Assis, “[...] apesar da crônica se caracterizar como um espaço de descontração e humor, de temas diversos e soltos, esse não

³ TUZINO, Yolanda M. M. Crônica: uma intersecção entre o Jornalismo e Literatura. *BOCC, Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 2009.

⁴ CANDIDO, Antonio. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p.13.

⁵ *Ibid.*, p.22.

⁶ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de S.; PEREIRA, Leonardo A. de M. Apresentação. In: _____. *História em Cousas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

⁷ *Ibid.*, p.13.

é seu único papel. Ela é um grande espaço de comentário sobre tudo o que está acontecendo [...]”⁸. Assim, longe de ser um gênero simples, a crônica pode ser entendida como um campo de experimentação literária, onde o cronista é responsável pela cumplicidade entre autor-público de modo a abordar sua temporalidade, tentando analisar e transformar seu contexto, através da capacidade interventora das crônicas. Concomitantemente, a crônica também significa um testemunho do tempo vivido, tendo potencial como fonte histórica.

Essa correlação entre o gênero cronístico e o contexto temporal e espacial experienciado pelo cronista não se perde com a chegada do século XXI. Como indica Regina de Oliveira Tonelli ao anunciar as mudanças que ocorreram na configuração do gênero graças às novas tecnologias, a crônica contemporânea continua afetada pela temporalidade vivida: “se ela registra o tempo e ele se transforma, ela também se transforma ao registrá-lo. Faz o registro de cada época e assume nova forma para fazer esse tipo de registro. Está duplamente vinculada ao tempo”⁹. O trabalho de Luís Eduardo Veloso Garcia corrobora com essa perspectiva e reitera que esse gênero textual ganha cada vez mais força na atualidade, permanecendo como segmento significativo nos jornais brasileiros, físicos e digitais, mas não sendo afetado diretamente pela crise mercadológica, pois também adentrou outros meios de divulgação com o advento da Internet¹⁰. Ao indicar que a crônica é o gênero que mais se alimenta do tempo presente, Garcia alega que a crônica só existe com o contemporâneo e “o contemporâneo dentro dela precisa ser dinâmico e vivo, a ponto de criar diálogo com as pessoas que vivem esse tempo, pois sem essa possibilidade nada que existe nela sobrevive, nem em seu valor mercadológico e nem em seu valor literário”¹¹. Portanto, apesar dos novos contornos que a cibercultura atribuiu ao gênero, Garcia conclui que seu cerne se mantém tanto em seu formato canônico quanto em suas alterações atuais: “a representação da vida de uma pessoa do tempo presente por meio dos rastros de seu cotidiano, quase como um documento, mas que não se veste com essa seriedade documental, afinal, a leveza é sempre sua verdadeira medida”¹².

Através desses rastros do cotidiano, a crônica pode ensinar ao historiador, como aponta Beatriz Resende, que tantas vezes é “míope diante do que pode parecer pequeno e carecer de sentido se contrastado com o movimento maior das sociedades ou do que se perde na voragem

⁸ RAMOS Ana Flávia C. Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo”. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de S.; PEREIRA, Leonardo A. de M. *História em Cousas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005, p.98.

⁹ TONELLI, Regina de O. *A desfronteirização do gênero crônica na comunicação contemporânea*. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.14

¹⁰ GARCIA, Luis Eduardo Veloso. *A crônica contemporânea brasileira e seus novos espaços*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Araraquara: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

¹¹ *Ibid.*, p.11

¹² *Ibid.*, p.188

dos dias para quem se acostumou a medir o tempo por séculos”¹³. Aplicada essa ideia ao *corpus documental* da presente monografia, seguimos o princípio de que as crônicas elaboradas por Agualusa entre 2015 e 2018 podem ser analisadas como fontes históricas da conjuntura brasileira vivenciada pelo escritor, que a (re)construiu através de sua escrita. Tal proposta vai ao encontro do ponto de vista de Schneider, que conclui que a análise de crônicas como via para a pesquisa historiográfica “ajuda o historiador a livrar-se do falso pressuposto de que [a História] lida somente com o passado”¹⁴. Não apenas porque o historiador investiga o passado através de questões impactadas por sua própria historicidade, mas também porque esta perspectiva abre caminho para que pesquisas utilizem cronistas e crônicas contemporâneas para lidar com o tempo presente. Tal ato pode ser dificultado pela proximidade dos pesquisadores em relação aos acontecimentos analisados, que potencialmente impactaram suas vivências e levaram ao desenvolvimento de perspectivas pessoais – traço de subjetividade intensificado pela falta de distanciamento temporal, mas que também está inserido em análises voltados para o passado brasileiro centradas em questões de enorme impacto social, como a escravidão. A história não é uma ciência exata, portanto não fica isenta de subjetividade, mas deve ser construída através de interpretações fundamentadas, pautadas por evidências históricas e não simplesmente baseada em crenças particulares.

Expostas as adversidades em analisar processos contemporâneos, ainda assim é importante enfrentar o tempo presente, especialmente relativo a um momento marcado por grande agitação social e política brasileira, onde agentes reacionários emergiram após décadas, mitigados mas não liquidados desde a redemocratização pós-ditadura militar. Como aponta Lilia Schwarcz, essa intolerância e autoritarismo não nasceu do dia para noite e encontra raízes no nosso passado mas que, na atualidade, deixaram de ser sentimentos escondidos e passaram a serem exaltados publicamente: “[...] o que era antes manifestações recônditas e apenas furtivas, agora viraram ocasiões para o orgulho e autocelebração”¹⁵. Assim, apoiada por pressupostos da História Social da Cultura, no qual texto, autor e contexto são vistos em interlocução, e dos diálogos possíveis entre História e Imprensa, esta monografia buscou compreender as formas pelas quais o escritor José Eduardo Agualusa trabalhou, na segunda metade dos anos 2010, com temáticas variadas, tal como esse conservadorismo ascendente, a mestiçagem e a lusofonia. Além disso, foram investigados as similaridades e os distanciamentos

¹³ RESENDE, Beatriz. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª ed., 2001, p.22.

¹⁴ SCHNEIDER, Claécio Ivan. Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano? *Advérbio (FAG)*, v.5, 2007, p.6

¹⁵ SCHWARCZ, Lilia M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. SP: Companhia das Letras, 2019, p. 215.

entre as perspectivas políticas e sociais do autor e do Grupo Globo, como os posicionamentos referentes a esses mesmos temas.

Para alcançar tais propósitos, a monografia foi dividida em três capítulos. O primeiro tem como objetivo apresentar a figura do cronista Agualusa no jornal *O Globo* e investigar quais foram os caminhos escolhidos por ele para dialogar com o público brasileiro. Assim, foi perscrutada a trajetória pessoal e profissional desse literato e jornalista angolano, bem como exposta sua inserção no periódico carioca, contratado com o intuito de promover conexões entre Angola e Brasil. Também neste capítulo foram investigadas características d'*O Globo*, enfocando as vias pelas quais o jornal tornou-se um agente interventor em vários processos históricos nacionais. Ademais, foi analisada a primeira coluna de Agualusa para este suporte, considerada como uma crônica programa, além de destacar quais as principais temáticas trabalhadas pelo angolano entre 2015 e 2018. Já o segundo capítulo deste trabalho tratou de pensar no sonho lusófono de Agualusa, uma vez que a lusofonia é uma pauta constante nas crônicas deste escritor, despontando já em seu texto inaugural. Introduzido o conceito de lusofonia, é explorado como Agualusa construiu e legitimou um universo pautado pela horizontalidade das relações entre países de língua portuguesa que, em sua percepção, possuem elos culturais em comum, graças ao processo de mestiçagem derivado do contato de séculos pelo Atlântico. Ainda nesse capítulo, foi comentado como a perspectiva de mestiçagem propagada por Agualusa em suas crônicas reverbera em nossa sociedade, afetando noções de cultura e embates raciais no Brasil. Por fim, no terceiro capítulo foi abordado como o olhar estrangeiro de Agualusa entendeu e reproduziu em suas crônicas a escalada conservadora que marcou o Brasil na década de 2010. É discutido como a ascensão de pensamentos e projetos políticos reacionários vão de encontro com a defesa de Agualusa pela democracia brasileira e como eles expõem uma face de Brasil, violenta e intolerante, que até então era supostamente desconhecida pelo cronista, que positiva, em sua coluna, a identidade brasileira.

Capítulo 1 - A chegada de Agualusa n' *O Globo*

Quem eu sou não ocupa muitas palavras, angolano em viagem, quase sem raça. Gosto do mar, de um céu em fogo ao fim da tarde. Nasci nas terras altas. Quero morrer em Benguela, como alternativa pode ser Olinda, no Nordeste do Brasil.¹

Na manhã do dia 22 de fevereiro de 2015, *O Globo*, em matéria de Maurício Meireles, comunicava uma mudança do seu corpo técnico, com a troca de dois colunistas fixos do “Segundo Caderno”, seção designada para notícias de âmbito cultural. Anteriormente ocupando a segunda página dessa seção, o escritor Daniel Galera saiu da coluna publicada nas segundas-feiras para se dedicar exclusivamente à produção de um romance. Além disso, as quartas-feiras deixaram de ser o dia em que o filósofo Francisco Bosco publicava seus textos, uma vez que este renunciou sua posição no jornal para assumir a presidência da Fundação Nacional de Artes (Funarte). Dessa forma, a matéria “Novos colunistas promovem a conexão entre Angola e Brasil” indicava as substituições do “Segundo Caderno”, com a contratação do historiador Frederico Coelho e do literato José Eduardo Agualusa². Reservado para as quartas-feiras, Coelho foi descrito como aquele que uniria as áreas de literatura, música e artes visuais para pensar o cotidiano. Com mestrado em História Social e doutorado em Literatura, dedicado à cultura marginal brasileira, Coelho certamente tinha bagagem para construir uma coluna diversificada, como se propôs em trechos de sua entrevista publicados na mesma matéria: “Minha ideia com a coluna é abrir estradas de pensamento e de conversa, sem me preocupar em dizer o que é certo ou errado [... o desafio] vai ser pensar em um leitor mais amplo”³. Todavia, sua trajetória profissional não indicava qualquer experiência em analisar as relações entre Angola e Brasil, sendo o estreitamento dos laços entre os dois países o intento anunciado publicamente, desde o título da matéria de Meireles, em relação à entrada dos novos colunistas.

Com uma coluna fixa nas segundas-feiras, por sua vez, o angolano José Eduardo Agualusa foi apresentado pelo jornal como alguém experiente na imprensa, dada sua atuação em periódicos e revistas portuguesas e angolanas. Por outro lado, era um estreante no jornalismo brasileiro. Em relação à sua biografia, Agualusa foi apresentado como um dos principais escritores contemporâneos de língua portuguesa, autor de obras como *O ano em que Zumbi tomou o Rio* (2002), *Teoria geral do esquecimento* (2013) e *Rainha Ginga* (2014), traduzidos para mais de vinte idiomas. Após a menção aos romances, Meireles cedeu espaço em seu texto para que o próprio Agualusa comentasse um pouco sobre suas expectativas para seu novo cargo.

¹ AGUALUSA, José E. Entrevista concedida a Denise Rozário. In: ROZÁRIO, Denira. *Palavra de poeta*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

² MEIRELES, Mauricio. Novos colunistas promovem a conexão entre Angola e Brasil. *O Globo*, 22/02/2015.

³ ENTREVISTA de Fred Coelho. In: MEIRELES, Mauricio. Novos colunistas promovem a conexão entre Angola e Brasil. *O Globo*, 22/02/2015.

Entrevistado, Agualusa dizia apreciar a escrita de crônicas, remetendo aos seus trabalhos anteriores. Destacou, por sua vez, que assumir uma coluna exigia disciplina, o que era desafiante, mas que ser cronista também poderia significar construir um espaço que funcionava como um caderno de notas para um escritor. Assim, Agualusa conectava a área jornalística com seu trabalho como literato, apontando que “[...] muitas ideias que a gente tem na coluna podem ser aproveitadas para romances [e que] o bom de uma coluna é que ela faz o escritor manter uma ligação com a atualidade”⁴. Havia, portanto, desde seu primeiro contato com o jornal, uma indicação de que Agualusa pretendia correlacionar seus dois campos de atuação, como colunista de jornal e como romancista na nova coluna.

Além disso, outra fala dessa curta entrevista indicou um elemento importante relativo à conexão Angola-Brasil. Mais do que somente ser um autor angolano e manter contatos esporádicos com nosso país, Agualusa apontava o caminho que seguiria para construir pontes entre os dois países ao afirmar brevemente a importância da lusofonia na imprensa. De modo geral, o termo lusofonia, que adentra um controverso debate a ser destrinchado no próximo capítulo, assinala inicialmente uma comunidade formada por países cuja língua oficial é o português. Fazem parte desse conjunto nove países, chamados de lusófonos. São eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe na África, Portugal na Europa, Timor-Leste na Ásia e Brasil na América. Deste modo, quando defendia o intercâmbio da lusofonia pela imprensa, Agualusa apontava para a necessidade de reafirmar vínculos entre países pertencentes a essa comunidade imaginada lusófona, de caráter transcultural e transnacional, derivada de séculos de colonização e escravização lusitana⁵.

Nessa construção de elos, a imprensa seria uma importante ferramenta e Agualusa lamentava existir pouco contato entre países lusófonos nesse campo, citando inclusive o trabalho de Luis Fernando Verissimo em jornais portugueses⁶, enquanto reiterava a necessidade do desenvolvimento dessa troca entre autores e conteúdos na imprensa brasileira. Embora Agualusa não especificasse como ampliar e destacar a importância da lusofonia no campo jornalístico, podemos pensar em alguns caminhos, como a presença de jornalistas de outros Estados escrevendo para seus países-irmãos. Também uma maior disseminação de

⁴ ENTREVISTA de José Eduardo Agualusa. In: MEIRELES, Mauricio. Novos colunistas promovem a conexão entre Angola e Brasil. *O Globo*, 22/02/2015.

⁵ Martins, bem como outros autores que discorrem sobre a lusofonia, utiliza o argumento de Benedict Anderson relativo a comunidade imaginada para apontar a lusofonia como um exemplo desse conceito, tratando de “[...]um projeto disperso por vários espaços geograficamente distantes nos quais habitam cidadãos de diversas etnias e com diferentes culturas[...]” cujo denominador comum é a língua portuguesa. Em: MARTINS, Moisés de L. A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica*, v.11, n.1, 2018.

⁶ O escritor brasileiro, filho de Érico Verissimo, é famoso por suas crônicas e contos e trabalhou na *Editora Globo* e em outros veículos brasileiros, como o *Folha da Manhã*, além de ter colaborado com o periódico luso *O Público*.

informações, de modo que toda a comunidade lusófona se tornasse ciente do que acontecia nos seus Estados-membros nos âmbitos políticos, culturais e socioeconômicos. Logo, a presença de Agualusa em um dos jornais mais proeminentes do Brasil desenvolveria essa premissa proposta pelo angolano, através de uma coluna semanal que perpassasse as diferenças e proximidades entre Angola e Brasil, como divulgado pela matéria de Meireles. Dessa forma, é perceptível a ênfase dada pelo redator do jornal às possibilidades de Agualusa frente a nova coluna, ainda que subalternize o que será realizado pelo outro contratado, Fred Coelho, em seu espaço às quartas-feiras. Quando nomeia sua matéria destacando as conexões entre Angola e Brasil, Meireles parecia concordar com Agualusa sobre a relevância da lusofonia na imprensa.

Para além do lançamento que estava em curso em 2014 do livro *A Rainha Ginga*, a literatura de Agualusa já estava consolidada no nosso país quando ele assumiu o cargo n’*O Globo*, derivada de uma trajetória iniciada em 1998 com a publicação de *Nação Crioula* no Brasil. Desde então, várias outras obras foram lançadas no país, concomitantemente com a parceria de Agualusa na formação uma editora chamada Língua Geral, com a sede no Rio de Janeiro⁷. Ademais, em 2010, o nome de Agualusa foi muito divulgado nos grandes veículos da imprensa como o escritor preferido da então presidente Dilma Rousseff⁸, repercutindo ainda mais seu nome. Com tamanha presença no Brasil no âmbito literário, a contratação de Agualusa para *O Globo* com objetivo de tratar das relações entre Angola e Brasil soou oportuna no contexto vivido pelo periódico dos anos 2010⁹. A potencialidade de Agualusa nessa coluna se comprovou ao longo do tempo, já que atualmente ele ainda permanece como colunista fixo do “Segundo Caderno”, expandindo as conexões entre sua terra natal e o Brasil, como já realizava (e ainda o faz) em seus romances. Seu sucesso e permanência no jornal ressalta ainda mais o lugar de prestígio que o nosso país atribui ao escritor que, na matéria de Meireles, com humor, foi apresentado como alguém que às vezes conhecia o Brasil melhor que muitos brasileiros¹⁰.

O propósito de Agualusa de entender bem nosso país parece ser uma constante em suas falas e escritos. Em várias entrevistas, ele afirma sua proximidade com o território brasileiro, muito baseada na irmandade entre Angola e o Brasil, que compartilham hoje muito mais do que um passado marcado pelo tráfico escravista transatlântico¹¹. Entre os compartilhamentos

⁷ STRECKER, Marcos. Editora aposta em africanos e portugueses. *Folha de S. Paulo ilustrada*, 28/10/2006.

⁸ VEJA as obras de Agualusa, escritor preferido de Dilma Rousseff. *Folha de S. Paulo*, 21/11/2010.

⁹ Os campos literários de Angola e Brasil fortaleceram seus elos na primeira metade do século XX, quando intelectuais angolanos originaram um movimento literário influenciado pela literatura brasileira. Mais em: CUNHA, Anabela. Influência da literatura brasileira na literatura angolana. *Revista Angolana de Sociologia*, 2011.

¹⁰ ENTREVISTA de José Eduardo Agualusa. In: MEIRELES, Mauricio. Novos colunistas promovem a conexão entre Angola e Brasil. *O Globo*, 22/02/2015.

¹¹ Para saber mais sobre como Angola e Brasil passaram de peças no comércio triangular transatlântico de Portugal para culminar no desenvolvimento de uma economia bilateral nos séculos XVI e XVII, que impacta ainda hoje o

estariam suas políticas, sociedades, economias e culturas, que se entrelaçavam em vários momentos históricos, causando influências mútuas entre os países. Como exemplo dessa proximidade, podemos citar o reconhecimento da independência angolana pelo governo brasileiro, sendo o primeiro Estado a estabelecer relações diplomáticas com a nova República em 1975¹². Assim, advindo de uma nação tão fortemente impactada pelo Brasil, Agualusa constantemente destaca intimidade com nosso país. Uma intimidade tamanha que, em uma conversa recente com o escritor Mia Couto, Agualusa gracejava por ter se sentido incomodado quando foi identificado como estrangeiro nas ruas de São Paulo¹³. Para além dos elos entre Estados, Agualusa também pondera seu entendimento sobre o Brasil baseado em elementos de sua própria trajetória. O primeiro elo seria o familiar: nascido em 1960, em uma Angola ainda sob jugo colonial, José Eduardo Agualusa Alves da Cunha é natural de “Nova Lisboa”, atual cidade de Huambo, descendente de uma linhagem que ultrapassa as fronteiras de Angola, com ascendência brasileira por parte materna (e portuguesa pelo lado paterno).

O segundo laço de Agualusa com nosso país é o conhecimento empírico que ele adquiriu sobre o Brasil em diversos momentos de sua fase adulta. Vejamos mais detalhadamente sua trajetória de vida, aquela que antecedeu a sua vinda a este lado do Atlântico. Ainda em Angola, Agualusa vivenciou na infância e juventude o caótico contexto político e socioeconômico causado pelo embate entre a colonização de séculos que Portugal impunha sob território angolano e a efervescência de vieses revolucionários que propagavam a independência do país, almejada por diferentes grupos de libertação¹⁴. A desestabilização política de Portugal frente à Revolução dos Cravos¹⁵ acabou fortalecendo movimentos como a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional pela Independência de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que defendiam modelos políticos distintos para a descolonização do país. Portanto, quando o controle português sobre Angola oficialmente findou em 1975, essas diferentes lideranças entraram em combate para a decisão do futuro nacional, culminado numa guerra civil cujos confrontos se desdobraram até o início

Brasil contemporâneo, veja: ALENCASTRO, Luis F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹² É interessante esse reconhecimento, uma vez que o governo que se instaurou em Angola era comandado por uma vertente socialista e o nosso país em 1975 estava sob ação de uma ditadura declaradamente anticomunista. Veja: JOSÉ, Joveta. *A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*. 2011. Tese (Pós-Graduação em Ciência Política). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹³ MIA Couto e Agualusa comentam relação íntima com Brasil, no Fliporto. *O Globo (G1)*, 17/11/2012.

¹⁴ Para mais sobre o colonialismo luso sob Angola, o avanço do pensamento anticolonial dos movimentos revolucionários e a independência angolana, veja: BITTENCOURT, Marcelo. *"Estamos Juntos"*. O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). 2002. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

¹⁵ Movimento que depôs o salazarismo, influenciado pelo anticolonialismo da dita África Portuguesa. Para mais, veja: SECCO, L. A revolução dos cravos: a dinâmica militar. *Projeto História*, São Paulo, n.47, 2013.

do século XXI¹⁶. Quando instaurada a independência e instalado um governo comandado pelo MPLA, frequentemente atacado pelos outros partidos, a família de Agualusa mudou-se para Portugal. Agualusa foi então radicado neste país, processo facilitado graças a uma lei que previa que nascidos até 1975 em antigas colônias tinham direito à conservação da nacionalidade lusa¹⁷.

Em Portugal, o escritor deu início à sua carreira acadêmica, cursando Agronomia e Silvicultura na Universidade Técnica de Lisboa (UTL), uma área de formação que não foi finalizada uma vez que, ainda universitário, Agualusa se aproximou do jornalismo cultural¹⁸. Ele voltou-se para uma “[...] zona heterogênea de meios, gêneros e produtos” que abordavam “com propósitos criativos, críticos ou de mera divulgação os campos das artes, das letras, das ciências humanas e sociais, envolvendo a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos”¹⁹. Colaborando com outros estudantes africanos de língua portuguesa, Agualusa foi cofundador da revista literária chamada *Caminho Longe*²⁰. Nesta revista, ele desenvolveu sua habilidade de escrita em múltiplos estilos, com a publicação amadora de contos, poesias e ensaios jornalísticos. Trabalhos inseridos no jornalismo cultural que anteciparam e impactaram sua entrada no campo da literatura comercial, marcado pelo lançamento de seu primeiro romance histórico em 1989, nomeado de *A Conjura*. Seu livro de estreia retratava e denunciava a colonização portuguesa sob a sociedade angolana e, além das críticas positivas de literatos, foi mote para sua primeira conquista no campo artístico, ganhando o Prêmio Revelação Sonangol de Literatura. Esse início auspicioso foi catalisador das próximas décadas de trabalho de Agualusa, que apenas nos anos 1990 escreveu seis livros. A trajetória indicava também o interesse e olhar do escritor para essa grande comunidade de falantes da língua portuguesa.

Foi nesse período que se deu a primeira vinda de Agualusa para o Brasil, quando residiu no país por dois anos, alternando moradia entre o Rio de Janeiro e Recife, estreitando laços com sua herança materna. Como resultado desse contato mais direto com o Brasil, podemos apontar a obra intitulada *O ano em que Zumbi tomou o Rio*, publicada em 2002. Nesse livro, o autor fortalece as ligações entre seu país de origem e o território brasileiro, discutindo a questão da

¹⁶ Mais em: LIBERATTI, Marco A. *A guerra civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). SP: Universidade de São Paulo; SARAIVA, José F. S. Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais. In: PANTOJA, S; SARAIVA, J. F. S. (org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. RJ: Bertrand Brasil, 1999.

¹⁷ DECRETO-LEI 308-A/75, de 24 de junho. Estabelece normas sobre a conservação da nacionalidade portuguesa pelos portugueses domiciliados em território ultramarino tornado independente. *Diário do Governo* n° 143/1975, 4º Suplemento, Série de I de 1976-06-24.

¹⁸ BONACORCI, Ricardo. Análise Literária: José Eduardo Agualusa. *Bonas Histórias*, 2020.

¹⁹ GOLIN, Cida. Jornalismo cultural: reflexão e prática. In: Adriana Azzolino et al. (org.) *Sete propostas para o jornalismo cultural: reflexões e experiências*. São Paulo: Miró Editorial, 2009.

²⁰ O nome da revista foi inspirado na poesia cabo-verdiana, sendo uma homenagem ao poema de Gabriel Mariano, cujo título da obra é homônimo a revista.

migração de angolanos para o Brasil nas últimas décadas do século XX²¹. A coletânea de contos *Manual prático de levitação* (2005), publicada pouco depois, também continha em suas páginas uma parte exclusiva de narrativas ambientadas no Brasil. Podemos citar ainda, dentre as obras que abordam nosso país mais diretamente, *A Rainha Ginga*, cujo narrador é um padre pernambucano que se torna mensageiro da famosa líder de Ndongo, essa figura histórica sendo também de grande valor cultural para o Brasil²². Por meio desses livros é possível dizer que, embora aborde personagens e processos históricos distintos, conforme demonstra sua produção de décadas, quando escreve sobre o Brasil Agualusa enfoca os laços que nosso país formou com Angola (e em segundo plano com Portugal e outros países africanos) derivados do contato colonial, evocando o passado como forma de reconstruir o presente²³.

Assim, por meio dos livros publicados, o escritor foi fortalecendo seus elos com o Brasil, ao lidar com temáticas caras à nossa história em sua literatura e também pelas visitas constantes para o país graças aos eventos de divulgação de suas obras, além de congressos, entrevistas e festivais literários. Todos esses percursos acabaram por resultar na aproximação do autor com o Brasil e também na difusão em nosso país da literatura agualusiana, que atualmente conta com mais de trinta obras entre contos, ficção, literatura infantil e outros gêneros, rendendo diversas premiações, angolanas e internacionais, como o Prêmio Literário Internacional IMPAC de Dublin em 2018. E, dada a projeção da escrita desse autor no Brasil, não é surpreendente que durante os últimos anos Agualusa tenha atraído o interesse de estudiosos brasileiros, fomentando análises em torno da sua produção por historiadores, críticos literários e cientistas sociais. Por muitas vias de pesquisa, a literatura agualusiana já foi analisada em busca da representação feminina, o uso da ficção, a questão de memória, identidade e desterritorialização, a pauta de gênero e sexualidade, entre outras temáticas²⁴.

²¹ Foram substanciais os números de migrantes vindos de Angola para o Brasil desde 1970, a partir do cenário de guerra civil angolana, até o início dos anos 2000. Para mais, veja: AYDOS, Mariana R. *Migração forçada: uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (1970-2006)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Demografia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

²² Ndongo foi o reino pré-colonial africano situado na região da atual Angola, governado por cerca de quarenta anos por Ginga no século XVII. Essa figura histórica tornou-se posteriormente um símbolo de resistência da independência de Angola. No Brasil, seu impacto deu-se pela vinda de escravizados dessa região da África, que trouxeram os feitos de Ginga para esse lado do Atlântico, que hoje são abordados em vários movimentos culturais brasileiros, como o carnaval, congada e capoeira. Para saber mais sobre essa rainha africana e sua influência, veja em: HEYWOOD, Linda M. *Jinga de Angola, a rainha guerreira da África*. São Paulo: Todavia, 2019.

²³ SIDRIM, Rejane J. *O passado presente no romance de Agualusa: história e literatura nos limites da ficção*. 2019. Dissertação (Pós-Graduação em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

²⁴ Mais em: Gabriela da P. Araújo com *Identidades e territorialidade em romances de José Eduardo Agualusa* (2016) e *Construção da angolanidade na ficção de Agualusa* (2013); Mariana A. de Carvalho com *Romances agualusianos e a construção do jogo no/do texto* (2018), *Memória, Ficção, História - um estudo de Nação Crioula, de José Eduardo Agualusa* (2012) e *Memória e Nação em O vendedor de passados, de José Eduardo Agualusa* (2009).

Sua atuação na imprensa, por outro lado, não ganhou tanto espaço de análise no meio acadêmico brasileiro, possivelmente por sua presença ainda ser bastante recente em jornais no Brasil. Mesmo quando Sabrina Schneider, jornalista brasileira e doutora em Literatura, associou Agualusa ao jornalismo literário, ela não o fez através de uma fonte cujo suporte de publicação seja revistas ou periódicos, mas por meio de um livro lançado por um selo editorial português. Em seu artigo, Schneider analisa a obra *Na rota das especiarias – Diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Larosae*, que foi resultado de uma viagem promovida por uma delegação lusa pela Indonésia, cujo ambição era resgatar os elos entre Portugal e o país asiático. Agualusa foi parte desse grupo que atravessou o território indonésio no início dos anos 2000 e foi registrando sua passagem pelo país. Desse registro nasceu a obra supracitada. Em seu texto, Schneider nega a classificação do livro como um diário, embora ele carregue essa caracterização em seu próprio título, argumentando que a produção de Agualusa supera os limites do gênero, que segundo a autora é marcado pela superficialidade, intimidade e apego ao cotidiano. Então, a autora promove Agualusa a repórter:

Entrevistas, descrições detalhadas permeadas pelas impressões do autor, inserção de dados documentais no texto narrativo, presentificação da ação, humanização do relato por meio da ênfase em determinadas personagens: todos os excertos de *Na rota das especiarias* por nós citados ilustram diferentes características da reportagem [...] cada uma das passagens mencionadas, apesar dos diferentes procedimentos empregados em sua construção, deixa transparecer um único desígnio: o de testemunhar. Dificilmente poderíamos associar a clareza dos pequenos textos nos quais se divide a obra de José Eduardo Agualusa com a escrita diarística.²⁵

De acordo com Schneider, Agualusa deixava claras as suas interpretações das relações entre Portugal e Indonésia, baseadas no que coletou durante a viagem, expondo relatos e fatos tal qual um repórter em ação. Esta autora é uma das poucas cuja análise vai além da fusão Agualusa-literatura, e ainda assim a faz através de um livro. Isso demonstra como a participação de Agualusa em jornais e revistas, cuja trajetória remonta aos anos 1980, tem frequência ínfima nas pesquisas brasileiras, mesmo considerando sua larga experiência na área. Esta conta com a escrita em um dos maiores periódicos portugueses da atualidade, *O Público*, sua colaboração recente para a revista lusitana *Ler* e para o jornal independente *Rede Angola*, além, é claro, de sua presença de mais de sete anos como colunista de *O Globo*. Ao atentarmos para essa lacuna na pesquisa acadêmica, é válida a análise da fonte jornalística até então menosprezada para refletir quais são as escolhas de Agualusa na coluna publicada em *O Globo*, seus percursos literários e a forma como lida com questões sociais, políticas e culturais que lhe são

²⁵ SCHNEIDER, Sabrina. José Eduardo Agualusa, repórter: na rota das especiais como exemplo de jornalismo literário. *Uniletras*, v.35, n.1, 2013, p.48.

contemporâneas. Como apontando acima, quando o próprio escritor define o que para ele significa escrever crônicas, a relação com o mundo e a forma como ele é reconstruído em escritos literários faz de nossa fonte objeto especial para o estudo deste celebrado escritor.

Por outro lado, é preciso enfatizar ainda que, para trabalhar com a imprensa, é necessário considerar “[...]as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”²⁶. Ou seja, como o conteúdo produzido por Agualusa dialoga com o suporte no qual os seus textos estão sendo publicados. As motivações mais evidentes d’*O Globo* para a contratação do escritor se esboçam, como mostramos acima, na sua apresentação ao jornal. Passo importante agora é saber um pouco que jornal é este que decide contratar um escritor africano para suas páginas. Serão considerados para este trabalho o contexto e as ações empregadas pelos sujeitos envolvidos na escrita d’*O Globo*, entendendo que a imprensa jornalística não é isenta nos debates nem em posicionamentos políticos. Dessa forma, faz-se necessária a estruturação de um breve perfil do periódico, buscando suas características fundamentais e suas articulações pela história.

***O Globo* na história brasileira**

Com mais de noventa anos de trajetória, o jornal *O Globo* impactou e foi impactado por boa parte dos eventos que compõem os séculos XX e XXI, em especial os da sociedade brasileira. Não é surpresa, portanto, o uso de suas edições como fonte historiográfica, um movimento que foi difundido no Brasil nas décadas finais do último século²⁷. Em relação aos trabalhos que analisam *O Globo*, é marcante a associação feita por estes estudos entre o periódico e a figura de seu fundador, o jornalista Irineu Marinho. Criado após o afastamento de Marinho do jornal *A Noite*, causado por uma disputa de poder entre acionistas, Marinho fundou *O Globo* em 1925 com o apoio dos jornalistas Herbert Moses e Justo de Moraes. Como aponta Barbosa, vários trabalhos que discursam sobre *O Globo* tem o preceito de atestar seu sucesso graças a genialidade de Irineu Marinho, estipulando uma analogia entre criação e criador, como se a prosperidade do periódico estivesse predeterminada. Nessas narrativas, *O Globo* seria o desfecho da trama contra Marinho na tomada de poder em *A Noite*. Barbosa comenta que:

²⁶ LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 132.

²⁷ Até a década de 1970, havia uma relutância em considerar o jornal como objeto de pesquisa, já este deveriam valer-se por neutralidade, objetividade e distanciamento do próprio tempo e os impressos eram tidos como registros fragmentários do presente, cujo uso só forneceria imagens subjetivas e parciais. Foi com a História Nova que houve uma mudança da historiografia quanto a imprensa, graças a contribuições metodológicas, ao destaque para novas temáticas e a alteração da própria concepção de crítica historiográfica. Já não se olha somente para o que é dito, mas como é dito. Veja em: LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

[...] essa mítica de reconstrução, a partir de uma perda, aliada ao fato de ter seu fundador morrido exatos 21 dias depois do aparecimento do novo periódico, vai construindo na memória do grupo uma identidade particular para o jornal, que passa a ser identificado como uma espécie de lugar indestrutível. [...] O sucesso, no futuro, é construído pelo ato memorável como sendo previsível no passado.²⁸

Essa narrativa, difundida também pelo próprio jornal para estabelecer seu prestígio, antecipa o grande alcance do periódico ainda nos anos 20, um discurso que se contrapõe com a consolidação tardia do jornal. Acompanhados da suposta inexorabilidade do jornal, outros discursos também são propagados para afirmação de uma imagem pública de *O Globo*, como o discurso relativo à sua modernidade. Desde seu ano de fundação, *O Globo* era divulgado como um jornal inovador, que assumiu os contornos daquilo que era moderno para a imprensa no início do século XX. Influenciados pelas novas tecnologias empregadas, que aceleravam as produções e facilitavam a transmissão de informação, os jornais eram conceituados naquele momento como conformadores da realidade e da atualidade. E, como aponta Barbosa, “as tecnologias são fundamentais para a construção de um jornalismo como lugar de informação neutra [...] A opinião é, assim, gradativamente separada de uma ideia de informação isenta”²⁹. Esse desmembramento entre caráter opinativo e informativo vai constituindo um ideal de objetividade e neutralidade. Logo, quando a modernidade de *O Globo* é aludida, também é reportado uma retórica da imparcialidade do jornal, sendo estes discursos iniciados em 1920 e potencializados conforme as décadas de atuação³⁰.

Em 1931, sete anos após a morte do fundador, inaugurava-se a liderança de seu primogênito, Roberto Marinho, que ficou à frente do jornal por mais de sete décadas, período marcado por alterações na estrutura de *O Globo*. Roberto Marinho trocou a publicação para o turno matutino em 1962 e optou por integrar-se ao Grupo Globo, que consiste num complexo de empresas de comunicação, tecnologia e inovação. Atualmente este grupo é o maior conglomerado de mídia do Brasil e da América Latina, formado pelas empresas Globo, a Editora Globo, o Sistema Globo de Rádio e Globo Ventures. Além disso, é manifesto o aumento da circulação desse jornal em âmbito nacional pela sua disposição digital a partir de 1996. Considerando números recentes, *O Globo* somou mais de 370 mil assinantes das duas versões, impressa e digital, entre 2016 e 2021³¹. Todos esses dados marcam a transição de *O Globo* de um pequeno periódico carioca até a atualidade, em que ele é o jornal brasileiro de maior circulação nacional. Para além dessa nova estrutura técnica, o discurso de imparcialidade

²⁸ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. RJ: Mauad X, 2007, p.95.

²⁹ *Ibid.*, p.24.

³⁰ *Ibid.*, p.98.

³¹ Segundo o Instituto Verificador de Comunicação, que é uma entidade sem fins lucrativos que visa certificar o desempenho de veículos impressos e digitais.

também foi mantido e modernizado pelas gestões subsequentes. Assinados em 2011 pelos netos do fundador, asseverando a longa administração dos Marinho, os princípios editoriais do Grupo Globo estabelecem quais diretrizes movem sua produção jornalística. O documento afirma que:

[...] o êxito [do Grupo Globo] é decorrência direta do bom jornalismo que praticam [...] e de todas as definições possíveis de jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas [...] levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, *uma forma de apreensão da realidade*.³² (grifo nosso)

O documento também alerta que, nos últimos tempos, o jornalismo em sua definição clássica, como a destacada acima, é atacado por uma vertente que entende como utópica a isenção jornalística. *O Globo* defende que, embora não haja objetividade absoluta, existem técnicas que permitem minimizar o subjetivismo dentro do jornal e que também é possível incentivar a imparcialidade por meio do pluralismo de opiniões no periódico, trazendo vários posicionamento à tona, mas sem hierarquizá-los. Assim, segundo seus princípios, *O Globo* produz um conhecimento preliminar que é relevante para a sociedade, pois busca cotidianamente informar o brasileiro da forma mais imparcial possível. Pauta a qualidade de seu jornalismo pelos seguintes atributos: isenção (da empresa e dos jornalistas), correção (em um sentido de apuração da verdade e reparação caso haja algum erro de informações) e agilidade (em investigar fatos e em disponibilizar o conhecimento). O periódico, em suas declarações, deseja então reiterar seu apartidarismo, não reconhecendo o uso do jornal para quaisquer luta político-ideológica, uma vez que busca “[...] tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prisma”³³.

Mesmo quando assume que falhas de objetividade na trajetória de *O Globo* acabaram acontecendo, o documento traz uma retórica na qual esses erros são ligados às informações obscuras ou até inverdades divulgadas pelo jornal, que devem ser corrigidas. Os erros aludidos não são comumente relacionados, por exemplo, às polêmicas nas quais *O Globo* foi envolvido, como o apoio dado pelo jornal a governos autoritários no passado. Nessa imagem exposta pelo *O Globo*, ele atribui a si mesmo um papel de instrutor da sociedade, já que intenciona a busca do real e a circulação de conhecimento. É também evidenciado como um local que preserva o *presente*, material de análise futura para historiadores³⁴. *O Globo* nega, entretanto, qualquer ação interventora na sociedade que

³² MARINHO, Roberto I; MARINHO, João R; MARINHO, José R. *Princípios editoriais do Grupo Globo*, 2011.

³³ *Ibid.*, 2011.

³⁴ A História aqui é definida como um campo atrelado essencialmente ao passado. Segundo os princípios editoriais, a produção de conhecimento do tempo presente é feita pelo jornalismo, que estrutura um conhecimento preliminar que vai ser adensando depois por investigações historiográfica. Aponta que: “Se a História pode dispor de anos de trabalho para fazer *aflorar a realidade*, o jornalismo dispõe de algumas horas [...]” Mais: *Ibid.*, 2011.

lhe é contemporânea. Logo, “o jornalismo e suas narrativas são vislumbrados, nessa perspectiva, como agentes *para* a história, mas não necessariamente *na* história”³⁵.

Esse discurso de imparcialidade, que é retórica comum de veículos da imprensa, não pode ser tomado como verdade incontestável em uma análise historiográfica. Um jornal não é “[...] mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”³⁶. Como já dito, a evolução de *O Globo* foi contemporânea a quase um século da história do nosso país. E, como indica Martins e Luca, a história do Brasil e a história da imprensa integram-se num cenário em que “[...] intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional”³⁷. A imprensa tanto constitui memórias de um tempo que podem apresentar visões distintas de um fato, servindo assim para pensar a História, quanto age como agente histórico na conjuntura em que está inscrita. Assim, a neutralidade anunciada pelo *O Globo* é apenas uma promessa, já que há variados interesses que se inserem um jornal através de sujeitos que impactam a produção, publicação e recepção do periódico.

Isso se torna ainda mais evidente se recordarmos que *O Globo* preza pela modernização da imprensa numa lógica de uso e otimização de recursos para garantia de lucro. Por mais que seja constantemente acionada uma memória de que *O Globo* é essencialmente um negócio familiar, este jornal é parte de um grupo midiático de enorme capital. Nesse sentido, não é possível desconsiderar interesses econômicos e políticos, em primeiro grau aqueles defendidos pelos donos do jornal, costumeiramente expressos em editoriais. Colocando *O Globo* em perspectiva histórica, podemos analisar sua ação ao longo do tempo, buscando motivações por detrás de sua retórica de imparcialidade, através de bibliografias historiográficas e de áreas correspondentes, que investigaram a influência de *O Globo* em vários contextos históricos. Se retrocedermos, por exemplo, às décadas subsequentes a sua criação, em 1930 e 1940, o jornal era um periódico de pequeno alcance que, todavia, já veiculava uma de suas principais convicções políticas presentes na décadas seguintes: o anticomunismo.

Quando instaurados os levantes de 1935, denominados como Intentona Comunista, *O Globo* “[...] incentivava, do ponto de vista político, o isolamento da esquerda e a confluência

³⁵ JÁCOME, Phellipy P. *O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, p.49.

³⁶ CAPELATO, Maria H; PRADO, Maria L. *O bravo matutino: Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p.19.

³⁷ LUCA, Tânia R; MARTINS, Ana L. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: _____. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

das demais e conflitantes correntes nacionalistas que participaram do movimento de outubro de 1930 [...] em torno do anticomunismo”³⁸. Seus editoriais abordavam o perigo das insurreições para o Brasil, um discurso posteriormente usado para responsabilizar os revolucionários pela implantação do Estado Novo³⁹. O anticomunismo como um traço do perfil jornalístico de *O Globo* é corroborado pela análise de Tavares Júnior, cuja pesquisa enfoca o tratamento dado pelo jornal ao governo Vargas na década de 1950⁴⁰. Este trabalho também traz novos elementos ao nosso perfil quando afirma que o jornal se posicionou contra a vertente econômica nacionalista de Vargas, saindo em defesa do liberalismo econômico, e se mostrou contrário às decisões tomadas pelo governo que afetavam a classe trabalhadora. Nesse sentido, o jornal condenou a postura complacente de João Goulart, como Ministro do Trabalho, às greves trabalhistas de 1953 e foi refratário ao aumento do piso salarial, pois esta ação “[...] potencializaria o embate entre as classes trazendo a desarmonia entre elas”⁴¹.

Pela análise de Tavares Júnior, é demonstrado um afastamento do jornal para com as camadas populares. Essa postura contrastando com sua primeira edição, em que Irineu Marinho afirmou “[...] o dever ineludível em que nos vimos de continuar a consagrar-nos, tanto quanto nos consinta a nossa reduzida capacidade, à defesa das causas populares”⁴². Esse desacordo expressa a incorporação de narrativas que resguardavam interesses das elites conforme *O Globo* consolidava-se como uma das maiores empresas jornalísticas na segunda metade do século XX. Tendo um aumento expressivo em suas tiragens, *O Globo* foi um dos maiores vespertinos dos anos 1950, período marcado pelo declínio de vários periódicos outrora influentes no Brasil. Com a extinção de vários diários cariocas, *O Globo* foi um dos três periódicos que monopolizaram 80% do público do Rio de Janeiro⁴³ em um período em que “[...] um processo de concentração das empresas jornalísticas começou a se processar”⁴⁴.

Segundo Ribeiro, há dois fatores que explicam esse episódio da história da imprensa. Um deles foi a crise econômica que afetou o ritmo de crescimento publicitário no Brasil, prejudicando principalmente veículos populares e de classe média. Já a segunda razão é de

³⁸ VALENTINI, André A. Os levantes armados de 1935 na visão de *O Globo*, como prática de uma campanha anticomunista, 2008. O artigo é parte de uma iniciação científica que culminou na sua dissertação de mestrado.

³⁹ *Ibid.*, p.3.

⁴⁰ TAVARES JÚNIOR, Mauro de O. *Política, crise e suicídio: o governo Vargas nas páginas de O Globo entre agosto de 1953 e agosto de 1954*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁴¹ *Ibid.*, p.112.

⁴² MARINHO, Irineu. Ecos. *O Globo*, 29/07/1925.

⁴³ TAVARES JÚNIOR, 2018, p.429.

⁴⁴ RIBEIRO, Ana P. G. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: FERREIRA, Tânia M. B. do C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia M. B. P. (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, p.428.

ordem política, uma vez que vários dos periódicos que superaram esse período turbulento contaram com a ajuda do poder público que, a partir da década de 1960, era regido por uma ditadura militar. Assim, estipula-se uma comunicação entre a imprensa e um regime autoritário, cuja instauração em 1964 foi comemorado por *O Globo*, sob a justificativa de que a tomada de poder extirparia as ameaças antidemocráticas do governo Goulart⁴⁵. Alinhado a uma cultura política conservadora, *O Globo* apoiou a ditadura como meio de manutenção da ordem e da moral brasileira, engendradas pelas elites do país, que não desejavam perspectivas revolucionárias das camadas mais pobres. Embora exista um mito que prega a resistência geral da imprensa contra o regime militar, “[...] alguns jornais simplesmente se acomodaram [...e buscaram] uma oportunidade de ascensão”⁴⁶. *O Globo* aparece nesse enquadramento com a consolidação de um império midiático a partir de subsídios governamentais ou mesmo da condescendência frente a irregularidades jurídicas⁴⁷. Essa modernização, amparada pelo regime ditatorial, é o que hoje fundamenta o “padrão Globo de qualidade”.

O apoio dado ao regime projetou *O Globo* nacionalmente e o jornal utilizou de sua alta circulação para legitimar publicamente o governo e julgar seus contestadores, nomeando como terroristas quem fazia parte da oposição armada. Embora Miranda destaque que houve pequenas dissidências entre o periódico e os governos militares, como o descontentamento do jornal frente a pouca atenção dedicada ao empresariado nacional e aos extensos gastos com investimento público, as relações entre *O Globo* e a ditadura foram contínuas e consideravelmente amenas. Inclusive no momento da redemocratização, onde o jornal destacou a necessidade de alcançar a restauração democrática, ele encarou o regime militar como um percurso coeso e necessário frente a ameaça de Goulart. Nesse sentido, analisadas essas considerações, o trabalho de Miranda também é valioso uma vez que ela cita uma tentativa de reescrita da história, feita por *O Globo* em relação às suas conexões com a ditadura.

Criado com o intento de resgatar e preservar a história do jornal, o projeto *Memória O Globo* está disponível em plataforma online desde 2008⁴⁸. Dentre suas seções, há uma aba designada aos erros cometidos pelo jornal, junto das acusações realizadas contra *O Globo* que, segundo seus editores, se provaram falsas⁴⁹. Há poucas situações computadas por eles e é

⁴⁵ MIRANDA, Camila B. M. *As representações do Golpe e da ditadura militar brasileira nos editoriais do jornal O Globo (1964-1985)*. 2015. Monografia (Graduação em História). BH: Universidade Federal de Minas Gerais.

⁴⁶ *Ibid.*, p.26-27.

⁴⁷ Como a do acordo *Time-Life*, em que teriam sido ignoradas as evidências de um apoio financeiro inconstitucional à Rede Globo. Mais: HALPERIN, Paula. Entre a invasão dos “capitais alienígenas” e a consolidação da televisão: Imprensa e debates públicos em torno ao acordo Rede Globo/Time-Life, 1964-1967. *Antíteses*, v.12, n.23, 2019.

⁴⁸ *Memória O Globo*, 2013. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 20/03/2023.

⁴⁹ Erros e acusações falsas. *Memória O Globo*, 2013.

perceptível a postura do jornal em resguardar sua posição, ainda que assumam terem a) ignorado/falseado dados ou b) apoiarem um determinado grupo em poder, como no caso do golpe militar. Nesta justificativa, o grupo se coloca como apenas mais um dos principais meios de comunicação que estavam ao lado da intervenção, indicando a polarização mundial entre capitalismo e comunismo durante a Guerra Fria como um dos motivos da postura adotada, já que a situação política brasileira teria se radicalizado nas mãos de Goulart, suscitando a ascensão comunista como pretexto para os eventos de 1964. O jornal fortalece sua defesa dizendo que nem sempre *O Globo* e os militares estiveram em bons termos, principalmente após a sanção do AI-5⁵⁰, e que Roberto Marinho se manteve ao lado da legalidade, se posicionando a favor da liberdade de expressão e negando oferecer ao regime uma lista dos supostos comunistas perseguidos. Para finalizar seu esclarecimento, o jornal clama pela análise da situação considerando as circunstâncias históricas envolvidas, já que:

Os homens e as instituições que viveram em 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.⁵¹

Várias análises podem ser elaboradas em torno dessa autocrítica de *O Globo*. A primeira delas é o que conclui Miranda, quando diz que o editorial expressa a mea-culpa do periódico, não para demonstrar arrependimento, mas para atender às demandas sociais de retratação do fato. É criada uma justificativa que visa absolver o apoio à ditadura, ainda em que nenhum momento se revele a reciprocidade dessa relação, não sendo admitido benefícios para *O Globo* com o papel prestado de legitimar o governo⁵². Outro aspecto que deve ser destacado é a reafirmação da História como passado. Se o apoio do jornal ao regime militar aconteceu em 1964, os homens e instituições do período são entendidos como históricos. Nesse sentido, adere-se a uma retórica de que não se deve culpabilizar o jornal atualmente por um erro dito obsoleto, já que esse lapso ocorreu em uma conjuntura específica e por motivações nobres, visto que *O Globo* só desejava o bem nacional. Decorrente desse discurso de “deixar o passado no passado”, o jornal subestima e desconsidera nesse editorial o poder da memória social, especialmente aquela proveniente do revisionismo histórico.

⁵⁰ BRASIL. Ato Institucional nº 5. Suspende os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassa mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, além de decretar intervenções nesses estados e municípios. Planalto, Brasília, 1968.

⁵¹ APOIO ao golpe de 64 foi um erro. *Memória O Globo*.

⁵² MIRANDA, 2015, p.46.

Longe de ser uma pauta superada, a rememoração do regime ditatorial é recorrente no Brasil atual, com toques de saudosismo, sendo uma constante ameaça para a democracia brasileira, a qual *O Globo* define como um valor absoluto. Essa afirmação da democracia como uma máxima pode ser contrariada pelo fato de que o jornal nem ao menos admite os danos causados por seu apoio não tão distante a um golpe de Estado. Faz sentido, contudo, se o pensarmos na justificativa de *O Globo*, cujo antagonismo ao comunismo considera qualquer ação relativa a ele como antidemocrática, tornando válido, e conseqüentemente democrático, aquilo que combate essa suposta ameaça subversiva. Todavia, diferente do fantasma do comunismo no Brasil, as marcas da ditadura na sociedade brasileira são bens reais. Derivado disso, os pedidos de retorno ao regime ditatorial deram frutos no nosso país muito recentemente, perpassando a década de 2010. E *O Globo* presenciou e agiu sob esse contexto histórico, influenciando essa conjuntura nacional marcada pela ascensão do ultraconservadorismo, especialmente com a crise que envolveu a presidência e *impeachment* de Dilma Rousseff, além da polêmica eleição de 2018. Todos esses eventos foram abordados no jornal e lidos por milhares de brasileiros. Assim, com vozes mais ou menos dissonantes ou convergentes de seus editoriais, *O Globo* na atualidade continua sendo protagonista importante da cena brasileira.

Como um jornal de referência mantida por uma gestão defensora do liberalismo econômico e de uma cultura política conservadora abertamente anticomunista e afastada das camadas populares, *O Globo* colaborou com a escalada do reacionarismo político brasileiro. O trabalho de Azevedo, onde se analisa as relações da grande imprensa com o partido que vigorava em 2016, o Partido dos Trabalhadores, dá indícios de como *O Globo* fez parte da construção de um discurso antipetista que influiu nesse recrudescimento conservador⁵³. A favor da derrubada de Rousseff e, posteriormente, da impugnação da candidatura de Lula em 2018, a direção de *O Globo* levantou dúvidas acerca da competência de Fernando Haddad para assumir a cadeira presidencial, anunciando-o como substituto-fantoches de Lula, e simultaneamente restringiu as inúmeras polêmicas do candidato ultraconservador Bolsonaro de suas páginas⁵⁴. Entretanto, se os editoriais que expunham esses posicionamentos políticos foram marcantes nos anos 2010, outras análises estiveram também presentes no jornal, como as de José Eduardo Agualusa, que abordou extensivamente temas relacionados à política brasileira.

Contratado num período que antecedeu o golpe de 2016, Agualusa foi apresentado como um colunista que debateria as relações Angola-Brasil, ele próprio também destacando a

⁵³ AZEVEDO, Fernando. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *Opinião Pública*, v.24, 2018.

⁵⁴ RAMALHO, Ítalo de M. *Os editoriais e a eleição presidencial de 2018 no Brasil*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.

relevância da lusofonia na imprensa, dando a entender que isso estaria presente em suas narrativas. Como um autor que lidou por décadas com temáticas que versavam sobre as relações entre cultura, raça e miscigenação, graças ao seu enfoque lusófono nos romances, também há certa indicação, desde a matéria de Maurício Meireles, de que Agualusa foi escolhido pelo *O Globo* para abordar como essa pauta da mestiçagem influenciou na história brasileira. Ainda em meio aos ecos dos debates que tomaram conta da cena pública quando da implementação de cotas raciais no Brasil – e dos quais *O Globo* foi parte contundente das disputas – a discussão sobre lusofonia em alguma medida não pode deixar de ser problematizada sobre essa perspectiva.⁵⁵ Todavia, não restrito a esse eixo temático, Agualusa também se mostrou atento aos eventos que destituíram a presidenta eleita do Brasil e culminaram, finalmente, na vitória presidencial em 2018 de um candidato que, dentre outras controvérsias, saudou na sessão do impeachment de Rousseff a memória do militar que a torturou durante a ditadura⁵⁶.

Considerando que o cronista trabalha, dentre outros temas, com as pautas da lusofonia, da mestiçagem e do conservadorismo brasileiro, elas podem estar correlacionadas quando analisamos as crônicas de Agualusa? Se sim, como? Essas são questões que pretendemos abordar nos próximos capítulos, uma investigação simultânea à construção de paralelos entre o cronista e *O Globo*. Agualusa defende em suas crônicas o deslocamento das discussões de raça para cultura quando pensamos na mestiçagem lusófona, destacando que a categorização racial não tem razão num país onde todos são mestiços culturalmente. Esse foi um discurso coadunado pelo jornal no intuito de fortalecer uma visão harmônica das raças no Brasil, e consequentemente, enfraquecer a validade das cotas raciais, debate que tomou a cena pública na década de 2010. Contudo, Agualusa utiliza seu espaço no jornal para tecer críticas à onda reacionária brasileira, um movimento que foi fortalecido pelo jornal *O Globo*. Assim, a presente pesquisa pretende mostrar como se deram as dissidências entre Agualusa e *O Globo*, o que vai

⁵⁵ Com a redemocratização política e o fortalecimento dos movimentos negros no final do século XX, começa a ser debatida e cogitada a implementação de cotas sociais e raciais nas universidades públicas brasileiras, o que só foi inaugurado no início do século XXI, inicialmente por poucas instituições, como a UERJ e UnB nos anos 2000. A adoção do sistema dessas ações afirmativas se popularizou ao longo dessa década e tornou-se obrigatória com a lei nº17.711/2012. Atravessando questões de raça e classe no nosso país, as discussões em torno da validade e da implementação das cotas foram pautas constantes e polêmicas nas grandes mídias brasileiras nos anos 2000 e 2010. Inclusive nas páginas do jornal *O Globo*, que foram contrários a adoção das cotas pelas universidades brasileiras, especialmente em relação às cotas raciais, uma vez que afirmavam o ideal de um Brasil mestiço e, por isso, sem ódio racial. Segundo *O Globo*, as cotas teriam o efeito de racializar a sociedade brasileira, instaurando rixas até então inexistentes, argumento que veremos mais profundamente nos próximos capítulos. Para saber mais sobre o processo de implementação das cotas no Brasil, veja em: FERES JÚNIOR ... [et al.]. *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

⁵⁶ DALMOLIN, Aline R; FRIGO, Diosana. Tensionamento entre liberdade de expressão e discurso de ódio: Jair Bolsonaro e o impeachment de Dilma Rousseff. *Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*, 2017.

ao encontro dos argumentos de Tania de Luca, quando a pesquisadora aponta a imprensa como um campo heterogêneo. Embora estabeleça defesas específicas em seus editoriais políticos, *O Globo* é um jornal amplo, formado por várias seções, intercalando reportagens e notícias em que se preza pela suposta neutralidade da imprensa com textos opinativos de diversos profissionais. Assim, é possível encontrar brechas do discurso oficial através dos vários cadernos, inclusive na espaço em que Agualusa aparece n’*O Globo*, o “Segundo Caderno”, que é uma seção dedicada a debater “tudo sobre cultura, opinião dos críticos de arte e as novidade do cinema, do teatro e da tv comentadas por quem entende do assunto”⁵⁷. Em seus princípios editoriais, o Grupo Globo afirma ser um entusiasta da diversidade, da cultura e do povo brasileiro, sendo esses os temas principais de seus veículos de comunicação⁵⁸.

É preciso ressaltar, contudo, através de uma análise mercadológica que considerou o perfil dos leitores do periódico, como Barbosa indica em seu trabalho, que *O Globo* tem seu interesse voltado especialmente para o noticiário político e econômico⁵⁹. De circulação diária e nacional, com epicentro no Rio de Janeiro, *O Globo* desde sua fundação já passou por muitas mudanças quanto a estruturação de suas páginas. Até dezembro de 2018, mês de publicação da última crônica que compõe nosso *corpus documental*, o jornal contava com seis editoriais (“O País”, “Opinião”, “Rio”, “Economia”, “O Mundo” e “Esportes”), todos presentes no “Primeiro Caderno”, composto por matérias acerca da política, economia, sociedade, entre outros. Este caderno é publicado impreterivelmente todos os dias, assim como o “Segundo Caderno”. Além desses, a cada dia da semana alguns cadernos esporádicos foram publicados. Os nomes desses cadernos são: “Revista Digital”, “Megazine”, “Carro Etc”, “Boa Viagem”, “Negócios e Leilões”, “Rio Show”, “Prosa e Verso”, “Revista Ela”, “Globinho”, “Boa Chance”, “Revista da TV”, “Morar Bem”, “Revista O Globo”, sem contar os jornais de bairros cariocas. Dada a variedade de seções e a suposta missão do jornal em abordar a cultura brasileira, é relevante a análise de Oliveira. Ao investigar as escolhas lexicais de *O Globo* no ano de 2008, ela assevera que, enquanto temas relativos à cidade do Rio de Janeiro e conteúdos políticos e econômicos são destaques no jornal, assuntos relacionados à cultura possuem uma presença bastante reduzida em *O Globo*⁶⁰. Essa informação reforça nossa hipótese acerca da contratação de

⁵⁷ Apresentação do Segundo Caderno no site Infoglobo, que foi uma empresa criada por Irineu Marinho para a publicação dos jornais O Globo, Extra e Expresso, posteriormente integrada à Editora Globo.

⁵⁸ MARINHO, Roberto I; MARINHO, João R; MARINHO, José R. *Princípios editoriais do Grupo Globo*, 2011.

⁵⁹ BARBOSA, 2007, p.229.

⁶⁰ OLIVEIRA, Márcia R. A. R. *Jornal Popular x Jornal Tradicional: análise léxico-gramatical da notícia a partir da Linguística de Corpus, um estudo de casos dos jornais cariocas “O Globo” e “O Dia”*. *Veredas*, 2008.

Agualusa, em que sua escrita em torno dos elos culturais compartilhados entre África e Brasil poderia ser usada em prol de uma agenda política da direção do periódico.

Além disso, foi apenas em 1984 que *O Globo* reformulou o “Segundo Caderno”, tornando-o exclusivamente cultural, já que até esse ano ele funcionava como uma continuação do “Primeiro Caderno”⁶¹. *O Globo* foi um dos periódicos que mais tardiamente passou a reservar esse espaço fixo para a cultura, visto que, a partir de 1960, vários diários começaram a adotar essa prática, o que, segundo Jácome e Vieira, foi resultado dos esforços em ordenar a imprensa moderna em fronteiras estáticas⁶². Nos cadernos culturais aconteceria a articulação entre jornalismo, literatura, política, arte e opinião, contraposto ao discurso de neutralidade jornalística, criando uma ideia de “lados” da folha. Em um deles, prevalece a objetividade, a racionalidade, o predomínio dos “grandes temas nacionais”, publicados nas primeiras páginas do jornal. A outra parte, o que os autores chamam do “lado B”, seria dedicada ao jornalismo cultural e foi durante muito tempo obliterada pela imprensa. Tal complexidade é comentada por Ribeiro, que afirma que a hegemonia da objetividade na imprensa não significou a eliminação do espaço opinativo, literário ou mesmo ficcional. O que aconteceu foi uma separação clara “[...] entre a informação, transmitida “objetiva” e “imparcialmente”, e o comentário pessoal e a opinião, que, apesar de valorizados, passaram a ter seu poder heurístico atenuado”⁶³

Considerando essa bipartição da imprensa e a máxima de *O Globo*, que é minimizar o subjetivismo pela busca da verdade, há, portanto, dentro dos próprios princípios do Grupo Globo um preceito de subalternizar o potencial informativo dos textos do “Segundo Caderno”, entendidos como subjetivos, realçando o “Primeiro Caderno” nesse quesito. E esse preceito é incorporado por parte da historiografia. Embora seja fala comum das análises encontradas sobre *O Globo* o fato de que não há verdadeira imparcialidade, são numerosas as pesquisas que se dedicam apenas aos editoriais e/ou às reportagens político-econômicas. Assim, apesar dos cadernos culturais “[...] oferecerem material único para compreensão de toda uma geração jornalística e seus impactos até a atualidade (LIMA, 2006), pode-se constatar que, até então, eles vêm sendo tratados como apêndices dentro da produção historiográfica sobre a imprensa brasileira [contemporâneas⁶⁴]”⁶⁵. Os pesquisadores voltam-se para os formatos textuais mais próximos do ideal de jornalismo moderno e, nessa seleção de fontes, abdicam de trabalhar com

⁶¹ JÁCOME, Phellipy; VIEIRA, Ítala M. O lado B do Jornalismo: como os cadernos culturais entram na história. *Contracampo*, v.37, n.3, 2018.

⁶² *Ibid.*, p.6.

⁶³ RIBEIRO, 2006, p.427.

⁶⁴ Situação distinta quanto às pesquisas dos jornais do século XIX e XX, em que várias delas analisam a escrita de grandes literatos inserida nos jornais. Alguns exemplos são trabalhos presentes em *História das Cousas Miúdas*.

⁶⁵ JÁCOME E VIEIRA, 2018, p.14.

outras vias. A polifonia, tão importante como um argumento do jornal para provar sua diversidade/convívio de opiniões, é sempre, contudo, relegada ao segundo plano.

A partir dessa premissa, pensemos no “Segundo Caderno” de *O Globo*, que está sob coordenação direta de Gabriela Goulart, subordinada ao diretor-geral Frederic Zoghaib Kachar. Considerando um perfil geral do caderno entre os anos de 2015 e 2018, o “Segundo Caderno” contava com uma média de 290 mil leitores. Dentre essa audiência, um mapeamento do público-leitor mostra a diversidade relativa à classe social (com foco na classe B e C) cuja faixa etária mais relevante era a partir dos trinta anos; em questão de gênero, as leitoras se destacam (66% de interesse) e em relação à escolaridade, mais da metade possuíam ensino superior. É para esse grupo brasileiro adulto, escolarizado, feminino e de classe média, segundo um perfil geral⁶⁶, que o jornalismo cultural de *O Globo* produzia seu conteúdo entre os anos de 2015 e 2018, publicando diariamente de 6 a 8 páginas no “Segundo Caderno” que segue uma estrutura formada por: matérias jornalísticas, críticas culturais (em forma de artigo, ensaio ou crônica), colunas sociais, sinopses, roteiros de eventos, guias de TV e variedades⁶⁷.

Através de formatos textuais plurais, as publicações presentes neste caderno compreendem novidades e movimentos culturais, abordando cinema, música, teatro, televisão e literatura. Podemos citar como exemplo a coluna social “Gente Boa” de Cleo Guimarães, composto por notas de eventos artísticos e sociais brasileiros, que durante um ano constituiu a segunda página do caderno nas segundas-feiras ao lado dos textos de Agualusa. Durante os quatro anos de publicação dos textos agualusianos analisados, o “Segundo Caderno” também contou com diferentes colunistas que ocupavam o mesmo espaço de Agualusa em outros dias da semana. O caderno contou com a colaboração de críticos como o escritor Marcus Faustini, o historiador Fred Coelho, a atriz Zélia Duncan, o comunicador Marcio Tavares D’Amaral e o político Fernando Gabeira. Em 2018, Agualusa teve sua coluna realocada, com seus textos sendo publicados na folha final do “Segundo Caderno” nos sábados – o que também demonstra seu sucesso com o público médio, já que *O Globo* conta com um maior número de leitores nos finais de semana. Passando a escrever para a coluna “A Última”, Agualusa dividiu essa seção com nomes famosos, como o do jornalista Arnaldo Bloch.

É visível a variedade de escritores que compõem o caderno, muitos deles renomados, tendo inclusive influência em outros campos políticos, sociais e culturais. Impactados pela

⁶⁶ Fonte: Leitores: TGI 2017 II 2016 2s - 2017 1s // Fonte Circulação: IVC Maio/2018. Dados do Infoglobo: <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=67>.

⁶⁷ GADINI, Sérgio L. Grandes estruturas editoriais dos cadernos culturais: principais características do jornalismo cultural nos diários brasileiros. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, VIII, n. 3, 2006, p.234.

direção do jornal, pelos eventos que circundam seu presente e pela própria historicidade e interesses, esses autores constroem escritas que, sob análise, podem indicar posicionamentos diversos sobre a conjuntura histórica que estão vivenciando. Entendendo que o “Segundo Caderno” de *O Globo* é um campo profícuo para entender as influências do jornal e de seus colunistas sob o Brasil, passemos agora para a identificação das escolhas de Agualusa dentro de *O Globo*. Para alcançar esse intento, primeiramente é preciso pensar nos passos trilhados por ele no texto publicado no dia 23 de fevereiro de 2015, crônica que marcou sua entrada no jornal.

Uma crônica programa? A estreia de Agualusa n’*O Globo*

Um cronista participa dos debates de seu tempo, inserindo-os em seu ofício, sem desassociá-los dos cuidados com a escrita literária. Para isso, ele tende a esboçar um perfil para suas crônicas que “[...] sirva como chave interpretativa capaz de guiar o leitor através daquele conjunto de textos”⁶⁸, optando por determinadas temáticas em detrimento de outras e defendendo ou criticando diferentes vieses, enquanto cria um diálogo com seu público-leitor. Como apontam os organizadores de *História das Cousas Miúdas*, o primeiro artigo de uma série habitualmente é destinado a formular um roteiro para as futuras crônicas que serão construídas pelo escritor para um determinado suporte. Nesse sentido, a leitura e análise da crônica “Beijando o ditador” apresenta uma síntese do programa desejado e proposto por Agualusa para o jornal brasileiro⁶⁹. Posicionada na página dois da seção cultural, a crônica foi enquadrada verticalmente no lado esquerdo da folha, inserida numa coluna que contou com o e-mail oficial do “Segundo Caderno” e com o nome do cronista em maiúsculo e com fonte de cor distinta do texto. A crônica apresentava o título em negrito e, logo abaixo, poucas linhas em destaque já davam o tom da publicação, como uma espécie de *lide* de textos jornalísticos. A escrita da crônica propriamente dita, iniciada com uma letra capitular (*É*), foi dividida em oito parágrafos, contando um narrador-personagem. É importante destacar que a assinatura da coluna leva o nome do próprio Agualusa, sem uso de pseudônimos, e que o autor utiliza situações vivenciadas por ele em sua escrita, circundando as temáticas abordadas nas crônicas.

⁶⁸ CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p.15.

⁶⁹ AGUALUSA, José Eduardo. Beijando o ditador. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/02/2015.

Figura 1: panorama da segunda página do “Segundo Caderno”, *O Globo*, 23/02/2015



Já era perceptível, pelas primeiras linhas escritas em “Beijando o ditador”, qual seria o tema escolhido por Agualusa para iniciar sua colaboração em *O Globo*: o carnaval, um dos símbolos mais emblemáticos do país, síntese simbólica de uma nacionalidade brasileira. Se considerarmos a data de publicação dessa edição, o assunto escolhido fazia sentido, já que a crônica foi lançada poucos dias depois do carnaval brasileiro de 2015. Embora não seja considerado na legislação federal como um feriado nacional, é inegável o valor atribuído a esta tradição cultural no nosso país, fato que é abordado em *Ecos da Folia*⁷⁰. Cunha aponta que desde muito cedo o carnaval foi associado à imagem da nação brasileira, divulgado como uma festividade capaz de expressar a originalidade de seu povo frente aos demais, onde “[...] o Brasil encontrava sua síntese na natureza, na alegria, na malemolência mestiça – mistura harmônica em uma expressão festiva do país e de seu povo”⁷¹. E, já no início do século XX, por volta nos anos 1920, era difundida uma visão essencialista e integradora do carnaval que reverberou posteriormente inclusive no campo acadêmico. Foi divulgado com tanto efeito que, décadas depois, os pesquisadores ainda tocavam com hesitação na temática do carnaval, evitando seus

⁷⁰ CUNHA, Maria C. P. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2001.

⁷¹ *Ibid.*, p.14.

múltiplos significados e sujeitos dada a projeção dessa festividade como parte inata da “cultura brasileira”, um bloco homogêneo que não deveria ser remexido pelo bem nacional.

Dado o alcance dessa festa no Brasil, que se encerrava pouco tempo antes da crônica ser lançada em *O Globo*, Agualusa surpreendia seus leitores, falando inicialmente não do carnaval brasileiro, mas voltando sua escrita para uma discussão além-mar:

Passei o carnaval na ilha de São Vicente, no arquipélago de Cabo Verde. Mindelo, a pequena capital da ilha, é famosa pelo seu Entrudo. No continente africano a cidade do Cabo, na África do Sul, organiza um carnaval antecipado, o *Coon Carnival*, no início de janeiro, que mobiliza toda a numerosa comunidade mestiça da cidade. Luanda e Benguela, em Angola, e Quelimane, em Moçambique, também já foram famosas pelos carnavais exuberantes, na época colonial, e estão, pouco a pouco, a recuperá-los.⁷²

Ao citar sua experiência no carnaval cabo-verdiano, o autor mantinha-se na pauta desta festividade, mas lidava com festa(s) ocorridas(s) em terras africanas, listando África do Sul, Angola, Cabo Verde e Moçambique. Ainda que o carnaval tenha sido incorporado ao imaginário da identidade brasileira como um símbolo da brasilidade, Agualusa começa sua colaboração n’*O Globo* provocando o leitor com um circuito cultural muito mais amplo. Assim, a partir do trecho acima, encontramos um primeiro possível indício do rumo ambicionado por Agualusa para sua série de crônicas: a união do mundo lusófono pela cultura⁷³. Isso é perceptível uma vez que, quando constrói pontes entre o Brasil e a África, pelos elos culturais comuns, o autor opta por tratar do carnaval, uma escolha que não é fortuita quando pensamos nas origens dessa festividade. O advento do carnaval nos territórios africanos (e também no Brasil) derivou-se do processo colonizador europeu e, se considerarmos os países mencionados por Agualusa, a maioria deles, com exceção da África do Sul, foi colonizada por Portugal⁷⁴. Logo, os carnavais praticados hoje em Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique, embora

⁷² AGUALUSA, José Eduardo. Beijando o ditador. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/02/2015.

⁷³ Entendemos que o conceito de cultura é de amplo debate e de inúmeros definições por diferentes teóricos. Em seu verbete, Raymond Willians remonta a etimologia da palavra cultura, bem como suas diferentes acepções conforme contextos específicos, espaciais e temporais. Destaca três categorias abrangentes e ativas de uso: a) cultura como um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético, a partir do Setecentos, b) cultura indicando um modo de vida particular, seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral, desde Herder e Klemm, c) cultura como obras e práticas da atividade intelectual e particularmente, da atividade artística, onde a cultura é música, literatura, pintura, entre outras atividades que envolvam o campo das artes. Para saber mais, veja: WILLIANS, Raymond. Cultura. In: _____. *Palavras-chave*. São Paulo: Boitempo, 2007. Na monografia, através das análises das crônicas de Agualusa, veremos progressivamente sobre qual ou quais ideias de cultura o autor trabalha e privilegia: se são enfocada a ideia de cultura como arte ou se ele agrega as articulações das relações sociais com um conjunto de crenças, ideias e valores simbólicos no interior de um quadro específico.

⁷⁴ As origens do carnaval não se restringem a Portugal, mas este é um país cristão que desde a época colonial difundiu por suas colônias várias festas contidas no calendário cristão, tal como o carnaval. Por exemplo, com a colonização portuguesa, o entrudo chega no Brasil como uma festividade das famílias patriarcais brancas, onde as pessoas atiravam umas nas outras água, farinha e outros objetos. Foi uma comemoração que se popularizou e agregou novos elementos e grupos culturais que compõem hoje o carnaval brasileiro. Veja mais em: GERMANO, Iris. *O Carnaval no Brasil: da origem europeia à festa nacional*. *Caravelle*, n.73, 1999.

certamente tenham suas características particulares, podem ser compreendidos como pelo autor como um sintoma lusófono, ou seja, um exemplo da partilha cultural entre ex-colônias lusas.

Sigamos com a crônica. O parágrafo seguinte inicia-se com as frases: “É possível mapear-se os territórios de mestiçagem euro-africana e a sua importância, em função da dimensão do carnaval. Mindelo, Luanda, Benguela, Cidade do Cabo e Quelimane são cidades mulatas”⁷⁵. Aqui, Agualusa reforça a relação entre carnaval e colonização que, promovendo contatos entre África e Europa, culminou na hibridização cultural e racial nesses territórios. Excetuando Mindelo, cidade localizada em um país que ele afirma ser hegemonicamente crioulo⁷⁶, Agualusa aponta que “[...] as outras quatro cidades que referi atrás [Luanda, Benguela, Cidade do Cabo e Quelimane] constituem ilhas de mestiçagem num vasto oceano ocupado por culturas de matriz banto”⁷⁷. É intrigante o fato de o cronista dizer que esses espaços crioulos são pequenas frações, dispersas numa primazia de culturas não-crioulas, ao mesmo tempo que seleciona cidades que estão cada uma posicionada numa extremidade do continente, contornando a África com a criouliidade. Geograficamente, Quelimane, em Moçambique, está no extremo leste; a Cidade do Cabo, na África do Sul, está na extremidade sul. E Mindelo, epicentro da criouliidade, segundo Agualusa, está no extremo oeste. Com uma linha imaginária construída na crônica, o escritor liga essas cidades crioulas por um fio de cultura, um fio invisível que se evidencia, entre outros, pelo carnaval, num esforço que mostra a dimensão do processo de criouliização no continente africano⁷⁸.

Desta forma, Agualusa destaca a existência de zonas crioulas e zonas não-crioulas dentro da África. Sobre isso, ele indica que nem sempre a convivência entre elas foi pacífica ao longo da história. Menciona, inclusive, como alguns núcleos crioulos urbanos costeiros, tais como Luanda, tenderam a não compreender e mesmo menosprezar o universo rural onde se tinha dominância banto – e vice-versa. Seus próximos parágrafos exemplificam essa questão:

No carnaval do Mindelo assisti a um curioso exemplo do estranhamento de África em relação a si mesma. Um dos grupos carnavalescos mais populares, mais dinâmicos e expressivos, é constituído por homens e crianças que se pintam de preto e saem para as ruas vestindo tangas, ornamentadas com pulseiras e colares, e armadas de falsas

⁷⁵ AGUALUSA, José Eduardo. Beijando o ditador. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/02/2015.

⁷⁶ Sobre o processo de criouliização em Cabo Verde, veja: ALMEIDA, Miguel V. Criouliização e fantasmagoria. *Anuário Antropológico*, v. 30, n.1, 2005; SEIBERT, Gerhard. Criouliização em Cabo Verde e São Tomé e príncipe: divergências históricas e identitárias. *Afro-Ásia*, 49, 2014.

⁷⁷ AGUALUSA, José Eduardo. Beijando o ditador. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/02/2015.

⁷⁸ Este processo de criouliização é umbilicalmente relacionado com a dinâmica colonial. Em seu artigo, Ferreira analisa regiões da África Atlântica, especialmente Angola, para entender os sentidos da criouliidade dispostos nessas regiões. É importante destacar que o crescimento do escravismo levou a uma maior amplitude de sujeitos envolvidos nesse comércio, não só europeus ou africanos, mas incorporando, por exemplos brasileiros quando pensamos em Angola. Assim, crioulos teriam características culturais da Europa, África e América, pertencendo a nenhum e a todos os três continentes ao mesmo tempo. Mais em: FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*, 155, 2006.

lanças e machados. São os “mandingas”, referência a uma das mais poderosas etnias da África ocidental.⁷⁹

Os mandingas são assim inseridos na crônica. Herdeiros do antigo império Mali, os mandingas foram profusamente divulgados através do tráfico de escravos como sujeitos atrelados à feitiçaria e superstição⁸⁰. Segundo experiência pessoal do cronista, foram também transformados por um grupo, provavelmente crioulo em Mindelo, em uma fantasia de carnaval. Em seu texto, Agualusa se preocupou em mostrar para o público como a cidade teve contato com os mandingas, já que estes não habitavam originalmente o arquipélago cabo-verdiano. Essa interação aconteceu graças a Exposição do Mundo Português de 1940, onde vários grupos étnicos foram exibidos em Lisboa para apresentar aos portugueses, de modo animalizado⁸¹, as “tradicionais aldeias africanas do espaço colonial lusitano”⁸². De acordo com o autor, o retorno dos mandingas ao continente, com uma curta parada por Cabo Verde, foi o que possibilitou o conhecimento desses povos por Mindelo, levando ao surgimento do grupo carnavalesco *Mandingas*. Assim, Agualusa destaca que, com essa ação de mestiços africanos de se apropriarem de elementos dos mandingas, muito mais baseados em estereótipos construídos pelo Ocidente do que em aspectos históricos reais, “[...] temos então este bloco de negros e mulatos que se pintam de preto, de africanos que se mascaram de africanos, representando uma África arcaica e mítica destinada, no projeto original, a assombrar europeus”⁸³

A suposição de uma finalidade partilhada (assombrar europeus) entre a grande exposição de 1940 e um movimento carnavalesco de 2015 é bastante simplificadora. Contudo, é inegável que ambas as situações são influenciadas por uma perspectiva eurocêntrica que compreendeu no passado e ainda compreende hoje a África e suas culturas diversas como

⁷⁹ AGUALUSA, José Eduardo. Beijando o ditador. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/02/2015.

⁸⁰ Povos islamizados, os mandingas costumemente usavam talismãs para proteção, tais como as bolsas de mandingas que se popularizaram no Mundo Atlântico, contendo trechos do Alcorão. Entre o uso desses amuletos e a dificuldade encontrada pela colonização cristã em extirpar outras influências sobre os mandingas, fica mais claro entender porque eles foram divulgados como feiticeiros bélicos. Mandinga tornou-se sinônimo de feitiçaria, o que é usado inclusive no Brasil de hoje. Para mais: SANTOS, Vanicléia S. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII*. 2008. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo.

⁸¹ Sobre a existência de espaços reservados para a exibição de seres humanos considerados exóticos, selvagens ou monstruosos, tendo como base o “racismo científico”, veja: KOUTSOUKOS, Sandra S. M. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

⁸² Oficialmente homenageando a data de fundação do Estado Português (1140) e a Restauração da Independência (1640), essa exposição aconteceu durante o regime ditatorial comandado por António de Oliveira Salazar, de 1933 a 1968 (ditadura que só findou em 1974, com a Revolução dos Cravos). Foi uma ação do governo para reforçar seu poder, principalmente sob as colônias africanas. A presença de africanos, exibidos como posses do regime português, foi mantida na Secção Etnográfica Colonial, até a chegada da estação de inverno em Lisboa, quando foram enviados de volta às colônias em razão das condições em que era mantidos quando expostos e das doenças que começaram a ser contraídas. Saiba mais em: NASCIMENTO, Rosana A. D. *O “Brasil Colonial” e a exposição do mundo português de 1940*. Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia.

⁸³ AGUALUSA, José Eduardo. Beijando o ditador. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/02/2015.

monstruosas, selvagens ou, no mínimo, exóticas. Usando seu próprio padrão para medir a alteridade, esse olhar ocidental, amparado e justificado pela Igreja Católica, difundiu durante séculos o continente africano por meio de uma visão seletiva da realidade que fundamentasse seus objetivos colonialistas. E esse viés eurocêntrico existente mesmo hoje, findada a colonização, ainda impacta as imagens que se tem das culturas africanos. Como diz Agualusa, [...] para o vulgar turista ocidental, incluindo os brasileiros, os “mandingas” são o grupo mais original de todos que se apresentam no carnaval de Mindelo. Suponho que os achem mais genuínos (mais africanos) sendo o restante vistos como “abrasileirados”⁸⁴. Destacando que o carnaval brasileiro também carrega traços africanos, uma vez que a festividade foi trazida “[...] no início do século XVIII, por portugueses e escravos das ilhas da Madeira e de Cabo Verde”⁸⁵, Agualusa constrói um círculo que envolve múltiplos espaços nomeados hoje como lusófonos.

Por toda a crônica, o escritor nos leva refletir o quanto o Brasil é um país cuja história é intensamente marcada pela África, principalmente por influências culturais, sendo o carnaval apenas um exemplo disso. E mais uma vez: não qualquer exemplo, mas um dos traços culturais mais reiterados para falar da identidade brasileira. Todavia, nessa mesma crônica, Agualusa aponta como o brasileiro se afasta constantemente dessas raízes comuns, não reconhecendo os muitos traços compartilhadas ou derivados de contatos seculares. E ainda, indica o cronista, nesse processo os brasileiros olham e julgam a África com estranhamento, alastrando noções eurocentradas. Agualusa engloba os brasileiros nos vulgares turistas ocidentais e conclui que:

O turista busca a diferença, e, nessa procura, legitima o que lhe parece autêntico. Tanto pior se aquilo que parece autêntico é uma representação mais ou menos falsificada ou imaginosa da realidade – que se dane a realidade! [...] Vemos o que queremos ver.⁸⁶

O final da crônica é um arremate de Agualusa sobre esse descaso e distanciamento brasileiro com a África, fazendo uma referência direta ao carnaval carioca dessa vez. Poucos dias antes da publicação da crônica, a escola de samba Beija-Flor foi coroada campeã do Carnaval do Rio de 2015. O enredo vencedor foi uma homenagem à Guiné Equatorial, um país da África Central que vivia então sob ditadura nas mãos de Teodoro Obiang desde 1979. A temática escolhida pela Beija-Flor já era controversa quando cantava “Criança, levanta a cabeça e vai embora/*O mar que trouxe a dor riqueza aflora/ Tem uma família agora/ Quem beija essa flor não chora*”⁸⁷, quando o país vivia sob um regime autocrático que completava 36 anos em 2015. A polêmica foi agravada quando veículos da mídia noticiaram que a Beija-Flor havia

⁸⁴ AGUALUSA, José Eduardo. Beijando o ditador. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/02/2015.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ BEIJA-FLOR. *Samba-Enredo 2015* – Um Griô conta a história: um olhar sobre a África e o despontar da Guiné Equatorial – Caminhemos sobre a trilha de nossa felicidade.

recebido um patrocínio milionário do governo de Guiné Equatorial para a construção do sambaredo⁸⁸, uma situação comentada pela agremiação sambista quando explicou que recebeu doações de empresas brasileiras⁸⁹. O governo do país africano negou ter disponibilizado qualquer valor, alegando ter apenas apoiado a iniciativa de empresas brasileiras que tinham operações em Guiné Equatorial. Mesmo sem conclusões sobre o caso, a questão é que, na metade de fevereiro, essa era uma pauta presente nos principais jornais brasileiros. A partir disso, Agualusa resolveu usar o caso para demonstrar como o triunfo da Beija-Flor ilustrava uma seletiva falsificação da realidade africana feita pelo Brasil:

Assistindo ao desfile da Beija-Flor, há quem só tenha vista a riqueza dos trajes, as cores das plumas, a profusão de máscaras africanas, a ala dos ancestrais celebrando as tradições de um pequeno país africano. Porém, olhando melhor, não há como não ver o cinto do caubói. No caso, o rosto crispado de um dos mais terríveis e corruptos ditadores do nosso tempo: Teodoro Obiang.⁹⁰

Esse trecho do cronista mostra simultaneamente como o brasileiro se extasiava diante da beleza e exotismo africano e como, ao mesmo tempo, ignorava o que acontecia do outro lado do Atlântico. O caso do Beija-Flor é mostrado por Agualusa como uma síntese de como o brasileiro escolhia desconhecer e se ausentar de debates e pautas sobre temas da atualidade de muitas nações africanas, como nesse caso do suposto patrocínio para o carnaval do Brasil. Afinal, dirá Agualusa em sua crônica, a maioria dos brasileiros encarnam o posicionamento de que “o dinheiro não tem cor [...] o importante é que a festa foi bonita”⁹¹. Dessa forma, a crônica mostrava a forte crítica Agualusa contra o apoio financeiro de Guiné Equatorial ao carnaval brasileiro, uma vez que o regime de Obiang se estabelecia sobre bases antidemocráticas. O próprio título da crônica referia-se à polêmica e fazia um trocadilho entre o verbo beijar e o nome da escola carioca campeã de 2015.

Dessa forma, já em sua estreia, Agualusa, em sua crônica, não deixava de comentar a realidade política, social e cultural brasileira, alertando já de saída sobre a importância dos estreitos elos do nosso país com África. Através do tema da cultura (aqui representada pelo carnaval), mote de todas as publicações do Segundo Caderno d’*O Globo*, Agualusa já de abertura lançava a provocação do quão indiferente o Brasil e seu povo se mostrava sobre suas ligações com os países africanos, em especial os que tinham uma história em comum. Essa determinação em tratar da cultura e essa advertência dada ao público brasileiro sobre o descaso quanto a África dão pistas de como Agualusa construirá sua coluna semanal. Ele, enquanto um

⁸⁸ CIFUENTES, Pedro. Um ditador no Carnaval do Rio. *El País*, 11/02/2015.

⁸⁹ GUINÉ Equatorial diz que patrocínio a Beija-Flor foi iniciativa de empresas. *O Globo*, G1 Rio, 19/02/2015.

⁹⁰ AGUALUSA, José Eduardo. Beijando o ditador. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/02/2015.

⁹¹ *Ibidem*.

angolano presente no jornal de maior circulação nacional, está numa posição capaz de relembrar e fortalecer, através da escrita, a importância das culturas africanas para o Brasil, especialmente dos seus elos com Angola. Também mostra seu entendimento sobre o próprio gênero crônístico: aquela que revela o olhar e o desejo de intervir no mundo sobre o qual escreve.

Sobre quais caminhos ele usará para conseguir esse objetivo de reconstruir os laços entre Brasil e África, ele também dá indícios nessa primeira crônica, quando costura Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné Equatorial, Moçambique e Portugal por meio do carnaval. Todos esses países fazem parte do espaço lusófono. Logo, eles formariam uma comunidade marcada por controvérsias, alianças e disputas, como aquela apontada por ele na crônica, quando diz que “[...] o ditador de Guiné Equatorial [Obiang] já conseguiu que seu regime fosse aceito na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”⁹², remetendo a polêmica do mais recente membro da CPLP⁹³. A decisão de versar sobre uma expressão cultural que envolve múltiplas regiões do mundo lusófono e a recordação da existência dessa instituição transnacional que oficializa a lusofonia não são acidentais. Assim, fica implícita sua deliberação em desenvolver a temática lusófona em *O Globo*, análise que é amparada por sua entrevista para Maurício Meireles em sua carta de apresentação, quando cita a necessidade da lusofonia na imprensa.

Dados esses indícios provenientes do exame da crônica-guia de Agualusa, é necessária a análise conjunta das demais crônicas que compõem nosso *corpus documental*, com o objetivo de investigar se essas noções de cultura e lusofonia, presentes na primeira crônica, serão constantes nos quatro anos de publicações analisadas. Além disso, é preciso pensar qual é o sentido de lusofonia atribuído por Agualusa em suas crônicas, uma vez que por ser amplo e historicamente reivindicado por vários grupos, o discurso lusófono pode ter vários significados, a serem debatidos no próximo capítulo. Pelo que vimos na crônica analisada, o autor indica a existência de um elo cultural entre Brasil e África, especialmente forte entre países lusófonos, que não é restrito ao passado. Se começou na época colonial, seus resquícios estão presentes hoje em expressões culturais variadas, como vimos com o carnaval. Essa deixa de Agualusa antecipa sua disposição a favor da lusofonia, ou seja, é perceptível uma constatação do cronista de que há elementos comuns entre a comunidade lusófona. Mas qual lusofonia ele defende?

⁹² *Ibidem*.

⁹³ Criada em 1996, a CPLP é uma organização internacional formada por países lusófonos, que visa aprofundar a cooperação entre os membros. Controversa, a entrada de Guiné Equatorial à CPLP aconteceu em 2014. Embora seja um país cujos habitantes falam no dia-a-dia o espanhol, o país pôde alegar que possuía raízes lusas, já que o território pertenceu a coroa portuguesa até 1778. Muitas críticas à presença desse país na CPLP argumentam que ela é uma jogada política e comercial dos dois lados. Mais em: LEITE, Isabel C. A CPLP, Portugal e a Guiné Equatorial: uma encruzilhada na era dos Direitos Humanos. *População e Sociedade*, v.34, 2020.

Pela análise da crônica, podemos notar sua crítica contundente ao olhar que despersonaliza a África, seus povos e suas culturas, à perspectiva eurocêntrica que estereotipa. Todavia, na elaboração desse texto, Agualusa estabelece uma certa dualidade entre o continente africano, citando núcleos opostos: banto x crioulo, urbano costeiro x rural. Essa polarização fica mais clara no trecho: “Os núcleos urbanos crioulistizados, alguns deles há vários séculos (Luanda, por exemplo, foi fundada em 1576) tendem a ignorar, senão mesmo a desprezar, o universo rural. Este responde na mesma moeda”⁹⁴. Enquanto cita a dificuldade de interação entre mestiços e povos bantos, ele não estipula a segunda como se estivesse preservada de contatos alheios, como se estivesse inalterável frente as influências vindas pelo Atlântico? Assim, Agualusa simplifica as relações entre a região costeira e o interior do continente, como se estivessem culturalmente apartados, dando a entender que a crioulistidade na África ficou bastante restrita à costa marítima⁹⁵.

Além disso, destacar que esses pretensos polos tendem a se ignorar ou mesmo a se desprezar não é desvalorizar a plasticidade das culturas africanas? Não queremos afirmar qualquer tipo de relação ideal entre culturas diversas, mas o processo de crioulistização em si demonstra trocas culturais entre Europa, África e América. Qual elemento da crioulistidade tornou as cidades mestiças citadas na crônicas tão fundamentalmente diferentes do “oceano ocupado por culturas de matriz banto” para elas serem tratadas como ilhas separadas? Agualusa não aborda essa questão, só ressalta o estranhamento e a distância imposta entre zonas crioulistas e zonas não-crioulistas. Por não abordar a complexidade entre relações culturais na África, Agualusa concebe por si mesmo um estereótipo, pautado por uma visão cristalizada de nexos culturais que existem no continente africano. Dizer que essa incoerência é perdoável já que seu intento na crônica é citar a crioulistidade para realçar os laços entre África e Brasil é uma resposta bastante superficial. Afinal, existem discursos que não negam os elos entre nosso país e a ancestralidade africana e que ainda assim são vinculados a uma postura eurocêntrica. Uma dessas referências inclusive é o sociólogo nacional Gilberto Freyre. Em suas obras, Freyre não

⁹⁴ AGUALUSA, José Eduardo. Beijando o ditador. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/02/2015.

⁹⁵ Roquinaldo Ferreira inclusive fala de como o envolvimento constante de indivíduos com o comércio de escravos, a mobilização de soldados e constante migração expandiu a cultura crioulista para o interior, no caso do processo de crioulistização de Angola. Isso contrapõe o exemplo dado por Agualusa sobre Luanda. Ferreira aponta que a cidade costeira tinha que manter boas relações com o interior para o suprimento de escravos, além do destacamento de soldados que garantia a relativa paz do governo de Luanda. Veja em: FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulistas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*, 155, 2006.

negou características africanas na formação do Brasil, mas seu discurso lusotropicalista foi utilizado como ideologia do colonialismo português pelo Estado salazarista⁹⁶.

Dessa forma, em uma mesma crônica, Agualusa abertamente censura estereótipos ocidentalizados e argumenta de modo reducionista quanto às relações culturais africanas. Ficamos, portanto, com a seguinte indagação: o uso que o cronista fará da temática lusófona será o da horizontalidade, pensando que a lusofonia hoje é composta por experiências plurais sem hierarquização dos contatos transatlânticos? Ou ele cairá nos mesmos jargões que critica tão veementemente quando for pensar nesse mar de cultura lusófona? Além disso, quando o cronista estabelece um discurso lusófono nas crônicas, qual seu impacto sobre o Brasil? Nosso país, como indicou Agualusa em seu primeiro texto, é marcado por inúmeras influências africanas. Estima-se que o Brasil seja o país com maior população negra fora da África, traço remanescente do processo colonial e escravista português, na qual diversos grupos étnicos do continente africano refizeram a si e as suas culturas nas nossas terras por séculos⁹⁷. Quando Agualusa sai em defesa de lusofonia, que intrinsecamente leva a ideia de partilha cultural marcada pela mestiçagem, como o Brasil é representado nessa lógica?

O autor já indicou em sua primeira crônica que o Brasil costumeiramente se exime em considerar seus laços com a África, mas ressalta que esses elos existem. Qual a leitura do cronista frente as influências, africanas e também portuguesas, derivadas da lusofonia no Brasil? Ele considera suas diversidades e complexidades ou cai na retórica da cultura nacional brasileira pautada pela mestiçagem positivada? As análises de historiadores e outros pesquisadores brasileiros relativas à literatura agualusiana são quase unânimes ao afirmar que seus romances tratam dos contatos entre países lusófonos, especialmente Brasil, Angola e Portugal, sem suavizar as violências cometidas pela metrópole contra suas antigas colônias. Suas crônicas seguirão a mesma deixa quando publicadas em um jornal elitista que tenciona uma visão harmonizadora da mestiçagem ocorrida no Brasil? São muitos questionamentos possíveis, pautados pela análise da coluna inaugural de Agualusa, que serão abordados à frente.

Contudo, antes de tentarmos responder essas questões, será apresentado um compilado de informações, em formato de tabela, mapeando numericamente em quantas crônicas o escritor

⁹⁶ O próximo capítulo abordará o lusotropicalismo, mas já indicamos que seus teóricos consideram a plasticidade da cultura portuguesa como motriz da mestiçagem transatlântica. Veja mais em: PINTO, João A. Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951–1974). *Revista UFG*, v. 11, n. 6, 2017.

⁹⁷ O contato de Brasil com a África não se resume ao colonialismo e escravidão. Já apontamos vários elementos que demonstram essas relações múltiplas, como o impacto de figuras africanas no nosso país sob várias expressões culturais, exemplificada por Ginga de Angola. Comentamos também sobre o reconhecimento político brasileiro da independência de colônias portuguesas e o processo de migração que ocorreu entre Angola e Brasil na virada do século XXI. Todavia, é inegável que a origem desses elos plurais foi impactada pelo imperialismo português.

cita o conceito lusofonia ou usa de algum termo, sujeito e situação que remete a temática. Nesse mapeamento também tratamos de quais outros temas são constantes nas mãos do cronista conforme os anos de publicação. Entre 23 de fevereiro de 2015, data da sua primeira crônica, e 29 de dezembro de 2018, dia em que foi lançado o último texto do nosso conjunto de fontes, Agualusa escreveu quase duzentas crônicas para *O Globo*. Nesses quatro anos, seus textos foram publicados em quase todas as semanas, com poucas exceções. Em março de 2017, Agualusa tirou uma licença para a escrita de *A sociedade dos sonhadores involuntários*; também não houve a publicação da crônica durante a semana em que o jornalista foi realocado para a coluna “A última”, em 2018. Ademais, dois de seus textos não foram localizados no *Acervo O Globo*: uma das edições do “Segundo Caderno”, de 22 de janeiro de 2018, não estava disponível para consulta e a edição de 29 de janeiro de 2018 estava incompleta no acervo.

Subtraindo essas ocorrências, Agualusa teve 194 crônicas disponibilizadas no acervo supracitado que foram publicadas entre 2015 e 2018. Nessas crônicas, existem variados assuntos trabalhados pelo autor. Essa pluralidade de temas é resultado dos interesses do escritor em trabalhar determinado(s) elemento(s), das influências do jornal sob as crônicas que foram publicadas e também da recepção do público, que influi nessa escrita, fazendo com que Agualusa desenvolvesse mais profundamente uma temática ou fosse mais sucinto durante sua escrita, dando enfoque a outros temas. Contudo, houve durante os quatro anos de publicações algumas temáticas recorrentes nas crônicas, notadas durante a leitura e tabelamento dos textos. Elas são: a) a escrita literária e seus autores, b) história, cultura e política de Angola, c) contatos entre Angola e Brasil, d) a questão lusófona, e) noção de raça e de cultura e seus embates e f) os riscos à democracia causado pela ascensão do reacionarismo. A tabela abaixo considera a menção dos assuntos listados e está sistematizada entre as seis temáticas em ordem aleatória, sem seguir um padrão crescente ou decrescente entre os assuntos tabulados. O número em cada segmento representa a quantidade de crônicas que abordam a temática intitulada. Veja a seguir:

Tabela 1 – Temáticas de Agualusa em *O Globo* por quantidade de edições ao ano

Publicações por ano	Tema I Literatura	Tema II Angola	Tema III Angola-Brasil	Tema IV Lusofonia	Tema V Raça/Cultura	Tema VI Democracia em Risco
2015 (45 edições)	21	16	14	18	19	25
2016 (51 edições)	33	16	14	21	25	29
2017 (48 edições)	26	19	16	22	22	27
2018 (50 edições)	28	15	9	22	27	35
Total (194 edições)	108	66	53	83	93	116

Fonte: elaborada pela autora com base na leitura das colunas do acervo digital *O Globo*.

Desde o início desse capítulo, vimos a matéria de apresentação desse colunista no jornal *O Globo*, perpassamos por sua trajetória pessoal e profissional e examinamos sua primeira crônica no “Segundo Caderno” do periódico. Considerando a investigação que foi feita, as temáticas obtidas na tabela acima não são inesperadas. Sendo um literato com uma carreira de mais de trinta anos e grande projeção em vários países, Agualusa aborda em mais da metade de suas crônicas a pauta da literatura. O faz tanto para mencionar autores, obras e eventos literários, construindo críticas em torno de romances e divulgando autores (incluindo escritores lusófonos), quanto para apontar um papel social da literatura (e da arte em geral), capaz de sensibilizar os leitores e ampliar suas visões de mundo. Várias de suas crônicas que tratam da temática I também abordam, em menor ou menor grau, outros temas expostos na tabela, como quando Agualusa fala da importância da criação de um portal como o Zenda⁹⁸ para a literatura lusófona, abordando a pauta da lusofonia junto da literatura. Esse caso demonstra que não há exclusividade temática referente aos valores totais de cada coluna na tabela; embora alguns textos abordem somente uma temática esquadrihada, grande parte das crônicas de Agualusa atravessam dois ou mais temas apurados.

Por exemplo, as temáticas II e III constantemente são associadas numa mesma crônica. Em um terço dos seus textos publicados em *O Globo*, o cronista aborda a história, cultura e política de Angola principalmente através de suas vivências ocorridas em sua terra natal. Muitas das crônicas relativas à temática II tratam do governo instalado em Angola após o processo de

⁹⁸ O projeto *Zenda* é pautado por uma união da escrita espanhola e latino-americana em um portal online que promovesse uma ponte literária e cultural entre autores e leitores, envolvendo a produção e divulgação de romances assim como daria um fôlego para a crítica literária e para o jornalismo cultural.

independência findado em 1975, governo que recebeu inúmeras críticas do cronista por ações passadas e por atitudes que aconteceram entre 2015 e 2018. A prisão arbitrária de artistas contrários ao regime angolano em 2015 foi uma questão recorrente do cronista, que pedia para os brasileiros se atentarem e se posicionarem frente a essa polêmica, tal como aconteceu nos anos 1970 com a recém-instalada república angolana⁹⁹. Esta é uma das várias conexões entre Angola e Brasil desenvolvidas pelo autor, que trata dessa temática III em 53 das crônicas analisadas, reconstruindo pela escrita ligações políticas, econômicas, sociais e culturais. O fato dessa correlação entre os dois países aparecer em quase um terço das 194 crônicas computadas demonstra que o objetivo anunciado por *O Globo* no título da matéria “Novos colunistas promovem a conexão entre Angola e Brasil” foi alcançado.

Sobre as temáticas IV, V e VI, relativas à lusofonia, à relação entre cultura e raça e à defesa da democracia, elas ainda serão aprofundadas nos próximos capítulos. O que vale apontar por agora é que elas possuem grande recorrência no jornal (presentes em 42,8%, 47,9% e 59,8% retrospectivamente do total de crônicas analisadas) e aparecem com mais intensidade a cada ano de publicação (sem contar o pequeno decréscimo das temáticas V e VI no ano de 2017, que se recuperam em 2018). Nas crônicas que abordam a temática IV, Agualusa tende a pensar nos países que compõem a comunidade lusófona, estimulando os leitores a entenderem melhor as relações entre os territórios lusófonos, no passado e atualmente. Parte desses textos se correlaciona com a temática V, especialmente aqueles que destacam a lusofonia como consequência do mesmo processo que culminou na mestiçagem cultural e racial no Brasil, os contatos de séculos entre Portugal, África e Brasil, iniciados pelo processos colonizador e escravista luso que deixou marcas indeléveis na sociedade brasileira, culminando, por exemplo, em tensões raciais na atualidade. Por fim, na temática VI Agualusa discorre sobre como um recrudescimento político e moral impactou diversas situações entre 2015 e 2018 no Brasil e no resto do mundo. O cronista, dentre outras vias, comenta como a ascensão de um pensamento brasileiro ultraconservador racista na última década influenciou a comunidade lusófona, negando raízes comuns entre a África e Brasil, país que ele define em umas das crônicas como uma mistura da melancolia lusitana harmonizada com a doçura e ancestralidade africana¹⁰⁰.

⁹⁹ Veja: AGUALUSA, José E. Carta de amor para Luaty Beirão. *O Globo*, Segundo Caderno, 19/10/2015.

¹⁰⁰ AGUALUSA, José E. Sobre o intraduzível. *O Globo*, Segundo Caderno, 15/06/2015.

Capítulo 2 – Agualusa e a construção da lusofonia: a defesa da mestiçagem cultural

Desde sua primeira crônica, o escritor José Eduardo Agualusa demonstrou entusiasmo em abordar a comunidade lusófona, uma disposição já anunciada na matéria de apresentação de *O Globo* para os novos contratados, produzida por Mauricio Meireles, e que foi atestada pela recorrência dessa temática nas crônicas escritas entre 2015 e 2018. Pela análise da crônica-programa “Beijando o ditador”, discutida no capítulo anterior, foi perceptível a escolha de Agualusa em costurar, através de elementos culturais partilhados, os Estados que tem como língua oficial o português, dando enfoque nas relações entre o Brasil e os países africanos lusófonos. Todavia, a temática lusófona não se resume a um único sentido e não está isenta de propósitos e interesses, considerando que há debates entre pesquisadores até mesmo para determinar a origem de seu conceito. É necessário, portanto, uma breve apresentação teórica relativa à noção de lusofonia que permita um entendimento maior da forma como Agualusa introduz esse tema ao seu público em *O Globo*, que até os anos 2010 tinha concedido uma visibilidade irrisória à pauta lusófona¹.

Analisando o próprio termo, lusofonia resulta da justaposição de duas palavras: “luso”, que se reporta a ideia de lusitano e “fonia”, que se refere à língua. Como aponta Gabriel Fernandino, pela sua morfologia, o significado da palavra pode ser compreendido como “qualidade daqueles que falam a língua dos lusíadas”, lusos ou portugueses”². Se pautamos a ideia de uma comunidade lusófona pela partilha de uma mesma língua, historicamente ela se desenvolve pela incursão da Coroa portuguesa a outras regiões do mundo no contexto das grandes navegações, que tem seu início a partir do século XV, e desemboca na exploração lusitana de territórios e povos além-mar. Partindo dessa lógica, lusofonia seria a comunidade formada por todos os espaços outrora envolvidos no processo colonial luso e que hoje contam com a presença de falantes da língua portuguesa, como Goa, um estado da Índia. Todavia, o conceito de lusofonia também possui uma acepção mais restrita, delimitada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Composta por nove países-membros, a CPLP se constitui numa organização transnacional que visa a concertação político-diplomática e a cooperação em todos os domínios sociais e econômicos, além da defesa da língua portuguesa através de um intenso diálogo cultural³.

¹ ANTUNES, Elton; GÓES, José C. A invisibilização identitária da África lusófona na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*. *Revista Observatório*, v.1, n.1, 2015.

² FERNANDINO, Gabriel C. Na ponta da língua: o que é lusofonia? *O Tempo*, 24/09/2020.

³ OBJETIVOS. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Veja: <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>.

Esse sentido de lusofonia como um espaço não-fronteiriço reconhecido internacionalmente é recorrente entre os pesquisadores que se debruçam sobre a temática hoje, sendo resultado de uma discussão bastante recente. Ainda que na primeira metade do século XX vários intelectuais, brasileiros e portugueses, já especulassem sobre a criação institucionalizada de uma comunidade lusíada em suas obras, foi somente nos anos 1980 e 1990 que a ideia ganhou força, especialmente em Portugal⁴. Caminhando a passos largos entre essas duas décadas, a CPLP, enquanto foro multilateral, foi oficialmente reconhecida em 1996, pouco mais de vinte anos após os processos de independência de várias colônias portuguesas situadas no continente africano, cujo grande marco inaugural foi a declaração de separação unilateral de Guiné-Bissau em 1973. Sobre a formação da CPLP, um dado interessante é que, nos primeiros anos após a dissolução do império colonial luso, Portugal se voltou para o processo de integração à União Europeia, afastando-se de quaisquer relações com os espaços que outrora constituíram o seu domínio ultramarino. Somente após a assinatura do Tratado de Adesão da UE em 1985, o país “[...] ensaiou o retorno a uma “política atlântica”, a partir de novos parâmetros, procurando então estabelecer com suas ex-colônias uma nova relação baseada na língua, na civilização e na cultura”⁵

Nesse contexto, a lusofonia como um campo de interlocução, para além das fronteiras de Estados, é formulada e tem a CPLP como um produto final no contexto pós-colonial⁶. A questão é que, como aponta Abdala Júnior, durante séculos o colonialismo fixou hábitos e costumes que vieram da experiência histórica e dos contatos culturais de povos, estabelecendo uma hierarquização entre eles⁷. Se após a independência política das ex-colônias foram teorizados novos paradigmas para se entender as conexões entre esses territórios e sua antiga metrópole, não mais pautadas pela ideia de dominação, é preciso cuidado na análise de comunidades supranacionais tal qual a lusofonia. Como indica o autor, “[...] mesmo quando nos empolgamos com o estabelecimento de laços de cooperação, é preciso atentar para hábitos

⁴ FREIXO, Adriano de. Ecos do luso-tropicalismo: a presença do pensamento de Gilberto Freyre no discurso da lusofonia. *Textos & Debates*, n.27, v.2, 2015.

⁵ *Ibid.*, p.473.

⁶ A designação pós-colonial abriga situações bastante distintas. O uso desse conceito inicialmente esteve no domínio de língua inglesa, mas se expandiu para além da colonização britânica, abrangendo os povos colonizados por outras potências europeias e pela norte-americana. Entre múltiplas teorias que visam dar conta de largos horizontes, indo de encontro aos projetos hegemônicos na atualidade, Abdala Júnior aponta que “[...] as produções críticas pós-coloniais relevam a natureza híbrida, aberta à (re)criação, ao custo de escamotear ou minimizar o peso das hierarquizações e das assimetrias promovidas pelos fluxos das produções”. Veja em: ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

⁷ ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Fluxos culturais assimétricos e reflexões comunitárias. In: PINTO, A. J. A.; ABDALA JÚNIOR, B.; SILVA, A. R. (org.). *Esse entre-lugar da literatura: concepção estética e fronteiras*. São Paulo: Arte e Ciência, 2013.

culturais arraigados, que incorporam gestos hegemônicos nas relações entre países e regiões, em situações de aparente reciprocidade”⁸. Quando pensamos na ideia de uma comunidade lusófona, não podemos esquecer que ela foi fundamentada por séculos de relações assimétricas entre Portugal e os outros países que constituem hoje o chamado mundo lusófono, cuja institucionalização foi impactada pelo interesse português de retomar ao diálogo transatlântico.

Considerando a especificidade do processo de constituição desse mundo lusófono, especialmente da formalização da CPLP, os diferentes significados atribuídos à noção de lusofonia podem ser analisados como discursos favoráveis ou contrários à possibilidade de uma relação não-hegemônica entre os países de língua portuguesa no contexto pós-colonial. Ribeiro, por exemplo, afirma que o conceito de lusofonia é demasiado vago, uma suposição de boas relações entre nações lusófonas pautadas por motivações políticas da antiga metrópole. Este autor português conclui que a lusofonia é um logro neocolonialista, ou ainda uma amostra “[...] da incapacidade de construção de um país pós-colonial, de um país que não consegue olhar as suas ex-colônias numa relação de confronto de interesses e de respeito pelas identidades que cada um desses países pretende construir”⁹. Seria ela então resultado das tentativas de Portugal em se impor atualmente sobre países que não desejam uma aproximação, especialmente sobre nações africanas que ainda estão (re)construindo suas identidades nacionais e que tendem a associar negativamente à dimensão lusófona nesse processo de autoafirmação. Para Ribeiro:

A lusofonia é, pois, a última marca de um império que já não existe. É também um impedimento a um trabalho adulto sobre as múltiplas identidades de quem vive em Portugal[...] Não precisamos de uma diplomacia lusófona; do que precisamos é de uma diplomacia de direitos e de igualdades. Este é o momento de conhecer e dar visibilidade às produções culturais e artísticas, às literaturas e aos trabalhos científicos destes países por aquilo que valem, por serem incontornáveis no mundo global, por conterem, até uma estranheza que é, porventura, consequência da morte dessa mesma lusofonia.¹⁰

Assim, para Antônio Ribeiro, não há como superar as marcas históricas de dominação colonial na constituição de uma comunidade lusófona. A análise de Adriano Freixo, por sua vez, corrobora e amplia essa perspectiva quando aponta que, para Portugal, a lusofonia representou no final do século XX apenas uma via política, escolhida logo após sua inserção na União Europeia, sistema no qual o Estado português era considerado um país periférico¹¹. De modo a afirmar sua presença no diálogo internacional, Portugal se voltou para o projeto lusófono visando se colocar como intermediário entre a Europa e os países de língua

⁸ *Ibid.*, p.390.

⁹ RIBEIRO, António P. Para acabar de vez com a lusofonia. *Lusotopie*, XVII (2), 2018.

¹⁰ *Ibid.*, p.04.

¹¹ FREIXO, Adriano de. “*Minha Pátria é a Língua Portuguesa*”: A Construção da Idéia da Lusofonia em Portugal. 2007. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

portuguesa. Esse fato ajudaria a explicar “[...] o relativo fracasso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, após mais de dez anos de sua existência: o seu alicerce simbólico acaba só tendo um sentido efetivo para os portugueses e não para os demais povos ‘lusófonos’”¹². Segundo Freixo, a lusofonia é vista com desinteresse e receio por vários de seus Estados membros, sendo a partilha linguística um fator integrador insuficiente, dada a projeção das línguas crioulas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste¹³, além de que não há como sustentar a comunidade numa lógica econômica, uma vez que nenhum dos países envolvidos tem grande capacidade de investimentos.

Ambos os autores indicam que a lusofonia tem o preceito de centralizar Portugal em detrimento dos demais territórios que compõem essa comunidade. Dessa forma, uma retórica de partilha cultural seria utilizada pelo Estado europeu para fortalecer seus objetivos políticos e econômicos, colocando os diferentes países-membros da CPLP numa unidade que desobriga a antiga metrópole a reconhecer e lidar com as especificidades de cada nação, silenciando a violência colonial findada a menos de cinquenta anos em vários desses países. Assim, segundo Ribeiro e Freixo, há uma falha no desígnio de não-hegemonia na lusofonia na forma que foi constituída nas últimas décadas, como uma espécie de rearranjo do expansionismo luso, pautado pelo resgate de um ideal de que há “um modo português de estar no mundo”¹⁴. Esse discurso da excepcionalidade lusa é bastante impactado pelas ideias defendidas pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, anteriormente utilizadas como política externa pelo Estado salazarista na década de 1950 para controlar suas províncias ultramarinas. A teoria freyriana, chamada de lusotropicalismo, parte da análise da mestiçagem então entendida como um fator positivo e integrador, não só no Brasil como em todo o mundo lusófono, que foi possível graças à plasticidade dos portugueses¹⁵.

Marcada pela miscibilidade, aclimatabilidade e mobilidade, Freyre aponta que essa “[...] singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a

¹² *Ibid.*, p.19.

¹³ Por exemplo, em Moçambique apenas 17% dos cidadãos tem o português como primeira língua, a qual as crianças só começam a ter contato no contexto escolar. Em um país que a língua portuguesa coexiste com outras vinte línguas, o autor moçambicano Mia Couto exemplifica a situação apontando que em seu país “[...] o português é adotado não como uma herança, mas como o mais valioso troféu de guerra [e] se a adoção do português foi um ato de soberania, já a criação da lusofonia não resultou da iniciativa própria de Moçambique” Veja: COUTO, Mia. Luso-Afonias. A lusofonia entre viagens e crimes. In: _____. *Interinvenções*. Lisboa: Editora Caminho, 2009, p.191.

¹⁴ Expressão introduzida na academia lusa na década de 1950 por Adriano Moreira, um entusiasta das ideias de Gilberto Freyre. Veja: CASTELO, Cláudia. “*O Modo Português de Estar no Mundo*”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto, Edições Afrontamento, 1999.

¹⁵ TOLEDO, Júlia N. *A civilização lusotropical de Gilberto Freyre: uma síntese cultural lusófona*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Europa e África”¹⁶. Essa pretensa bi-continentalidade resultaria numa origem étnica influenciada pelo equilíbrio de antagonismos, tornando a colonização portuguesa mais flexível no trato de outros povos. Assim, foi construída a ideia de uma “colonização doce” quando comparada a outras potências europeias. Partindo da análise do caso brasileiro, Freyre, ao olhar para a África lusófona, generaliza suas ideias sobre a colonização portuguesa e a mestiçagem que dela se originou, forjando um mundo lusotropical desterritorializado, criado pelo português no Atlântico, unidos pela miscigenação cultural¹⁷. Ao fazer isso, o autor não só estipula essa teorização como divulga o lusotropicalismo em uma viagem pelos países de língua portuguesa a convite de Portugal em 1951, quando “[...] o governo de Salazar mobilizou gigantesco esforço de propaganda para justificar internacionalmente uma nação de extensas fronteiras, que do Minho ao Timor faziam de Portugal um só território”¹⁸.

Dessa forma, utilizado como legitimador do imperialismo português, o lusotropicalismo reiterava a partilha de elementos culturais comuns entre os povos colonizados por Portugal, o que justificaria a formação dessa grande comunidade integrada. Uma ideia não muito distante do conceito de lusofonia, o que “[...] fez com que Freyre, no discurso lusófono oficial, fosse alçado à condição de um dos “pais-fundadores” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que então se articulava”¹⁹. Comumente abordada por teóricos, essa associação entre lusofonia e lusotropicalismo não é ignorada por quem defende que a lusofonia é capaz de superar o viés imperialista português. Moisés de Lemos Martins, por exemplo, concorda com a influência do lusotropicalismo sobre a comunidade lusófona, mas tem outro posicionamento frente a teoria freyriana. Para o autor, o discurso lusotropical foi coadunado pelo Estado Novo como legitimador ideológico. Seu mérito, todavia, não teria sido o de produzir uma ode ao colonizador português, mas uma

[...] valorização dos diferentes contributos – africanos, ameríndios, orientais, europeus – para a civilização comum luso-tropical e também a noção de que a “unidade de sentimento e cultura” deve sobrepor-se a questões de soberania, podendo florescer no seio de uma entidade transnacional ou supranacional uma federação cultural com lugar para muitos Estados. A figura de lusofonia deriva desta raiz luso-tropicalista.²⁰

Dessa forma, o multiculturalismo inerente da lusofonia seria o elemento capaz de resistir a uma unidade artificial estipulada pela globalização, através de alianças e solidariedades

¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 5ª edição revisada, 2006, p.66.

¹⁷ TOLEDO, 2019.

¹⁸ PINTO, João A. da C. *Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974)*. História (São Paulo) 28.1, 2009, p. 412.

¹⁹ FREIXO, 2015, p.479.

²⁰ MARTINS, Moisés de L. Lusofonia e Luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiperidentitários. *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*, 2004.

humanas dentre membros desse espaço lusófono²¹. Sendo uma comunidade fragmentada, cuja confraternidade de sentido e partilha comuns só pode ser realizada pela assunção da pluralidade e diferença, é preciso, contudo, vigilância para evitar equívocos que possam atravessar o conceito de lusofonia com um pendor hegemônico, aos quais Martins denomina como “lusocêntricos”. Para desconstruir esses equívocos, é necessário negar a ideia de centralidade portuguesa, desmistificar essa “colonização doce” que glorifica e estimula propósitos neocoloniais e ainda não incentivar um discurso pós-colonial de ressentimento e revanchismo oriundo das antigas colônias²². Se considerarmos o contexto de criação da lusofonia, que impacta a estruturação da CPLP atualmente, bastante influenciadas pelo lusocentrismo, a noção de lusofonia desenvolvida por Martins se apresenta como uma potencialidade, um sonho a ser cultivado em conjunto pelos países de língua portuguesa para formação de um espaço de cultura pautado por relações horizontais²³.

Peguemos emprestada a indagação primordial de Luísa Marinho Antunes para refletir: se a lusofonia é um sonho, então quem é o sonhador²⁴? Esta autora concebe a construção não-hegemônica do mundo lusófono através da língua portuguesa, usada como possibilidade de afirmação cultural, artística e afetiva de povos e indivíduos. Antunes dá crédito especial aos literatos de países lusófonos, pois “[...] são os homens de cultura, os homens de génio de Pessoa e não a elite atávica, medíocre e invejosa, que criam o império da língua [...]”²⁵. Através da reinterpretção da língua portuguesa, os escritores “[...] encontraram uma própria geografia do corpo, uma viagem em direção à representação do coração e da alma, a “sua” profunda, de ser moçambicano, brasileiro, português, angolano... e dos seres que simultaneamente o habitam: o africano, o europeu, o brasileiro [...]”²⁶. Se a criação literária pode ser uma via para a construção e propagação de um espaço lusófono não-fronteiriço, consideremos agora o sonho da lusofonia pelas mãos de José Eduardo Agualusa, pela publicação de romances e crônicas.

²¹ MARTINS, Moisés de L. Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In: BASTOS, Neusa B. (org.). Língua Portuguesa e lusofonia. São Paulo: EDUC, 2014.

²² *Ibid.*, p.25-27.

²³ MARTINS, Moisés de L. A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In: _____. MARTINS, Moisés de L; SOUSA, Helena; CABECINHAS, Rosa (ed.). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Campo das Letras, 2006.

²⁴ ANTUNES, Luísa M. Se a lusofonia é um sonho, quem é o sonhador? De uma poética da lusofonia e de uma lusofonia poética. In: MARTINS, Moisés de L. (org.). *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*. Edições Húmus, 2015.

²⁵ *Ibid.*, p.110.

²⁶ *Ibid.*, p.109.

O sonho lusófono de Agualusa

Dentre os pesquisadores brasileiros que analisam os romances agualusianos, há uma certa tendência de pensar na relação entre esse autor e a pauta lusófona. Segundo Simone Schmidt, Agualusa é atualmente um dos principais exemplos literários que buscam ressignificar a criação de um mundo lusófono, cuja escrita vai além do contexto de criação da CPLP, retrocedendo temporalmente para abarcar as bases do mundo lusófono, durante o processo colonial²⁷. No livro *Nação Crioula*, cuja história acontece no século XIX, Agualusa faz seu protagonista Fradique Mendes (que é um personagem parodiado da literatura portuguesa do século XIX), viajar para Angola, ter filhos com uma ex-escrava e tornar-se um senhor de engenho no Brasil²⁸. Enquanto perfaz um percurso lusófono, “[...] Fradique entrega-se à África, e ao fazê-lo, torna-se sujeito de um processo de mestiçagem, de que sua filha será o melhor fruto. Assim, metamorfoseado, mestiço, o personagem não aprende apenas a aceitar o “Outro”, mas na verdade confunde-se com ele”²⁹. Nessa perspectiva, Schmidt assevera que Agualusa forja em seu romance uma identificação lusófona, pautada pela mestiçagem transatlântica, representada não só pela filha do casal, mestiça racialmente, mas pelo próprio Fradique, mestiço culturalmente. Sobre outras obras desse autor, Martinari comenta que *Milagrário Pessoal* demonstra a multifacetação da língua portuguesa, enquanto Agualusa usa seus dois protagonistas para contrapor um discurso purista do português (encarnado pela jovem universitária lusa Iara) a favor do hibridismo linguístico (personificado por seu orientador angolano, narrador do romance). Dessa forma, é criado um embate de significações da língua portuguesa, como aparato ideológico colonizador *versus* mecanismo de resistência do colonizado, no qual o escritor defende a segunda concepção, compondo o que Martinari assegura ser “[...] um livro de amor à lusofonia, em sua mais profunda acepção”³⁰.

Para além de pesquisas focadas nos romances de Agualusa, podemos citar dois estudiosos que analisaram as crônicas desse autor publicadas no periódico lusitano *O Público*, considerando a pauta lusófona. Eunice Seixas analisa cinco crônicas escritas nos anos 2000, comparando-as com textos do literato português José Saramago³¹. A pesquisadora lusitana conclui que, para Agualusa, Portugal promove a lusofonia atrelada a uma atitude

²⁷ SCHMIDT, Simone P. Navegando no Atlântico Pardo ou a lusofonia reinventada. *Crítica Cultural*, 2006.

²⁸ Fradique Mendes foi um heterônimo coletivo inventado por um grupo de intelectuais ao qual pertencia Eça de Queiroz, considerado o maior escritor do realismo português. Para saber mais sobre a recriação desse poeta fictício no romance de Agualusa, veja: LEVÉCOT, Agnès. *Nação Crioula*, de José Eduardo Agualusa: romance epistolar e identidade comunitária. *Via Atlântica*, 1(27), 2015.

²⁹ SCHMIDT, 2006, p.3.

³⁰ MARTINARI, Maria C. As palavras aladas de José Eduardo Agualusa. *Via Atlântica*, n.25, 2014.

³¹ SEIXAS, Eunice C. do N. C. Discursos Pós-Coloniais sobre a Lusofonia: Comparando Agualusa e Saramago. *Cronos*, v.8, n.1, 2007.

neocolonialista utópica, onde não se reconhece a importância de Brasil e da África lusófona na projeção internacional da língua portuguesa. Contrário a essa vertente, Agualusa teria usado seu espaço no jornal português para criticar explicitamente figuras públicas e medidas políticas adotadas que corroboram com essa visão hegemônica da lusofonia. Além disso, Seixas indica uma associação entre o sonho lusófono e a própria vivência de Agualusa, uma vez que para o cronista “a identidade lusófona é mais do que uma essência, ou uma política, é uma descoberta emocional e pessoal que dá sentido a um encontro casual entre duas pessoas, embora esse sentido seja criado através de imagens mítica e fantasias vindas do passado”³². Também analisando crônicas de *O Público*, combinadas com outras obras literárias, McNee considera que Agualusa adota uma dimensão múltipla para sonhar com a lusofonia, que é assombrada, mas não determinada pelo legado colonial, uma vez que se renova constantemente pelos vários países lusófonos³³. Reforçando uma ponte entre lusofonia e lusotropicalismo, o pesquisador estadunidense define Agualusa como neofreyriano, resgatando ideias da teoria do sociólogo brasileiro, mas as renovando para a criação de uma lusofonia plural:

Enquanto a obra de Freyre possui um ponto de vista monológico e senhorial, mesmo quando trata de assuntos marginais em sua narrativa, o trabalho de Agualusa fragmenta e multiplica suas perspectivas, invocando uma multiplicidade de vozes e sujeitos cujas variadas experiências, marcadas pela marginalidade, deslocamento e liminaridade, são articuladas, culminando em uma narrativa descentralizada, dialógica e transnacional. (tradução nossa)³⁴

De acordo com McNee, a escrita de Agualusa se apropria do lusotropicalismo e subverte a perspectiva senhorial presente nesse mundo lusocentrado de Freyre, reescrevendo o sonho da lusofonia a partir de novos protagonistas. Nesse sentido, o literato usaria suas crônicas para publicar em um dos principais jornais do país seu repúdio pela postura imperialista de Portugal sob suas antigas colônias, enquanto evidenciaria vozes que foram menosprezadas e silenciadas por séculos, inclusive no contexto pós-colonial. Segundo McNee, Agualusa não o faz, contudo, em um sentido de construir muros entre esses espaços lusófonos. Ao contrário, tem o objetivo de fortalecer a potencialidade de uma comunidade plural, marcada por partilhas culturais e redes de solidariedade, desde que fossem abandonados os entraves que permitiriam essa constituição³⁵. Dessa forma, segundo esses dois pesquisadores, até o começo do século XXI as crônicas de Agualusa apontavam suas expectativas sobre uma lusofonia não-hegemônica e

³² *Ibid.*, p.47.

³³ MCNEE, M. K. José Eduardo Agualusa, and Other Possible *Lusofonias*. *Luso-Brazilian Review*, 2012.

³⁴ “That is, while Freyre’s work is marked by a monologic and seigneurial point of view, even as it brings marginal subjects into its national narrative, Agualusa’s work fragments and multiplies its narrative point of view, invoking a multiplicity of voices and subject positions whose diverse experiences of marginality, dislocation and liminality combine to present a decentered and dialogic transnational narrative”.

³⁵ MCNEE, 2012, p.4.

demonstravam os esforços do literato para que os equívocos lusocêntricos fossem repensados através de denúncias em seu próprio espaço nacional, ou seja, no periódico português. Entretanto, tais expectativas estariam marcadas pela descrença de Agualusa de que o entendimento entre os povos de língua portuguesa aconteceria em um futuro próximo. O projeto lusófono estaria em pausa graças ao receio e rancor dos países africanos, a indiferença do Brasil e o imperialismo português, ou como comenta o próprio Agualusa, “[...] os maiores inimigos de um projecto lusófono moderno não estão fora das fronteiras dos nosso países. Vivem entre nós, e são milhões”³⁶. Existe até em meados de 2000 a constatação do *status* de uma lusofonia com a participação dinâmica dos demais países: viável, mas inerte e desprezada.

A crônicas publicadas d’*O Globo* entre os anos de 2015 e 2018 mostram outra atitude de Agualusa frente a temática, nas quais ele expõe uma lenta, mas progressiva, aproximação branda e respeitosa entre os territórios de língua portuguesa, especialmente no campo artístico-cultural. Temos, portanto, a conjectura de que Agualusa opta por construir seu sonho lusófono utilizando novos mecanismos para seu novo público do jornal brasileiro. É bem verdade que ele destaca nesses pequenos textos do cotidiano o desinteresse brasileiro para com a ideia de lusofonia. Contudo, ao invés de estabelecer suas crônicas unicamente como espaço de acusações, Agualusa busca definir em sua coluna um equilíbrio entre a comunidade lusófona, enquanto reduz as tensões concretas entre os países de língua portuguesa. Assim, demonstra e reforça constantemente que o sonho lusófono está em curso, em prol de efetivar o projeto da lusofonia, através do potencial interventor das crônicas sobre sua realidade³⁷. Nesse sentido, em sua coluna em *O Globo*, poucos meses depois de ser contratado, Agualusa indicava para o novo público que “[nós] estamos criando algo a que podemos chamar de lusofonia horizontal: um espaço de língua portuguesa em que todas as partes participam de forma livre, em situação de igualdade, sem dominados nem dominadores”³⁸. O uso da terceira pessoa do plural, no tempo presente, não só atrai como inclui o leitor em seu programa de ratificar a existência de uma comunidade formada por países que estão desamarrados dos elos de dominação colonial e hoje se relacionam harmonicamente.

Pela análise conjunta das crônicas, é possível captar quais argumentos foram usados pelo autor para assegurar os novos voos alçados pela lusofonia. Se, segundo Seixas e McNee, as crônicas escritas para o periódico *O Público* continham constantes objeções ao imaginário

³⁶ AGUALUSA, José Eduardo. Deveria ser a base, José, e não um vértice. *O Público*, 20/03/2005.

³⁷ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de S.; PEREIRA, Leonardo A. de M. Apresentação. In: _____. *História em Cousas Miúdas*: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005, p.14

³⁸ AGUALUSA, José Eduardo. A reafrikanização de Lisboa. *O Globo*, Segundo Caderno, 01/06/2015.

português vinculado a uma ótica imperialista, sendo o principal responsável pela disjunção do mundo lusófono, isso muda em sua escrita para o jornal brasileiro. Isso porque uma reaproximação afetiva e cultural de Portugal com os países lusófonos, principalmente com aqueles localizados no continente africano, é comentada e apreciada por Agualusa desde seu primeiro ano n’*O Globo*. A primeira crônica publicada no jornal brasileiro que aborda essa proximidade é “Literatura e identidades”, cujo enfoque é a escrita literária de Gonçalo M. Tavares. De acordo com Agualusa, Tavares, por meio de sua vasta produção cria “[...] um universo muito próprio, que não está assente numa geografia concreta, particular, mas na grande literatura universal. É o caso mais extremo de uma tendência que vem ganhando expressão na literatura portuguesa – uma surpreendente desnacionalização”³⁹. Além desse autor, Agualusa cita outros literatos que retratam o passado e presente das relações entre Portugal e outros países lusófonos, que não enaltecem uma soberania lusa. Otimista, o cronista cita essa tendência como “[...] um sinal de maturidade: os escritores portugueses estão saindo do seu país movidos por uma saudável curiosidade pelo outro, e sobretudo, porque estão em paz consigo próprios”⁴⁰. Dada esse intuito luso, Agualusa traz a seguinte reflexão:

Admitindo que a literatura de um país tem algum papel na construção ou reforço da sua identidade – o que significa a sua desnacionalização? Portugal está a terminar ou, pelo contrário, a recomeçar, sob uma forma infinitamente mais ambiciosa, moderna e globalizada?

Podemos captar, portanto, um olhar de Agualusa que tenciona a modernização lusitana atrelada aos demais países de língua portuguesa, especialmente aos Estados lusófonos, como uma espécie de superação do processo colonial, pois agora o povo português estaria conciliado com seu passado, mas não desprendido das culturas brasileiras, timorense e africanas lusófonas. A principal justificativa usada por Agualusa para defender essa teoria é um mecanismo clássico do lusotropicalismo freyriano: apontar influências africanas sobre Portugal como um elemento agregador do mundo lusófono, pois Portugal não poderia se desvincular de suas raízes étnicas sem negar a si mesmo. Por exemplo, Agualusa reforça em uma das crônicas que a presença africana em Lisboa “[...] teve início com a ocupação árabe, no século VI, que se prolongou por mais de 400 anos e prosseguiu, após o início da aventura marítima portuguesa, com a entrada de escravos de origem banto [...]”⁴¹ e teve uma renovação cultural no século XX, pela chegada de imigrantes africanos. Esse trecho do cronista pode ser relacionado com passagens presentes nas obras de Freyre, onde o sociólogo tece críticas positivas sobre como Lisboa:

³⁹ AGUALUSA, José Eduardo. Literatura e identidades. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/03/2015.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ AGUALUSA, José Eduardo. A reafrikanização de Lisboa. *O Globo*, Segundo Caderno, 01/06/2015.

[...] se renova sem renegar seu passado [tanto que] nenhuma cidade europeia reuniu e assimilou tanta diversidade de valores ultramarinos, juntando-os aos tradicionais. Lisboa fez com as coisas o mesmo que fez com pessoas e com os animais. A todos estendeu a proteção de cidade lusitana. A todos considerou portuguesas.⁴²

Aqualusa faz um movimento semelhante, contudo, invertendo os resultados desses contatos culturais. Se Freyre conclui que, dada a capacidade colonizadora lusitana, os outros se tornam portugueses, Aqualusa entende que a aproximação de Portugal com países africanos também o faz africano. Refirma isso quando escreve que “Viajantes ingleses, holandeses e alemães, que visitaram Lisboa ao longo dos séculos XVI e XVII, manifestaram-se impressionados com a quantidade de negros nas ruas da cidade. “Lisboa é uma cidade africana” – diziam. Voltou a ser, e mais exuberante do que nunca”⁴³. De acordo com o escritor angolano, o triunfo dessa reafricanização de Lisboa no século XXI testemunha o sucesso de artistas e literatos africanos e um intenso investimento econômico angolano no setor imobiliário, que, para Aqualusa, “[...] trata-se tão somente de interesse e afinidade. Os ricos angolanos colocam dinheiro em Portugal porque conhecem o país e se sentem tão à vontade em Lisboa quanto em Luanda”⁴⁴. É sustentado na sua escrita um sentimento de familiaridade entre países lusófonos, que repercute inclusive na língua portuguesa, uma vez que Aqualusa comenta que a juventude lusa começou a adotar expressões advindas da África lusófona marcadas pelo contato com línguas crioulas. Mesmo assumindo que “[...] ainda persiste em Portugal uma certa saudade imperial e, sobretudo, uma enorme ignorância no que diz respeito à história do próprio idioma”⁴⁵, mudanças vem sendo feitas pelas novas gerações. Transformações bastante evidentes na atual configuração da língua portuguesa⁴⁶, onde há a prevalência de um português total, pelo qual Aqualusa sai em defesa dizendo que:

É sempre bom recordar que antes de Portugal colonizar África, os africanos colonizaram a Península Ibérica durante oitocentos anos. A língua portuguesa deve muito ao árabe. A partir do século XVI, com a expansão portuguesa, a língua começa a enriquecer-se [...] A minha língua é esta criação coletiva de brasileiros, angolanos, portugueses, moçambicanos, cabo-verdeanos, santomenses, guineenses e timorenses. A minha língua é uma mulata feliz, fértil e generosa, que namorou com o tupi e com o ioruba, e ainda hoje se entrega alegremente ao quimbundo, ao quicongo ou ao ronga, se deixando engravidar por todos esses idiomas.⁴⁷ (grifos nossos)

⁴² *Ibidem*.

⁴³ AGUALUSA, José E. Um brinquedo de criar prodígios. *O Globo*, Segundo Caderno, 30/03/2015.

⁴⁴ AGUALUSA, José Eduardo. A reafricanização de Lisboa. *O Globo*, Segundo Caderno, 01/06/2015.

⁴⁵ AGUALUSA, José E. Um brinquedo de criar prodígios. *O Globo*, Segundo Caderno, 30/03/2015.

⁴⁶ Além da troca dinâmica entre a sociedade civil, é necessário apontar que a língua portuguesa foi alvo de um tratado feito por membros da CPLP, cogitado desde o final do século XX e que entrou em vigor a partir de 2009 com o objetivo de unificar algumas regras gramaticais e facilitar a difusão internacional da língua.

⁴⁷ AGUALUSA, José E. Um brinquedo de criar prodígios. *O Globo*, Segundo Caderno, 30/03/2015.

Assim, Agualusa usa a língua oficial, que ele considera um dos principais elos da comunidade lusófona, para demarcar a mescla linguística como uma contribuição aprazível de diferentes povos. É utilizado um tom elogioso para esse português híbrido, o que mascara a imposição da língua portuguesa como uma questão fundamental do colonialismo luso para a preservação de suas colônias além-mar. Essa inflexão de apaziguamento dos contatos lusófonos também ocorre quando Agualusa alega que Portugal foi colonizado pela África séculos antes das grandes navegações europeias. A invasão de grupos islâmicos oriundo do norte da África à Península Ibérica ocorrida por volta de 710 d.C. e os séculos de exploração do território, escravidão dos povos e tentativas sistemáticas de extermínio cultural pelo colonialismo português são nivelados pelo cronista. Nessa perspectiva, Agualusa ignora o impacto do eurocentrismo no sistema colonial lusitano. A expansão marítima pode ter sido catalisada por motivações políticas e econômicas das grandes potências europeias para manterem e consolidarem suas soberanias, mas foi legitimada por uma suposta superioridade ocidental em relação aos povos originários da África, Ásia e América, que também justificou o processo de colonização que sucedeu às expedições. Quando Agualusa diz que os africanos colonizaram a Península Ibérica, ele esvazia o conceito histórico de colonização de modo a afirmar uma corresponsabilidade equânime entre os povos africanos e portugueses na formação de uma cultura mestiça, que é ideia-chave de Agualusa para pensar na lusofonia horizontal. Tem-se, portanto, uma disposição do cronista em tratar o presente lusófono simetricamente, negligenciando relações assimétricas do passado.

Além disso, se o processo colonial luso culminou na violência contra o restante do universo lusófono por séculos, estipulando a centralidade de seus interesses inclusive na formação da CPLP em 1996, Agualusa deixa claro que essa perspectiva também teve efeitos reversos contra a própria nação portuguesa. Segundo o autor, é possível ver isso através de Lisboa que até recentemente “era uma cidade bonita e com um passado glorioso, mas voltada quase inteiramente para esse passado, como uma estrela de cinema em plena decadência. A cidade sofria de uma deficiência de futuro [...]”⁴⁸. Foi apenas com sangue e ideias novas que a capital portuguesa demonstrou novo vigor, contribuído pelo fato “[...] de Lisboa ter sabido acolher gente proveniente de todos os territórios da antigo império colonial”⁴⁹. Logo, a tentativa de reagrupar esse mundo lusófono em seu território foi a ação que impulsionou Lisboa ao “[...] seu Momento Marilyn. Avança, ousada, provocadora, ainda, e sempre, menina e moça, mostrando o que tem de melhor, e o melhor que tem é a mistura entre a tradição e uma

⁴⁸ AGUALUSA, José Eduardo. O momento Marilyn de Lisboa. *O Globo*, Segundo Caderno, 17/08/2015.

⁴⁹ *Ibidem*.

modernidade criativa e exuberante”⁵⁰. Por fim, Agualusa utiliza esse caso para aconselhar seu leitor brasileiro de que “[...] no momento de crise e algum pânico que o Brasil vive [em meados de 2015], talvez seja útil olhar para o caso de Lisboa”⁵¹. Ou seja, Agualusa estipula um caráter expiatório para a lusofonia, apontando quais são os possíveis benefícios para o Brasil pela retomada dos contatos lusófonos, uma vez que é preciso aceitar seu passado para só assim sobrepujá-lo, rumo ao desenvolvimento, como aconteceu na capital de Portugal.

É interessante notar como essa afirmação feita por Agualusa relativa à relevância da lusofonia para o Brasil contrasta com a postura adotada pelo jornal *O Globo*, debatida nos trabalhos de Antunes e Góes. Os dois pesquisadores brasileiros analisam como jornais nacionais de referência, tal qual *O Globo*, silenciaram a pauta lusófona de suas páginas, mesmo depois de fundada a CPLP. Coletando notícias, editoriais e entrevistas produzidas entre 1996 e 2006, Antunes e Góes obtiveram o retorno de apenas 50 registros sobre a temática em *O Globo*, a maioria relativa aos países africanos de língua portuguesa. Dada a escassez de publicações, os autores constataram “[...] um modo de invisibilização por ausência, um silêncio, um não dizer, um não existir, não apenas dos países africanos portugueses, mas da própria comunidade [lusófona]”⁵². E, quando submetidas à análise, os autores concluem que as poucas notícias de *O Globo* “[...] deslocam os sentidos de pertencimento, de modo a afastar, silenciar sobre o passado colonial no Brasil e permitir o distanciamento identitário dos africanos”⁵³. Segundo Antunes e Góes, portanto, *O Globo* estabelece duas etapas de ocultamento da lusofonia: o desaparecimento do tema nas páginas e a prevalência de um discurso que reforça parâmetros eurocêntricos quando pensa na sociedade brasileira, colocando a África lusófona como o *outro*.

Estabelece-se, assim, um interessante diálogo entre os discursos de Agualusa e *O Globo* acerca da lusofonia e seu impacto para o Brasil. Agualusa defende a participação de Brasil na comunidade, exemplificando elos existentes entre Brasil e as demais nações lusófonas, principalmente com os países africanos de língua portuguesa nos campos literário e musical⁵⁴. Inclusive ele vê como essencial essa aproximação, combatendo o descaso brasileiro frente a sua ancestralidade africana, que foi denunciada desde sua crônica-programa, para só assim conseguir se desvincular de um passado que suprime suas potencialidades, advindas justamente

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² ANTUNES e GOÉS, 2015, p.158.

⁵³ *Ibid.*, p.160.

⁵⁴ Podemos citar rapidamente “Bethânia, Dylan e a poesia cantada”, que aborda um obra poética produzida em conjunto por autores africanos, portugueses e africanos, “Manoel e eu”, que discorre sobre um percurso lusófono feito pelo próprio cronista para entrevistar um autor brasileiro que, segundo ele, recria a língua portuguesa e “Antropofagia alargada”, que aborda as assimilações feitas pela música contemporânea portuguesa de influências africanas e brasileiras.

do que “[...] Brasil tem de melhor: uma cultura mestiça, que, ao ódio de um sistema colonial violento e perverso (como são todos), respondeu com o perdão”⁵⁵. Já *O Globo* nega qualquer correlação entre Brasil e a comunidade lusófona, por um suposto distanciamento cultural com as influências africanas, promovendo um desligamento forçado do Brasil com seu passado. Assim, segundo a perspectiva usada por Antunes e Góes, o jornal age como um agente desagregador da lusofonia, baseada no conceito de *communitas* de Roberto Esposito.

Antunes e Góes compreendem que o que há de comum na comunidade “[...] não é um algo que seus membros têm como próprio, como essência, uma identidade. O que dará sentido de comunidade como *communitas* é um dever, uma obrigação, uma dívida recíproca de todos para com todos”⁵⁶. Para eles, a única forma de entender a lusofonia como uma comunidade seria aceitar seu vício de origem lusocêntrico, dada as motivações de Portugal sobre a institucionalização da CPLP e unir os diversos países pelas marcas da história colonial compartilhada. Baseados em outra coleta, de quase vinte anos de registros d’*O Globo* acerca da temática, que resultou em apenas 92 notícias, os autores sugerem “[...] um não reconhecimento [pelo *O Globo*] da CPLP como uma comunidade da qual o Brasil faz parte. E não se reconhecer como parte é uma ação de *immunitas*, daquele que se sente dispensado do dever recíproco com a *communitas*”⁵⁷ Essa suposição se confirma quando, analisado o conjunto de notícias, percebe-se que “[...] buscou-se instituir um ambiente até de certo “compadrio” entre Brasil e Portugal e, ao mesmo tempo, de distância, rejeição e de vigilância com os africanos”, o que faz Antunes e Góes inferirem uma “ação identitária que atende a interesses do grande capital, ambiente em que transita o jornalismo da *Folha* e de *O Globo*. Quando há algum tipo de notícia, ela reforça essa concepção, assegurando uma ameaça pelo contágio negro e pobre”⁵⁸

Esse tratamento dispensado à temática da lusofonia pelo jornal culmina em um Brasil completamente afastado de seus deveres para com essa comunidade lusófona. A presença de Agualusa como colunista a partir de 2015 viria para contrapor essa ausência temática de *O Globo* e apontar os elos culturais e linguísticos que hoje Brasil e o restante do universo lusófono compartilham. Contudo, a grande ameaça identificada por Antunes e Góes em seus trabalhos é como o não-reconhecimento da lusofonia, ou seja, como a negação das raízes culturais e raciais africanas no Brasil pode fazer com que o público-leitor de *O Globo* conceba que seu país

⁵⁵ AGUALUSA, José Eduardo. O ouro das ilhas. *O Globo*, Segundo Caderno, 13/11/2017.

⁵⁶ ANTUNES, Elton; GÓES, José C. Os 20 anos da comunidade dos países de língua portuguesa na imprensa brasileira: discutindo as condições par para uma *communitas* possível. *Médias & Jornalismo*, n.29, v.16, 2016, p.174.

⁵⁷ *Ibid.*, p.182.

⁵⁸ *Ibid.*, p.184

também não tem qualquer obrigação histórica para com “[...] a grande maioria de sua população, que liga-se aos mesmos fios e troncos identitários negros, índios, africanos e mestiços”⁵⁹. Assim, os leitores de *O Globo* (que vale a pena lembrar se reúnem sobre um padrão de classe média branca) possivelmente se sentiriam desconectados dos inúmeros casos de discriminação racial enfrentados no nosso país, inclusive veiculados pelo próprio jornal que incentivou essa indiferença ao negar em suas páginas as influências africanas sobre nossa sociedade. Pensando nisso, o questionamento que nos resta é: as crônicas de Agualusa esquivam-se desse tipo de interpretação descompromissada racialmente da realidade brasileira?

Amparados pela nossa análise e de outros teóricos, pudemos comprovar que a pauta da lusofonia é essencial para a escrita de Agualusa. Entretanto, enquanto vários pesquisadores afirmam sua abordagem como fundamental para a quebra de um viés eurocêntrico e para o resgate da contribuição da cultura africana na lusofonia, essa pesquisa se mostra um pouco reticente quanto essa suposição, considerando o impacto da ótica de Agualusa no público brasileiro. É bem verdade que Agualusa proclama a necessidade de relações plurais e horizontais entre países lusófonos em muitos dos seus escritos para *O Globo*. Contudo o modo como ele sustenta essa afirmação de simetria e respeito também importa. É relevante, por exemplo, perceber que o cronista maneja um esvaziamento do processo colonial como forma de tornar mais fluídas as articulações lusófonas, imputando certa responsabilidade à África na formação étnica portuguesa, retratando a aproximação de Portugal com o universo lusófono como um processo de reafricanização. Somado a isso, é feita uma certa presentificação das ações que circundam a lusofonia, focando nos elos culturais da atualidade e reduzindo o espaço das tensões políticas e econômicas entre os países lusófonos que desenrolaram-se por séculos. É certo, por outro lado, que o destaque ao presente é resguardado pelo próprio gênero narrativo que compõe a coluna, uma vez que a crônica costumeiramente abarca o cotidiano. Considerando as estratégias do cronista, é perceptível que Agualusa dá prioridade para o que entende como resultado positivo da colonização: uma partilha cultural mestiça, que hoje é substrato do seu sonho lusófono. Nosso ponto é que no Brasil a discussão sobre mestiçagem é profusa, controvertida e interfere na identidade brasileira, atravessando o imaginário cultural e embrenhando-se nas tensões raciais que existem no país, as silenciando. Apenas uma análise apurada das crônicas de Agualusa, que será feita a seguir, focalizando a questão da mestiçagem e seus entrelaçamentos com raça e cultura, podem responder se sua escrita em *O Globo* pode contribuir ao enfrentamento a um viés eurocêntrico que envolve e define a sociedade brasileira

⁵⁹ *Ibid.*, p.188.

ou se acabará reafirmando os interesses e preconceitos das elites nacionais, como aqueles defendidos pelo jornal em que seus textos foram publicados.

Extraordinária mestiçagem brasileira: cultura versus raça

Para pensar na construção da identidade nacional precisamos retroceder brevemente nosso olhar para o século XIX. Com a independência política brasileira em 1822, era necessário estabelecer pilares que assegurassem a centralização do Estado recém instituído. Nesse sentido, foi outorgada a Constituição de 1824, que traçava os parâmetros do sistema jurídico brasileiro e definia os princípios que regiam a sociedade da época. Além disso, começaram a ser levantados discursos que visavam a unificação do povo brasileiro, realçando sua singularidade frente aos demais. Fiorin, por exemplo, destaca o Romantismo como força propulsora de uma brasilidade sustentada pela união portuguesa e indígena, sendo o Brasil uma síntese do velho e do novo mundo⁶⁰. Ficavam excluídos dessa construção identitária, contudo, os africanos escravizados, os quais não possuíam até o final do século XIX nenhum direito à cidadania uma vez que era reputada a eles a condição de propriedade⁶¹. E, mesmo na fórmula de Brasil criada por Von Martius, ao negro restava o espaço da detração da nação⁶². O fim da escravatura em 1888 impulsionou ainda mais a constituição de uma identidade nacional que, naquele período, [...] se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado [...] ainda não mudou?”⁶³. A resposta dessa problemática fica a cargo da mestiçagem, responsável por amalgamar as raças e construir uma unidade brasileira, sendo afetada por teorias raciais importadas e adaptadas no nosso país.

Como indica Schwarcz, no final do Oitocentos diversos intelectuais brasileiros envolvidos nos mais diferentes setores defendiam a hierarquização entre as raças adotando modelos que “naturalizavam” diferenças⁶⁴. Mas para resolver o paradoxo de como aplicar teorias raciais ocidentais, que entendiam a miscigenação como sinal de degeneração, em uma

⁶⁰ FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana*, v.1, n.1, 2009.

⁶¹ Mesmos os afrodescendentes nascidos livres ou os libertos eram sujeitos a um tratamento distinto dos cidadãos brancos, ainda que tivessem sua cidadania assegurada pela Constituição. MATTOS, Hebe M. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁶² O naturalista alemão von Martius foi premiado pelo concurso promovido pelo IHGB acerca de “Como escrever a história do Brasil”. A ideia de Von Martius correlacionava o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento das três raças que o compunham: o branco seria o elo civilizador, o indígena era passível de restituir sua dignidade original e o negro era um fator impeditivo do progresso nacional.

⁶³ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999, p.51.

⁶⁴ SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras 1993.

realidade brasileira àquela altura já muito miscigenada, foi preciso um “[...] casamento entre modelos evolucionistas (que acreditavam que a humanidade passava por etapas diferentes de desenvolvimento) e do darwinismo social (que negavam qualquer futuro na miscigenação racial) [...]”⁶⁵. Essa combinação fez com que a mestiçagem despontasse como uma saída para a situação racial da nação pois revogaria as marcas das inferioridades negra e indígena no Brasil, fazendo com que o país caminhasse para um futuro civilizado pela valorização do elemento branco, reforçado pelas políticas de incentivo à imigração europeia, que se acirram com a inevitabilidade da abolição nas últimas décadas do século XIX⁶⁶. Assim, pela análise da conjuntura, é clara a estreita relação entre os discursos favoráveis à mestiçagem e uma ideologia do branqueamento racial. Esta visava diminuir a influência negra sobre a unidade brasileira e garantir o comando do país a uma elite branca que desejava inviabilizar e invisibilizar conflitos raciais, silenciando o fato de que o Estado nunca se responsabilizou pela população egressa da escravidão, sem fomentar qualquer reparação aos recém libertos.

Por volta de 1930, no entanto, essa correlação explícita da mestiçagem com o branqueamento torna-se malquista, pois “[...] opera-se no Brasil, uma evolução que buscava novos caminhos na orientação política do país, tendo como preocupação principal o desenvolvimento social. Uma tal orientação não podia mais se adequar às teorias raciológicas do fim do século XIX, tornadas obsoletas”⁶⁷. Visando o fortalecimento de uma unidade brasileira, o governo varguista transformou elementos culturais específicos em símbolos da brasilidade, utilizando a retórica da mestiçagem cultural. Assim, expressões como o samba e a capoeira, atreladas às populações negras, marginalizadas e perseguidas pelas elites brasileiras, tornam-se ícones de uma identidade mestiça. Como indica Schwarcz, “[...]de descoberta a detração e depois exaltação, essa forma extremada e pretensamente harmoniosa de convivência entre os grupos foi, aos poucos, sendo gestada como *verdadeiro mito de Estado*”⁶⁸. Cria-se um discurso oficial de que o Brasil estaria estruturado através de boas relações entre seus grupos fundadores, rememorando o mito de Von Martius impactado pela análise freyriana acerca da mestiçagem, marcado por um deslocamento do conceito de raça para cultura. Graças a plasticidade e origem étnica do colonizador português, Gilberto Freyre asseverava a formação

⁶⁵ SCHWARCZ, Lilia M. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em *Novo Mundo Nos Trópicos*. Revista *PHILIA*, v.3, n.1, 2021, p.139.

⁶⁶ Embora utilize-se o discurso da necessidade de mão de obra estrangeira pelo fim da escravatura (o que evidencia uma não compreensão das camadas egressas da escravidão como trabalhadores livres), o incentivo imigratório era envolvido por um projeto de branqueamento, uma vez que restringia a entrada de imigrantes negros e asiáticos e estabelecia uma hierarquia entre os imigrantes europeus, como aponta Schwarcz em *O espetáculo das raças*.

⁶⁷ MUNANGA, 1999, p.78.

⁶⁸ SCHWARCZ, 2021, p.144.

em nosso território de uma sociedade híbrida amena em conjunto com o elemento indígena e o elemento africano, pois o processo colonial português nunca contou com a “[...] consciência da superioridade de raça, tão salientes nos colonizadores ingleses [...]”⁶⁹. Em suas obras, Freyre inverte o pessimismo intelectual sobre a mestiçagem, colocando-a como uma vantagem e uma singularidade social, pois no povo brasileiro não existe “[...] duas metades inimigas, a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo [...] Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas”⁷⁰

Já abordamos nesse capítulo algumas crônicas que manifestam paralelos entre a escrita de Agualusa e o discurso lusotropical de Freyre. Outra correspondência entre os dois autores está presente em “Se Sam fosse carioca”, no qual o autor angolano estabelece uma dualidade entre as sociedades afro-latinas e as sociedade de matriz anglo-saxônica⁷¹. Nesta crônica, Agualusa comenta sobre uma viagem a trabalho realizada em Londres, onde ele teria conhecido Sam, um inglês descendente de indianos e adepto bastante tradicional do siquismo⁷². Sobre esse sujeito, caracterizado por desprezar várias condutas ocidentais, Agualusa declara: “Sam nasceu em Londres, vive em Londres, mas em vários aspectos não se distingue em nada dos muitos primos que nunca saíram da pequena aldeia [...] Ouvindo-o falar penso em como seria ele se o pai tivesse emigrado não para Londres, mas para o Rio de Janeiro”⁷³. Nessa situação hipotética, o cronista cita uma série de ações feitas por esse personagem, agora brasileiro: ele não usaria turbante, teria se casado por amor com uma passista, não desdenharia de outras religiões e, dentre outras atitudes, “[...] depois de muita cerveja, talvez falasse aos amigos da terra do pai, um tal de Punjab, e de como o seu velho avô, que os visitara era ele ainda menino, se encolerizava ao ver na televisão uma bunda perfeita a rebolar”⁷⁴. Agualusa usa de vários elementos recorrentemente associados ao Brasil, como o carnaval, uma (pretensa) laicidade do Estado e a sexualização da figura feminina brasileira para exemplificar, aludindo a argumentos recorrentes em *Casa Grande & Senzala* de Freyre, que:

Se algo separa as sociedade de matriz anglo-saxônica das afro-latinas é a filosofia de acolhimento e de relacionamento com o outro. Nas sociedades de matriz anglo-saxônica predomina a ideia de que as comunidades emigrantes têm o direito de manter e preservar a cultura original. As sociedades afro-latinas, pelo contrário, devoram o outro [...] Para os anglo-saxônicos a assimilação implica sempre uma violência. É verdade, muitas vezes implica. [Contudo as] devoradoras sociedades afro-latinas tendem a assimilar aqueles que devoram, ou seja, também elas se transformar e

⁶⁹ FREYRE, 2006, p.272.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 418.

⁷¹ AGUALUSA, José Eduardo. Se Sam fosse carioca. *O Globo*, Segundo Caderno, 12/10/2015.

⁷² O siquismo é uma religião monoteísta fundada a cerca de 500 anos, praticada principalmente na região de Punjab. Se estabelece como uma religião de reforma do hinduísmo e islamismo.

⁷³ AGUALUSA, José Eduardo. Se Sam fosse carioca. *O Globo*, Segundo Caderno, 12/10/2015.

⁷⁴ *Ibidem*.

enriquecem, e é isso que explica a *extraordinária vitalidade das culturas crioulas*⁷⁵.
(grifo nosso)

De acordo com Agualusa, as sociedades derivadas da colonização inglesa não são assinaladas pelo hibridismo cultural, promovendo uma separação entre culturas diversas. Citando um aumento de polêmicas com refugiados e atentados terroristas na Europa e nos EUA, o cronista nos induz a questionar se esse apartamento de culturas é a melhor forma de tratar as alteridades, contrapondo esse molde com aquele defendido por sociedades afro-latinas, sinalizadas, segundo ele, pela assimilação cultural. Pela leitura deste e de outros textos, é bastante claro a percepção do autor. Na crônica sobre Sam, ele afirma que não há nenhuma sociedade crioula⁷⁶ “[...] que não padeça de desequilíbrios e onde não se manifestem sinais de racismo. Mas pode dizer-se dela o que Churchill disse de democracia: É o pior dos modelos, excetuando todos os outros”⁷⁷. Há uma defesa, portanto, da mestiçagem como agregadora das diferenças, que é ressaltada também em “Maravilhosa apropriação cultural”, onde ele aponta que, embora a maior riqueza africana seja sua diversidade étnica e cultural, o que lhe dá potência é “[...] sua capacidade em assimilar e integrar expressões culturais alheias, reinventando-as, renovando-as, acrescentando-lhes cor e energia. Essa é também uma das grandes virtudes dos brasileiros, Quem sabe, uma herança africana”⁷⁸. Diferentemente de Freyre, que atribuiu a miscibilidade como característica singular do colonizador português, Agualusa amplia esse aspecto para as diferentes etnias africanas, pois, mesmo não sabendo “explicar de onde vem

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ O intuito dessa nota é esclarecer o uso do termo crioulo para Agualusa, recorrente nas crônicas em *O Globo*, de forma a não ocasionar possíveis equívocos na leitura dessa monografia. Antes de mais nada, é preciso deixar claro que não existe um consenso sobre o conceito de crioula ou sobre a ideia de uma cultura crioula. Richard Price inclusive afirma que as teorias em torno dessa temática são muito afetadas pela sensibilidade ideológica e política de quem as constrói ou as observa. Esse mesmo autor aponta os princípios que guiam sua leitura do tema, em conjunto com Sidney Mintz, apontando o enfrentamento de “[...] tensões entre os africanos, a fim de produzir práticas significativas [...] que tiveram que sobreviver ao exercício do poder europeu”. Assim, a crioula remete a reinvenção das culturas africanas, adaptadas a novos contextos sociais, em contato com elementos desconhecidos. Se há um prenúncio de encontro de elementos culturais diversos, crioula é o mesmo que mestiçagem? Noronha e Carrizo apontam algumas semelhanças entre os dois processos, afirmando que eles se concentram nas noções de inter-relação e permeabilidade, mas que o discurso de mestiçagem, tendo Freyre como um dos principais expoentes, parte de uma ótica senhorial e a crioula é entendida pela perspectiva do colonizado. Para Abdala Júnior, o estatuto crioulo é caracterizado por uma aproximação conflitiva, onde aspectos africanos e europeus se repelem e se aproximam, guardando um cerne resistente à fusão que não se deixa reduzir pelo amálgama unitária, diferente do discurso da mestiçagem. Considerando esses entraves, quando Agualusa cita a formação de culturas crioulas, ele se atenta para esse debate conceitual? Dadas as análises das nossas fontes, percebe-se um sentido equivalente dos termos para Agualusa, em que ambos remetem a uma positividade da mescla de elementos culturais diversos, cujo maior enfoque das crônicas é a mistura entre elementos portugueses e africanos. Para saber mais sobre o tema, veja: ABDALA JÚNIOR, B. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC, 2002. NORONHA, Jovita M. G.; CARRIZO, Silvina L. Crioulidade e mestiçagem: os conceitos e suas interfaces. *Revista Brasileira do Caribe*, v. IX, n.17, 2008. PRICE, Richard. O milagre da crioula: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, n.3, 2003.

⁷⁷ AGUALUSA, José Eduardo. Se Sam fosse carioca. *O Globo*, Segundo Caderno, 12/10/2015.

⁷⁸ AGUALUSA, José E. Maravilhosa apropriação cultural. *O Globo*, Segundo Caderno, 10/04/2017.

esse talento africano para integrar e assimilar [contudo, ele gosta] de pensar que sendo África o continente-mãe, o berço da Humanidade, persista no coração de cada africano um desejo de abraçar a Terra toda [...]”⁷⁹.

Não negamos a plasticidade das culturas africanas, pois não há como ignorar os contatos culturais intergrupais no continente africano ou o potencial de transformação e adaptação das várias etnias africanas diante da diáspora negra. Todavia, a crônica recém abordada apresenta a escolha de Agualusa em retratar uma capacidade de assimilação como algo inerente de África, omitindo que, para as culturas africanas, a ação de se reinventar em novos territórios foi uma necessidade forçada frente a ruptura de suas realidades pelo sistema escravista europeu. A mescla cultural entre etnias africanas e outros povos não é só sinal de apropriação cultural, ou como o próprio Agualusa define, de um combo de “[...] inteligência, generosidade, criatividade, abertura ao outro”⁸⁰. É também sinal de resistência e luta contra conjunturas inóspitas e tentativas de etnocídio, o que não é abordado pelo escritor. Além disso, Agualusa não levanta nenhuma suposição do emprego da assimilação pelo império português nessa crônica. Não fala, por exemplo, das políticas assimilacionistas lusas nos territórios além-mar, que incitavam a cultura portuguesa como ferramenta civilizatória das populações nativas, como instituído pelo Ato Colonial de 1930 às colônias africanas⁸¹. Assim, sem atrelar a noção de culturas integradas a perspectivas eurocêntricas, Agualusa somente descreve a assimilação como um fator vantajoso e imanente das sociedades mestiças, tal como a brasileira.

Aliás, é em “Os piolhos de Tiradentes” e “Dois olhares sobre o Brasil” que o autor fala mais diretamente sobre o processo de miscigenação no nosso país. Na primeira crônica, Agualusa tece comentários sobre *Joaquim*, filme luso-brasileiro que pretende revisitar a história colonial do Brasil, desconstruindo a heroificação de Tiradentes⁸². O cronista aponta que um dos pontos mais notáveis do filme é a construção de diálogos entre os personagens da produção, pois demonstra uma:

[...] ideia de incomunicabilidade entre diferentes etnias que compõem o Brasil: índios, africanos e portugueses. Essa ideia é tanto mais interessante quanto se opõe ao consagrado clichê do país mestiço, caldo de culturas. No filme, os portugueses não entendem o que os índios e os africanos nos falam – e nem se preocupam em entender; aliás, nem sequer compreendem os brasileiros de língua portuguesa, os quais, embora falando o mesmo idioma, comunicam mundos diferentes. A opção do diretor em não

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ DECRETO Nº 18.570 de 08 de julho de 1930. Aprova o Acto Colonial, em substituição do título V da Constituição Política da República Portuguesa. *Diário do Governo* nº 156/1930, Série de I de 1930-07-08.

⁸² Sobre a heroificação de Tiradentes em prol da criação de um imaginário nacional, veja: CARVALHO, José M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

traduzir as falas em guarani ou em crioulo guineense coloca o espetador na posição de Joaquim.⁸³

Há dois elementos que despontam na escrita dessa crônica para se pensar na mestiçagem brasileira. O primeiro deles é o elogio dado por Agualusa à escolha corajosa do longa-metragem *Joaquim* em quebrar com a perspectiva harmônica da formação da nossa sociedade. O segundo aspecto é que, mesmo destacando a ruptura dessa percepção simplificadora, Agualusa recorre ao mesmo mito fundacional brasileiro, o que fica bastante claro quando aponta que, apesar da incomunicabilidade linguística dentre portugueses, índios e africanos, “aqui e ali acontecem momentos de partilha e de comunicação, e é então que vemos o Brasil nascer”⁸⁴. Sua escrita dá a entender que não houve entraves duradouros que impediram a união do povo brasileiro, o que é bem representado durante a cena “em que o guia indígena (Karay Rya Pua) canta e dança acompanhado pelo escravo de Joaquim (Welket Bungué)”. Agualusa, por fim, diz que: “[...] agrada-me muito a ideia de que terá sido a música – e não um qualquer idioma falado – a unir as diferentes *etnias fundadoras do Brasil*. Se não foi assim, devia ter sido”⁸⁵. Nesse texto, o escritor indicia que os primeiros contatos entre os povos foram oscilantes, mas houve uma certa estabilização posterior graças a partilha cultural entre eles.

Assim, é feito um elogio à mescla cultural que permitiu a união do Brasil, noção corroborada na crônica “Dois olhares sobre o Brasil”, em que Agualusa avalia duas obras, *Autoimperialismo*, de Benjamim Moser, e *Trópicos utópicos*, de Eduardo Giannetti, colocando-as em um diálogo acerca da constituição do povo brasileiro. De acordo com Agualusa, Moser é um historiador estadunidense que caracteriza o Brasil como autoimperialista, extremamente predatório na tentativa de lidar com suas próprias diversidades, tal qual os Estados Unidos, especialmente em relação às camadas marginalizadas. Agualusa concorda com o desenvolvimento do autoimperialismo brasileiro, mas afirma uma diferença essencial entre o Brasil e os EUA, pois o “[...] o Brasil conseguiu criar uma cultura própria, composta a partir das expressões culturais dos povos colonizados – a população indígena e africana”⁸⁶. Já a obra de Giannetti se aproxima mais das discussões em torno da mestiçagem racial, comentando que análises genéticas do povo brasileiro “[...] permitiram quantificar o que está à vista de todos. Enquanto nos Estados Unidos apenas 1% da população branca possui alguma ascendência africana, no Brasil a maioria dos brancos – cerca de 60% - pertence a linhagens africanas ou

⁸³ AGUALUSA, José Eduardo. Os piolhos de Tiradentes. *O Globo*, Segundo Caderno, 24/04/2027.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ AGUALUSA, José Eduardo. Dois olhares sobre o Brasil. *O Globo*, Segundo Caderno, 25/07/2016.

ameríndias”⁸⁷. Assim, cada autor trata da mestiçagem por uma via, cultural e racial, mas se complementam na crônica, indicando, como aponta Agualusa, que o brasileiro pode dizer de si mesmo que “[...] aqui, do branco puro ao negro retinto somos todos mulatos”⁸⁸. Ainda diz que:

Se tirarmos o foco da “raça” e o colocarmos na cultura, como deveria ser sempre, a afirmação é ainda mais precisa. Em termos culturais, nenhum brasileiro é “branco”. Todos são mestiços. Todos são, aliás, mais africanos do que europeus. *Talvez por isso o Brasil – ao contrário dos EUA – se tenha conseguido afirmar no mundo sem violência alguma. Apenas recorrendo à extraordinária força da sua cultura mestiça*⁸⁹.
(grifo nosso)

A percepção agualusiana sobre a mestiçagem brasileira se torna evidente, com a sujeição da temática racial a um enfoque culturalista, bem como a celebração dessa mescla cultural que, marcada pela capacidade de assimilação característica das sociedades crioulas, permite hoje uma proximidade afável entre o Brasil e outros povos. Características destacadas que inclusive facilitam a construção do sonho lusófono de Agualusa no jornal *O Globo*, mas que, concomitantemente, simplificam as relações raciais forjadas na identidade brasileira, especialmente quando defende em sua coluna de *O Globo* que a noção de raça não tem validade em sociedades mestiças. Essa convicção do autor está presente em “O embrulho da alma”, em que opina sobre uma polêmica internacional que invadiu os jornais brasileiros sobre Rachel Dolezal, ativista branca que por anos se fez passar por negra, denunciada pelos próprios pais em 2015. Muitos tabloides, dentro e fora dos EUA, foram veementemente críticos à Dolezal, censurando-a pela mentira que garantiu sua ascensão a um cargo importante dentro da NAACP, uma das principais associações de defesa civil da população afro-americana. Também houve “[...] quem acusasse Rachel de se ter apropriado da dor alheia. Segundo essa perspectiva, uma pessoa de raça branca nunca poderá saber o que é ser negra, ainda que se mascare e seja reconhecida como tal, pois não partilha um idêntico historial de sofrimento”⁹⁰. Todavia, para Agualusa, os julgamentos contra Dolezal só demonstram como o episódio:

[...]incomoda a larga maioria dos americanos, independente da sua origem étnica, na medida em que expõe a artificialidade e a falsidade do conceito de raça e, ao fazê-lo, deflagra a ordem social estabelecida. Penso em Rachel Dolezal como uma anarquista involuntária, que, com o seu exemplo, conseguiu agitar o sistema e provocar um curioso debate sobre raça e identidade.⁹¹

A justificativa dada pela norte-americana para suas ações, inclusive ao uso de procedimentos estéticos que a ajudaram a encobrir ser branca, foi sua autoidentificação à

⁸⁷ GIANETTI, Eduardo. *Trópicos Utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

⁸⁸ AGUALUSA, José Eduardo. Dois olhares sobre o Brasil. *O Globo*, Segundo Caderno, 25/07/2016.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ AGUALUSA, José Eduardo. O embrulho da alma. *O Globo*, Segundo Caderno, 22/06/2015.

⁹¹ *Ibidem*.

negritude, algo que parece ao cronista um argumento inteligente, pois desloca o foco de raça para a cultura negra. Nessa vertente, Agualusa usa sua crônica para defender o fenômeno de transracionalidade, ou seja, a possibilidade de uma pessoa se movimentar entre raças, algo que ele equipara com o movimento feito por indivíduos transexuais e travestis que “optam por transitar de sexo”, em suas próprias palavras. Conclusão similar propõe a pesquisadora portuguesa Ana Lúcia Santos em um artigo publicado pouco depois dessa polêmica, onde compara a situação de Dolezal com a da artista transexual Sandy Stone, discriminada por um coletivo feminista lésbico, quando trabalhava na gravadora *Olivia Records* em 1979⁹². Para Santos, ambas as mulheres negaram se enquadrar à raça/gênero que foram designadas e utilizaram-se do processo de autodefinição para construir suas identidades, sendo acusadas de falseamento e apropriação identitária. Sobre isso, a autora considera que “[...]o caso Rachel Dolezal contribui para a redefinição pós-moderna de raça e de identidade, tal como Sandy Stone contribuiu para a de gênero”⁹³ uma vez que demonstra que “[...] mais importante do que policiar as identidades de indivíduos singulares ou pequenas comunidades, é policiar as estruturas racistas e sexistas que sustentam as injustiças nas sociedades”⁹⁴. Nesse sentido, Santos condena a exposição midiática em torno do caso Dolezal pois considera isso tão censurável quanto a divulgação de informações não-consentidas de pessoas transexuais sobre seu passado.

O jornalista brasileiro Leopoldo Duarte também fez uso desse paralelo entre raça e gênero, numa vertente oposta à de Agualusa e Santos⁹⁵. Duarte comenta que muitos autores tentaram associar a terminologia “raça” a uma questão de performance, tal como gênero, sendo, portanto, sujeita à autoidentificação. Todavia, o jornalista não compartilha dessa perspectiva acerca da pauta racial e aponta que a diferença entre Dolezal e pessoas nascidas negras, assim como sujeitos transexuais e travestis é “[...] que ela [Dolezal] teve o (branco) privilégio de elaborar as próprias agressões que ‘sofreu’”, além de ter “[...] a liberdade de lidar com o racismo somente quando bem preferir”⁹⁶. Continua na matéria declarando que o mais cruel entre a comparação da ideia de transracionalidade com a transexualidade é que “[...] ela ignora o fato de que as pessoas trans não escolhem ser assim e se assumem para viverem suas verdades e não um castelo de mentiras com acesso ao sucesso social e profissional”⁹⁷ tal como aconteceu com Dolezal em sua carreira na NAACP. Sobre este episódio, Duarte finaliza seu posicionamento

⁹² SANTOS, Ana Lúcia. Des-fazendo raça: a auto-definição racial em Rachel Dolezal. *Estud. Sociol.*, Araraquara, v.21, n.41, pp.303-320, 2016.

⁹³ *Ibid.*, p.316.

⁹⁴ *Ibid.*, p.316.

⁹⁵ DUARTE, Leopoldo. Sobre o termo “raça” e o que aprendi com Dolezal. *Portal Geledés*, 24/06/2015.

⁹⁶ *Ibidem.*

⁹⁷ *Ibidem.*

com a afirmação de que se Dolezal fosse vista como uma mulher negra, ela dificilmente teria esse destaque midiático no Brasil, justamente pelo racismo que sustenta nossa sociedade.

De volta à coluna de Agualusa, o cronista aciona uma comparação história pela defesa da noção de transracionalidade, localizando-a em regimes de segregação racial, como o apartheid sul-africano, no qual “[...] qualquer pessoa podia pedir para ser reclassificada racialmente e, muitas pediam, sobretudo por questões de ordem prática”⁹⁸. Todavia, o que Agualusa se refere como sendo uma reclassificação racial corriqueira era, na realidade, a Lei de Registro da População, um dos principais pilares discriminatórios do apartheid, que exigia que o departamento do censo categorizasse os cidadãos entre raças, o que indicaria seus deveres e direitos sociais, não sendo um processo tão maleável que dependesse apenas do desejo dos sul-africanos⁹⁹. Ademais, o cronista volta a defender o alvo da polêmica e sua identificação “[...] com a cultura de matriz africana presente nos Estados Unidos e com a história dos afro-americanos [pois] esquecendo a teia de mentiras em que Dolezal se enredeou [...] qualquer pessoa deveria ter o direito de transitar entre mundos sem ser questionada a respeito”¹⁰⁰. Agualusa conclui sua crônica com uma experiência pessoal, quando foi inquirido enquanto ele, um homem branco, pôde criar personagens negros. Para isso ele teve duas respostas, em que a mais amena é dizer que:

Escrever é, na essência, mudar de pele. Um escritor tem de ser conseguir colocar, o tempo, todo, na pele dos outros. Já fui escrava e já fui escravocrata. Já fui um torturador. Já fui uma cantora famosa. Já fui até uma lagartixa. Podia ter respondido que *em sociedades fortemente crioulizadas, que são aquelas que me movo, nas quais todo o mundo partilha uma mesma cultura mestiça e as famílias incluem elementos de todas as “raças”, tal pergunta não faz o menor sentido. A verdade, contudo, é que a pergunta não tem sentido em lugar nenhum, nem sequer nos Estados Unidos. Raça é um logro, ou, como disse um dia o escritor angolano Luandino Vieira, “a pele é apenas o embrulho da alma”*¹⁰¹ (grifo nosso)

Agualusa não foi o único colaborador de *O Globo* que tratou do caso Dolezal, uma vez que várias publicações foram feitas pela mídia controlada pelo Grupo Globo, inclusive incitando o questionamento se haveriam distinções entre a questão racial nos EUA e no Brasil. A matéria “E se Rachel Dolezal fosse brasileira?” feita por João Fellet é um bom exemplo disso¹⁰². Em primeiro plano, o repórter parece se limitar a dar espaço para que pesquisadores e militantes negros brasileiros comentassem sobre a temática. Um dos entrevistados, o professor

⁹⁸ AGUALUSA, José Eduardo. O embrulho da alma. *O Globo*, Segundo Caderno, 22/06/2015.

⁹⁹ Veja mais sobre o regime do apartheid na África do Sul em: BRAGA, Pablo de R. S. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

¹⁰⁰ AGUALUSA, José Eduardo. O embrulho da alma. *O Globo*, Segundo Caderno, 22/06/2015.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² FELLET, João. E se Rachel Dolezal fosse brasileira? *GI*, Mundo, 18/06/2016.

Douglas Belchior afirma que Dolezal não seria considerada negra no Brasil, pois no nosso país, diferente dos EUA, características fenotípicas contam mais que ancestralidade; nesse sentido ela não teria ascendido no movimento negro brasileiro e as constatações à sua identidade não teriam repercussão. A militante Stephanie Ribeiro concorda que no Brasil a aparência conta mais do que qualquer outro elemento para classificação racial. Nascido norte-americano e residente do nosso país, O DJ Boima Tucker usa sua própria experiência e menciona como é difícil definir sua raça no Brasil, o que talvez fizesse com que Dolezal fosse menos criticada aqui, uma vez que o povo brasileiro é mestiço, incorporando traços culturais africanos¹⁰³.

Publicada no Primeiro Caderno de *O Globo*, a matéria de Fellet pretende performar o objetivismo jornalístico, que é estabelecido pelas diretrizes do jornal, buscando compor um texto informativo que traz uma variedade de posicionamentos acerca da temática, sem, contudo, introduzir a perspectiva do repórter. Todavia, a análise conjunta das falas dos entrevistados permite a percepção de um sentido elaborado na matéria: de que raça é um termo controverso, que leva a uma complexa discussão no Brasil graças ao fato de sermos um povo miscigenado. Nesse sentido, a mestiçagem brasileira criou uma dinâmica racial mais fluída no país, como declara o pesquisador estadunidense Reginald Daniel, outro entrevistado. Embora esse sociólogo afirme que nos últimos anos vêm-se adotando padrões raciais mais rígidos no Brasil, essa inflexibilidade não é natural da cultura brasileira, citando uma ideia de Afrânio Coutinho, “[...] ele dizia que, no Brasil, todos são claramente mulatos ou mulatos claros”¹⁰⁴, para sustentar seu argumento. É criada assim, na matéria de Fellet sobre Dolezal, uma teoria de que no Brasil essa autoidentificação com a negritude não seria uma pauta tratada com tanta severidade como foi nos EUA. Dentre essa e outros textos lançados no ano de 2015, a repercussão do episódio Dolezal em *O Globo* demonstra que o jornal não estava alheio a como a discussão racial influi em nosso país e buscou, através da publicação da crônica incisiva de Agualusa e da matéria de Fellet, dar voz a um discurso que põe em xeque as tensões raciais (e o racismo) no Brasil, especialmente àquelas presentes nas sociedades mestiças, utilizando a retórica de que a mescla cultural harmoniza conflitos raciais. E o caso Dolezal não foi uma ação sem precedentes dessa postura de *O Globo*. Ator político e “[...] parte de um sistema de imprensa nascido com vínculos na *Casa Grande* e para a *Casa Grande*”¹⁰⁵, *O Globo* usou por décadas a mestiçagem *à la* Freyre

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ GÓES, José C. *O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, p.116.

para propagar o mito de uma democracia racial de modo a justificar seus interesses políticos, revestindo-se da alegação: afinal, no Brasil não somos todos mestiços?

Uma outra ocasião que o jornal utilizou essa argumentação foi em relação às cotas na educação pública brasileira¹⁰⁶, pauta que estava em alta na primeira metade da década de 2010 graças a promulgação da lei nº 12.711/2012¹⁰⁷. Muitas foram as pesquisas nacionais que se dedicaram a analisar a atuação do jornal nessa conjuntura e a maioria, apesar de suas nuances, concluem uma postura contrária d'*O Globo* frente à criação das cotas raciais. Analisando as publicações de 2001 a 2009, Campos afirma que o periódico demorou a ceder um espaço substancial a essa temática, pois descartava que as cotas tinham futuro no nosso país¹⁰⁸. Somente quando várias universidades começaram a instituir, por iniciativa própria, a reserva de vagas, movimento inaugurado em 2000 pela UERJ e UENF, a quantidade de editoriais de *O Globo* que se dedicavam a temática cresceu, sobretudo após a adoção das cotas raciais e de uma comissão de verificação pela UnB em 2003. Frente a essas condições, *O Globo* buscou cristalizar em suas páginas a ideia de que o debate sobre ações afirmativas era essencialmente polêmico e polarizado o que, segundo Campos, “[...] contribuiu para refrear os debates legislativos em torno da ação afirmativa racial e, assim, constituir a imprensa como principal esfera de debate público da questão”¹⁰⁹. Em uma pesquisa compartilhada com Daflon e Júnior, o mesmo autor conclui que, após a resolução da Universidade Federal de Brasília, as cotas deixaram de ser um tema que deveria ser noticiado via reportagens em *O Globo*, ou seja, em campo teoricamente isento, para ser encarado como uma questão de opinião. Sobre isso:

Os dados parecem indicar que *O Globo* exerce um duplo controle do espaço conferido aos textos opinativos sobre as cotas publicados em suas páginas. De um lado, é clara a tentativa do jornal de abrir espaço para “duas visões conflitantes”, uma favorável às cotas e outra contrária à medida. Para tal, o jornal controla a valência dos textos que publica de modo a evitar que a proporção de textos contrários ultrapasse muito o número de textos favoráveis. Simultaneamente, por meio de seus editoriais publicados sobre o tema, o jornal garante que em todos os anos incluídos no *corpus* a quantidade de textos opinativos contrários suplante a de favoráveis.¹¹⁰

¹⁰⁶ As cotas são ações afirmativas pautadas pela reserva de vagas destinadas aos beneficiários de um grupo. Em relação à educação pública brasileira, a discussão sobre as cotas atravessa questões de classe e raça, sob as quais houveram tentativas sistemáticas de amenização e silenciamento na história do nosso país pelas suas elites. Foi no final do século XX, com a redemocratização política e o fortalecimento dos movimentos negros, que começou a ser cogitado o estabelecimento de cotas no país e só no século XXI elas foram inauguradas. Mais em: FERES JÚNIOR... [et al.]. *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p.19.

¹⁰⁷ BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, 30/08/2012.

¹⁰⁸ CAMPOS, Luiz A. de S. C. *Enquadrando a esfera pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p.139.

¹¹⁰ CAMPOS, Luis A.; JÚNIOR, João F; DAFLON, Verônica T. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, 2013, p.22-23

Ademais, “[...] é importante notar que *O Globo* lança mão de argumentos contrários às cotas que valem para estudantes de escolas públicas e/ou de baixa renda de uma maneira geral. Contudo, o jornal foca muito mais em abordagens que tratam somente das cotas raciais.¹¹¹”. E, considerando uma análise feita de cartas dos leitores deste jornal acerca das ações afirmativas raciais, em que “[...] *O Globo* publicou cerca de três cartas contrárias para uma carta favorável” têm-se a constatação que o jornal “parece querer não somente se colocar como um jornal contrário às ações afirmativas raciais, mas também representar um público de leitores-cidadãos também fortemente contrários às ações afirmativas raciais”¹¹². Portando-se como um representante da sociedade brasileira, que em suas páginas se mostra majoritariamente contrário às cotas, *O Globo* usou ao longo dos anos vários argumentos para legitimar sua postura. Dentre eles estavam: a acusação de que a ação afirmativa racial feriria a igualdade legal, que é a base da cidadania brasileira, a ênfase na ineficiência da medida no combate às desigualdades, pois favoreceria apenas os mais privilegiados dentro do grupo beneficiado (ideia do *creamy layer*), até chegar na suposição de que as cotas raciais violariam a plasticidade da identidade mestiça do Brasil¹¹³. Essa última constatação foi inclusive a base das críticas de Ali Kamel, na época um dos principais columnistas d’*O Globo* e atualmente o diretor-geral de jornalismo da TV Globo, que em 2006 lançou um livro anticotas denominado *Não somos racistas*¹¹⁴.

Após uma curta homenagem à liberdade de imprensa presente no grupo jornalístico da família Marinho, cujo apoio afirmou ser indispensável para sua carreira e para a elaboração de sua obra, Kamel em *Não Somos Racistas* anuncia que, na década de 1950, o meio acadêmico foi propulsor de uma linha discursiva que tencionava a racialização da sociedade brasileira, o que se tornou política oficial do governo no final do século XX. Assim, logo após a adoção das cotas raciais pela UnB, Kamel lança um livro que lamenta que “[...] de repente, nós que éramos orgulhosos da nossa miscigenação, do nosso gradiente tão variado de cores, fomos reduzidos a uma nação de brancos e negros. Pior: uma nação de brancos e negros onde os brancos oprimem os negros. Outro susto: aquele país não era o meu”¹¹⁵. Temos, portanto, desde suas primeiras linhas, uma defesa de Kamel à ideia de democracia racial e um elogio à análise freyriana, pois para o autor foi ela que fez com que o povo brasileiro entendesse que a miscigenação “[...] não é a nossa chaga, mas a nossa principal virtude. Hoje, quando vejo o Movimento Negro depreciar

¹¹¹ LEIBÃO, Matheus de C. *O Globo e as cotas raciais: debates e narrativas*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, p.77.

¹¹² FERES JÚNIOR... [et al.]. 2018, p.131.

¹¹³ JÚNIOR, João F; DAFLON, Verônica T. A nata e as cotas raciais: genealogia de um argumento público. *Opinião Pública*, v.21, n.2, 2015.

¹¹⁴ KAMEL, Ali. *Não somos racistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

¹¹⁵ *Ibid.*, p.18.

Gilberto Freyre, detratando-o como a um inimigo, fico tonto”¹¹⁶. Fica não dito na obra de Kamel que a perspectiva que Freyre assume em sua narrativa é a senhorial branca, que mantém intocados conceitos de superioridade e inferioridades dos povos, onde afirma que “[...] o que houve no Brasil [...] foi a degradação das raças atrasadas pelo domínio da adiantada”¹¹⁷. Kamel também não incorre ao fato que Freyre ameniza a colonização lusitana, culpabilizando a violência e sadismo à experiência colonial vivida, dizendo que era preciso ter “[...] a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu”¹¹⁸.

Além disso, a acusação de Kamel às pesquisas acadêmicas dos anos 1950 que supostamente criaram rivalidades raciais no Brasil são, na realidade, uma crítica aos trabalhos como *O negro no mundo dos brancos*, do sociólogo Florestan Fernandes, que é resultado de uma longa jornada iniciada com uma pesquisa financiada pela Unesco. Em um período marcado pela derrota nazista, por regimes segregacionistas nos EUA e na África do Sul e embates gerados pela descolonização da África e África, “[...] a Unesco alimentava o propósito de usar o caso brasileiro como material de propaganda e com esse objeto inaugurou o *Programa de pesquisas sobre relações raciais no Brasil*”¹¹⁹. Dessa forma, até a metade do século XX, o meio acadêmico era defensor de um viés hegemônico que entendia e reproduzia o Brasil, dentro e fora de suas fronteiras, como um grande laboratório racial, que poderia servir de exemplo sobre como lidar com tensões raciais. O que Kamel denomina como “raciocínio para começar dividir o Brasil”¹²⁰ é, na prática, uma revisão de um discurso que sustentava o mito de democracia racial, expondo assim as especificidades do racismo brasileiro. Se um dos principais argumentos do jornalista de *O Globo* é proclamar que o Brasil sempre condenou o racismo, porque o Estado nunca impôs barreiras legais aos negros após a abolição, Fernandes desde o século passado apontava que a discriminação racial brasileira, embora não tenha aparato institucional, “[...] é intocável, desde que se mantenha o decoro e suas manifestações possam ser encobertas ou dissimuladas, mantendo-se como algo íntimo”¹²¹.

Em *Não somos racistas*, Kamel menospreza essa especificidade do racismo brasileiro, pois pressupõe que o racismo explícito é mais grave que o racismo implícito pois “[...] o

¹¹⁶ *Ibid.*, p.19.

¹¹⁷ FREYRE, 2006, p.515.

¹¹⁸ FREYRE, 2006, p.323.

¹¹⁹ SCHWARCZ, Lilia M. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2ªed., 2007, p.14.

¹²⁰ KAMEL, 2006, p.20.

¹²¹ FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2ªed., 2007, p.42.

primeiro oprime sem pudor, enquanto o segundo, muitas vezes, deixa de oprimir pelo pudor”¹²². Ademais, Kamel constitui em seu discurso o racismo como uma exceção no Brasil, praticado por poucos elementos, mas que não constitui um traço da nossa sociedade, diferentemente do racismo estrutural presente nos EUA, país do qual Kamel acusa os pesquisadores brasileiros de terem importados seus problemas raciais, bem como suas soluções para esse problema. A adoção das cotas raciais no ensino público brasileiro seria, portanto, uma medida forasteira, descabida da realidade do país e injusta pois, segundo o jornalista, o grande infortúnio do Brasil era, na verdade, o classismo. Por fim, Kamel aponta que isso eclodiria no ódio racial, situação até então desconhecida num país mestiço como o nosso, onde seria difícil determinar quais sujeitos deveriam ser beneficiados pelas ações afirmativas. Respalda seu posicionamento também quando afirma que “acreditar que raças existem é a base de todo o racismo. Raças não existem [...] Onde quer que o conceito de raça tenha prevalecido, antagonismos insuperáveis surgiram entre os grupos e deram origem muitas vezes a tragédias. Por que aqui seria diferente?”¹²³. Esses são apenas alguns dos argumentos utilizados por Kamel nessa obra que reúne textos ampliados de artigos publicados anteriormente em *O Globo*. Dado esse fato e a projeção de Kamel em *O Globo*, essa sucinta análise de *Não somos racistas* revela similaridades sobre a percepção da realidade social brasileira apoiada pela gestão do Grupo Globo com a escrita das crônicas de Agualusa.

Nos quatro anos que compõem o recorte temporal do *corpus documental* desse trabalho, Agualusa nunca se posicionou a favor ou contrário à instalação das ações afirmativas raciais no nosso país, nem mesmo citando em sua coluna essa temática que ainda estava em alta no país na metade dos anos 2010. Essa ausência temática de Agualusa é ainda mais notável uma vez que a contratação do cronista ocorreu em um momento em que a atuação de *O Globo* em prol do movimento anticotas sofria críticas bastante severas. Embora a instauração das ações afirmativas no país não tenha sido, de modo algum, um consenso entre a militância brasileira¹²⁴ ou entre pesquisadores que se dedicavam a questão racial no Brasil¹²⁵, poucos anos após a

¹²² KAMEL, 2006, p.20.

¹²³ *Ibid.*, p.47.

¹²⁴ Podemos citar, a título de exemplo, a coletânea *Racismos Contemporâneos*, que reúne textos-opinião de militantes negros nacionais, que se mostram bastante diversificados sobre a proficiência das cotas no nosso país. Diva Moreira, por exemplo, afirmou em seu ensaio que “não podemos continuar nutrindo a ilusão de que efêmeros e limitados ganhos institucionais, legislações anti-racistas e o sistema de cotas poderão enfrentar, mesmo que a médio prazo, a pobreza avassaladora e a exclusão sócio-racial. Para mais, veja: ASHOKA Empreendedores Sociais (org.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003.

¹²⁵ Antropóloga e historiadora supracitada nessa monografia, Lilia Moritz Schwarcz foi uma dos 114 pesquisadores, ativistas e artistas que, em 2006, assinaram um manifesto contrário à implementação das cotas no Brasil. Com o passar dos anos, ela, bem como outros acadêmicos, mudou de opinião ao ver os efeitos das ações

promulgação da chamada Lei de Cotas, os impactos positivos dessa ação afirmativa no país começaram a ser percebidos e divulgados pelas mídias. Isso fez com que os defensores das ações afirmativas tivessem resultados práticos que sustentavam suas argumentações, sujeitos até então isentos ou contrários às cotas reviram seus posicionamentos e os novos dados desmantelaram o discurso anticotas de que o saldo positivo da lei nº 12.711/2012 seria nulo. Como um dos principais detratores da medida educacional, o Grupo Globo até noticiou a transformação no perfil dos estudantes universitários¹²⁶, mas continuava antagonizando, em um ritmo menos frequente, as cotas raciais, afirmando uma aprovação social menor destas do que de cotas por renda mínima e escolaridade pública¹²⁷. É interessante, dada essa conjuntura, ponderar como o recrutamento de Agualusa em 2015 n’*O Globo* foi oportuno, pois ele não critica diretamente a existência das cotas raciais, mas, de alguma maneira, esvazia sua fundamentação e legitimidade, acionando o ideal de mestiçagem, a plasticidade e harmonia cultural, desestimulando, assim, uma análise racial do país.

Já percebemos esse viés em textos supracitados e que se mantém ao longo dos quatro anos das crônicas analisadas. Se em 2015 Agualusa demonstrava a falsidade do conceito de raça através do caso Dolezal, em 2018 ele escreveria a crônica “Atravessando raças”, comentando sobre Beezy Bailey, um artista sul-africano branco, que tentava estabelecer seu trabalho quando as bases do regime do apartheid eram suprimidas, no final do século XX. Agualusa diz: “[...] Os críticos ignoravam-no. Lembrou-se então de expor uma série de serigrafias, um tanto ingênuas, em nome de uma suposta empregada doméstica negra chamada Joyce Ntobe. Os mesmos críticos que haviam rejeitado a obra de Bailey adoraram Ntobe”¹²⁸. Quando o prestígio de Ntobe cresceu, Bailey revelou a fraude e consequentemente enfureceu parte do seu público. Indo na contramão, Agualusa aponta que “[...]Ntobe, sendo Bailey, deixou de ser a autora de uma obra ingênuas, passando a representar um ato de ironia e poderosa subversão”¹²⁹. Assim, Agualusa desmerece qualquer crítica feita a esta apropriação e aponta que Bailey teria conseguido se estabelecer, sem qualquer falseamento, se a conjuntura apoiasse um artista branco da mesma forma que procuravam alçar artistas negros. Temos, por fim, uma sugestão nas entrelinhas que essa tentativa sul-africana de reparar as discriminações raciais, buscando promover vivências outrora silenciadas, se tornam injustas com os brancos, o que

afirmativas, que alteraram o perfil dos ingressantes universitários e auxiliaram numa revisão dos parâmetros educacionais.

¹²⁶ EM 2 anos, Lei de Cotas garantiu 111 mil vagas de graduação para negros. *O Globo*, 27/08/2015.

¹²⁷ COTAS sociais têm aprovação maior do que raciais, aponta pesquisa. *O Globo*, Educação, 07/07/2015.

¹²⁸ AGUALUSA, José Eduardo. Atravessando raças. *O Globo*, Segundo Caderno, 11/08/2018.

¹²⁹ *Ibidem*.

legítima a ação de Bailey. O cronista tem uma perspectiva muito parecida no caso Dolezal, quando afirma que ela ascendeu na NAACP por mérito próprio e que “[...] argumentar que não teria ascendido caso se tivesse apresentado como branca seria o mesmo que dizer que as instituições nas quais se destacou praticam discriminação racial”¹³⁰

Teríamos aqui um indício de Agualusa tentando esboçar aquilo que seria uma discriminação às avessas? Estaria o autor, em suas crônicas, falando de brancos perseguidos por não serem negros ou por não terem privilégios destinados aos negros atualmente? Utilizando dois casos internacionais citados, suas crônicas parecem abrigar a sugestão de um racismo reverso para seu público brasileiro, imputando a uma sociedade como a nossa, com profundas hierarquizações raciais, que várias tentativas de reparação histórica e social, baseada na ideia de equidade, são arbitrárias ou, no mínimo, controversas. E mesmo quando Agualusa assume haver injustiças raciais no mundo, seu tom sugere, sobretudo, cautela. Ao comentar sobre as manifestações ocorridas em Baltimore, nos Estados Unidos, em 2015, motivadas pelo assassinato de um jovem negro pela polícia, Agualusa afirma que o abismo entre brancos e negros no Brasil é ainda mais profundo que nos EUA, pois enquanto “[...] os negros americanos estão hoje bem representados na política, na cultura e até no empresariado. No Brasil, pelo contrário, continuam ausentes do poder e do mundo dos grandes negócios”¹³¹. Todavia, se essas condições poderiam fazer com que as reivindicações da população negra tomassem forma de protesto no Brasil, Agualusa diz ter dúvidas sobre isso, pois lê nosso povo como apático às distorções raciais, o que “[...] está ligada a todo o complexo processo de mestiçagem, que é, afinal, um processo de diluição de fronteiras e, nesse sentido de *desracialização*. (grifo nosso)”¹³². Assim, por mais que afirme ser necessário possibilitar a ascensão social dos negros bem como devolver sua dignidade e cidadania, Agualusa deixa claro que isso deve ser feito “[...] sem instituir um clima de paranoia racial – de racialização do cotidiano – como aquele que se vive nos EUA ou na África do Sul”¹³³

Para Agualusa, agir sobre desigualdades raciais no Brasil seria complexo porque somos mestiços e por isso “desracializados”, e porque não podemos instaurar uma divisão racial na sociedade, discurso muito similar com os defendidos pela elite brasileira desde meados dos anos 1930 até a contemporaneidade, pelo que foi apreendido da análise de *Não somos racistas*. De ferramenta utilizada para a promoção da unidade brasileira, a mestiçagem torna-se verdade

¹³⁰ AGUALUSA, José Eduardo. O embrulho da alma. *O Globo*, Segundo Caderno, 22/06/2015.

¹³¹ AGUALUSA, José Eduardo. Raça e justiça. *O Globo*, Segundo Caderno, 04/05/2015.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ *Ibidem*.

incontestável na escrita de Agualusa, que esconde a profundidade do racismo brasileiro em suas crônicas, um racismo que, como aponta Schwarcz, “[...] admite a discriminação apenas na esfera privada e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura”¹³⁴. Na sua veemência de amenizar discussões raciais, ele inclusive reage a quaisquer denúncias de situações racistas como se fossem disparates. É assim em “O arraial da branca atitude”, crônica que defende o festival literário FLIP, cuja edição de 2016 foi criticada pela ausência de escritores negros entre seus comunicadores. A resposta de Agualusa a isso foi que “[...] o curador de um festival literário não pode ser uma espécie de fiscalizador de raça, como os que existiam na África do Sul no tempo do apartheid [...]”¹³⁵. E continua, usando uma vivência própria: “Eu próprio faço a curadoria de um festival literário, o Fólio [...] dos 40 autores que teremos este ano em Óbidos, nas mesas principais, 17 são mulheres e oito tem origem africana e asiática”¹³⁶. O que ele considera como uma amostra de diversidade promovida por sua curadoria, todavia, não foi premeditada pois, segundo ele, “[...] não perguntei a raça de ninguém. Não me interessa. A verdade, contudo, é que o resultado final importa, e importa muito [mas] não existindo um equilíbrio, isso não significa que o festival deva ser condenado como racista ou machista”¹³⁷

Como escritor, Agualusa tem a autonomia de tratar a pauta racial em prol da cultura em suas produções literárias e de escolher não enxergar o racismo na ausência negra de um espaço como o FLIP, que é um dos maiores festivais de literatura de toda a América do Sul e que, após ser criticado em 2016, contou com um elenco diversificado em sua programação subsequente¹³⁸. Todavia, textos presentes na coluna de Agualusa como “Os espaços são delas”, em que ele cedeu seu espaço em *O Globo* para publicar a denúncia de uma cineasta negra acerca da baixa representação e representatividade da mulher negra no cinema brasileiro¹³⁹ podem ser encaradas com indiferença pelo público-leitor. Afinal, o próprio cronista crê que a ausência negra não necessariamente significa discriminação racial, mas pode ser uma simples consequência de escolhas produtivas. É também válido destacar que esse discurso relativo a relações raciais foi produzido por um homem branco, apesar das falas de Agualusa, nas quais afirma ser “[...] quase sem raça”¹⁴⁰ em um trecho de uma entrevista ocorrida em 1999, mantendo

¹³⁴ SCHWARCZ, Lilia M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. Claro Enigma, 1ª ed., 2013, p.25

¹³⁵ AGUALUSA, José Eduardo. O arraial da branca atitude. *O Globo*, Segundo Caderno, 04/07/2016.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ DAMASCENO, Victoria. Após críticas e protestos, uma FLIP mais diversa. *Carta Capital*, 26/07/2017.

¹³⁹ AGUALUSA, José Eduardo. Os espaços são delas?. *O Globo*, Segundo Caderno, 09/11/2015.

¹⁴⁰ AGUALUSA, José E. Entrevista concedida a Denise Rozário. In: ROZÁRIO, Denira. *Palavra de poeta*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

esse mesmo ponto de vista em suas crônicas para *O Globo*, como em “O cabelo da minha filha”. Nela, Agualusa comenta sobre seus filhos e sobre como as pessoas estranham essa filiação até que ele aponte quem é a mãe das crianças: “As pessoas mais delicadas evitam aquele “como é possível?” – mas eu leio nos olhos delas a maldita incredulidade. Então mostro uma fotografia da mãe e sossegam um pouco: “são a cara da mãe, os dois. É negra, ela?”¹⁴¹. Esse trecho destaca que as pessoas “leem” e categorizam pessoas a partir de traços físicos e demonstra que, mesmo com a negação do cronista em se enquadrar por moldes raciais, Agualusa não é imune às leituras que indivíduos e a própria sociedade impõem sobre ele. Essa passagem também indica que Agualusa não é “lido” comumente como um sujeito negro, uma vez que é criado um contraponto entre ele e sua primeira esposa, em que fica explícita sua dessemelhança física entre ele e seus filhos. Nessa mesma crônica o autor comenta sobre como diferentes pessoas, em diferentes países, o classificam racial e etnicamente por causa de sua aparência física:

Em Angola [a mãe dos seus filhos] é mulata. Na maior parte dos países africanos também. É negra no Brasil, nos Estados Unidos e na Suécia ou na Dinamarca. Na Índia, no Reino Unido ou na África do Sul, tem sido indiana. Quanto a mim, sou meio indiano na Índia, meio malaio na Malásia, de raça indecifrável nos Estados Unidos, e totalmente árabe em qualquer país do norte de África, na Bélgica, em França, na Alemanha ou na Suécia. Viajando pela Europa, sou quase sempre muito árabe.¹⁴²

Temos, portanto, uma indicação do autor que o contexto social em que um sujeito está inserido contém suas próprias bases comparativas na tentativa de classificar racialmente as pessoas, o que ocasiona olhares distintos sobre um mesmo indivíduo. E o autor tem um certo amparo em seu argumento, afinal, a noção de raça, como aponta Silvio Luiz de Almeida, não é um termo estático¹⁴³. Isso porque “[...] por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*”¹⁴⁴. Dessa forma, é possível essas diferentes leituras racialistas sobre o cronista já que “[...] os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra”¹⁴⁵, como afirma Kabengele Munanga. Todavia, isso não quer dizer que a noção de raça não possua relevância dentro de uma sociedade, como defende Agualusa no conjunto de crônicas que analisamos anteriormente. Essas explicações só demonstram que, embora não haja qualquer aparato científico que sustente um conceito biológico de raça pois não existem variações genéticas que justifiquem cientificamente essa categorização, “[...] ainda

¹⁴¹ AGUALUSA, José Eduardo. O cabelo da minha filha. *O Globo*, Segundo Caderno, 09/03/2015.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ ALMEIDA, Silvio L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p.18

¹⁴⁵ MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

existem raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares”¹⁴⁶. E a compreensão social de raça varia de localização para localização pois “[...] a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos”¹⁴⁷. Ou seja, o fato de que pessoas são analisadas sob diferentes prismas não significa, como induz Agualusa, que o conceito de raça não tenha validade socialmente. As pessoas continuam sendo categorizadas de acordo com seus traços físicos, pois no imaginário social brasileiro, se pensarmos nesse caso especificadamente, [...] raça persiste como representação poderosa, como um marcador social de diferença — ao lado de categorias como gênero, classe, região e idade, que se relacionam e retroalimentam — a construir hierarquias e delimitar discriminações”¹⁴⁸.

E nesse sentido, em território nacional, se partimos do pressuposto que raça é um conceito relacional, Agualusa é entendido como um sujeito branco, tendo os mesmos privilégios que são garantidos à branquitude no Brasil ou, no mínimo, não tendo seus direitos negados nem vivendo sob constante ataque como são tratados os negros no nosso país. Inclusive esse fato pode ser associado a uma polêmica recente onde Agualusa foi acusado pelo também literato Itamar Vieira Junior de *whitesplaining* em julho de 2023. Tudo aconteceu após o lançamento da obra *Salvar o fogo*, de Vieira Junior, que recebeu algumas críticas negativas, como a da professora Lígia Diniz que levantou a hipótese de o romance ser maniqueísta acerca das relações raciais no Brasil, ao construir personagens negros sempre como bons e pessoas brancas essencialmente más. Após Vieira Júnior ter afirmado na *Folha de S. Paulo* que viu racismo na resenha de Diniz, esse embate dentro do meio literário teve uma intervenção de Agualusa, que publicou um texto em *O Globo* que questionava a postura de Vieira Júnior por não aceitar uma crítica rigorosa, mas válida e, pior, por ter chamado Diniz de racista em uma acusação que Agualusa diz ser absurda e leviana¹⁴⁹. O desdobramento dessa fala foi o comentário de Vieira Júnior de que “[...] o texto dela [Diniz] gerou a violência do Agualusa, que, por mais que ele não considere violência, eu considero. Porque ali é o que a gente chama de *whitesplaining*, uma pessoa branca dizer para uma pessoa de cor o que é racismo”¹⁵⁰ A resposta de Agualusa a essa denúncia foi feita na crônica “Fiscais de raça” e, por mais que não

¹⁴⁶ *Ibid.*, p.6.

¹⁴⁷ ALMEIDA, 2019, p.35.

¹⁴⁸ SCHWARCZ, 2013, p.26.

¹⁴⁹ AGUALUSA, José E. Carta a um escritor que aprecio. *O Globo*, Segundo Caderno, 03/06/2023.

¹⁵⁰ METRÓPOLES. Itamar Vieira Júnior, autor de “Torto arado”, diz que foi alvo de racismo de crítica e Agualusa. Youtube, 10/07/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n0N8FN4Cvdo>. Acesso em: 09/08/2023.

seja a intenção dessa monografia se atentar para esse caso, principalmente porque a crônica foi publicada posteriormente aos demais textos do nosso *corpus documental*, sua análise se torna relevante na tentativa de desvendar os posicionamento de Agualusa frente às ideias de mestiçagem e raça que aparecem desde suas primeiras publicações em *O Globo*.

O que podemos notar inicialmente nessa crônica é o seu título que tem estreita relação com o primeiro parágrafo de Agualusa, no qual volta a discursar sobre o apartheid sul-africano, especificadamente quanto a atuação de um departamento que zelava pelo cumprimento da chamada Lei da Moralidade “[...] que impedia o relacionamento afetivo e sexual entre pessoas consideradas de raças diferentes. Não era tarefa fácil porque, muitas vezes, aqueles bizarros fiscais de raça enfrentavam cidadãos descontentes com a forma como havia sido classificados”¹⁵¹. Agualusa comenta que se lembrou desses fiscais quando foi acusado por Vieira Júnior de *whitesplaining*, “[...] uma expressão do inglês americano que não tem tradução para a nossa língua, o que já diz muito sobre os perigos de tentar aplicar conceitos criados para uma determinada realidade, no caso a americana, a contextos culturais completamente diversos”¹⁵². Ademais, Agualusa comenta de uma viagem em Bruxelas na qual foi interpelado pela política junto de “[...] meia dúzia de outros jovens, todos negros e árabes, e levado até um banheiro, onde me despiram e revistaram. Procuravam droga. Havia muitos jovens brancos na composição, mas nenhum deles foi interpelado”¹⁵³. É nítido por essa passagem como Agualusa não se enxerga como um dos membros desse grupo de homens brancos e, assim como associa, numa lógica controvertida, Vieira Júnior como um “fiscal de raça” por determiná-lo como branco, Agualusa pode ser associado aos “cidadãos descontentes com a forma como havia sido classificado”. Para um sujeito que se define como quase sem raça, certamente essa é uma temática que reverbera constantemente em sua escrita, onde ele busca reforçar sua ligação com o continente africano concomitantemente ao afirmar a mutabilidade dos parâmetros raciais, como podemos ver nos seguintes trechos:

Não somos da raça que julgamos ser, mas da raça que os outros, à nossa volta, julgam que nós somos. Assim, tanto eu quanto Itamar somos brancos em Angola; contudo, nunca seremos brancos na Suécia, na Bélgica ou nos EUA. A diferença é que enquanto na Europa ou nos EUA a raça continua sendo um peso que as pessoas transportam para todo o lado, em Angola eu posso atravessar centenas de quilômetros, como fiz no último mês de maio, sem que ninguém veja em mim senão uma pessoa comum — outro angolano.

A insistência de Itamar Vieira Junior em classificar qualquer crítico como racista, incluindo pessoas de ascendência africana, desvaloriza a luta antirracista. Mas, mais do que isso, desvaloriza-o a ele.¹⁵⁴ (grifo nosso)

¹⁵¹ AGUALUSA, José Eduardo. Fiscais de raça. *O Globo*, Segundo Caderno, 14/07/2023.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

A análise desse embate entre Agualusa e Vieira Júnior, bem como dessa crônica em específico, não tem qualquer pretensão de julgar se algum dos lados dessa disputa está com a razão, numa perspectiva simplista. O caso nos é útil para perceber como Agualusa é lido racialmente no nosso país e como não concorda com essa classificação que considera o fenótipo de um sujeito sem levar em conta sua ascendência cultural africana em primeiro lugar, o que nos rememora o caso de Dolezal, onde ele afirma o direito à transracionalidade quando uma pessoa se identifica com a negritude. Isso torna perceptível que o autor entrelaça suas vivências pessoais com uma argumentação que pretende analisar as relações raciais por uma ótica culturalista, acionando inclusive a questão da mestiçagem para definir os brasileiros (e a si próprio) como crioulos e desracializados. E, partindo da noção de que ele é um homem considerado branco no nosso país, ele tenta constantemente negar essa branquitude em sua escrita, um sintoma que, pela perspectiva de Bruno Ribeiro Oliveira, é causado pela dificuldade “[...] para os brancos [em] reconhecer que parte de sua identidade, história e memória está fundamentada em tantos males passados e que, não só persistem por diversos modos em nosso cotidiano, mas permitem os privilégios da branquitude”¹⁵⁵. Discutir e reconhecer esse local privilegiado em que ele se encontra quando comparado a indivíduos negros seria talvez assumir inclusive a fragilidade dessa lógica que prega a cultura mestiça em detrimento da noção de raça para análise do Brasil e do resto do mundo lusófono.

Enquanto tenta esquivar-se dessa pauta racial, invalidando-a e diminuindo-a pública e extensivamente, sua postura não dissipa o fato de que nosso país foi definido, desde os preâmbulos da identidade nacional, através da raça e principalmente através da hierarquização racial. Nesse sentido, raça é ainda usada como uma influência real no mundo, manejada por vários atores políticos brasileiros para suprirem suas próprias ideologias. Como aponta Carneiro em defesa das cotas, hoje “[...] a negação da realidade social da “raça” e da necessidade de dela decorre de focalizar as políticas públicas nos segmentos historicamente discriminados se presta à perpetuação da exclusão e dos privilégios que a ideologia que o sustenta produziu e reproduz cotidianamente”¹⁵⁶. Diferente do argumento de Ali Kamel em *Não somos racistas* de que o único motivo da existência do racismo é acreditar em raças, a manutenção de uma retórica racista se aproveita das ausências e dos silêncios que foi o uso adotado por *O Globo* no trato da pauta lusófona e da questão racial no Brasil, especialmente no seu comprometimento no

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. O medo dos brancos em falar da branquitude. *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 193, 2023.

¹⁵⁶ CARNEIRO, Sueli. Ideologia tortuosa. In: ASHOKA Empreendedores Sociais (org.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003, p.122.

movimento anticotas. Tendo como intuito a criação do sonho lusófono, Agualusa deu visibilidade para a lusofonia e para os elos culturais entre os países de língua portuguesa, mas nunca problematizou como o discurso da mestiçagem afetava a realidade social de cada país envolvido porque, na realidade, nunca inferiu a mestiçagem como uma retórica ideológica, mas como um fato axiomático. Sua tentativa de negar sua branquitude também pode ter servido, intencional ou não intencionalmente, para ignorar os privilégios de sujeitos brancos em uma sociedade como a nossa, sustentada numa lógica escravista e eurocêntrica que nunca foi totalmente extirpada pois fundamentou a construção do nosso país. Nesse sentido, a escrita de suas crônicas não se afastaram da mensagem propagada por *O Globo* que sob o véu da mestiçagem cultural, ignora os conflitos raciais no Brasil, pois mesmo quando Agualusa abria vias mínimas para supor que existem tensões raciais no país, seu tom exigia cautela e amenizava as situações, comparando-as com exemplos estrangeiros, como se houvesse uma escala de distinções raciais e o Brasil estivesse na extremidade decrescente. Embora execute algumas rotas distintas do discurso da gestão de *O Globo*, a escrita de Agualusa não rompe com ideais articulados pelas elites brasileiras para alçar uma imagem harmônica de Brasil, fazendo com que nosso país fosse visto no exterior como festivo, acolhedor e sem grandes percalços sociais e raciais. Dada a conjuntura política brasileira da segunda metade dos anos 2010, com a ascensão ultraconservadora, essa forma criada por Agualusa de entender o Brasil, essencialmente positiva graças a sua cultura mestiça, é posta em xeque. Vejamos isso a seguir.

Capítulo 3 – A escalada ultraconservadora e seus efeitos no Brasil de Agualusa

Cronista de *O Globo* desde 2015, Agualusa abordou diversas temáticas em sua coluna semanal ao longo de seus quatro primeiros anos no jornal brasileiro. Alguns destes temas foram discutidos nos capítulos anteriores, tais como a lusofonia e a mestiçagem, mas inúmeros outros assuntos foram comentados pelo escritor angolano. Em agosto de 2015, por exemplo, Agualusa dedicou uma crônica à morte do leão Cecil, vítima da caça recreativa no Zimbabué, um caso que gerou enorme repercussão internacional, cuja pressão popular fez com que vários países tomassem medidas contrárias a essa modalidade de caça. Agualusa demonstrou indignação pelo episódio, afirmando que a empatia com seres de outras espécies é um sintoma de humanidade da mesma forma que a indignação causada por outras fatalidades, tais como “[...] o destino trágico dos milhares de refugiados africanos que tentam atravessar o Mediterrâneo em direção à Europa ou o destino dos prisioneiros políticos no Zimbábue, na Guiné Equatorial ou em Angola”¹. O cronista utiliza do exemplo de Cecil para indicar o quanto as sociedades evoluíram no último século no modo de entender a caça esportiva e amadora, atualmente alvo de críticas sociais severas. Um traço interessante dessa crônica é que Agualusa infere que a relação entre os homens e outros seres vivos é uma boa régua da sofisticação moral e ética, pois “[...] uma sociedade que se comove com a morte de um leão está provavelmente melhor preparada para amar e compreender o próximo”². Por fim, o autor aponta em seu texto que:

Em todo caso, olhando para trás, para o abismo convulso por onde se precipita a história da humanidade, fico com a impressão de que o nosso progresso moral vem correndo em paralelo com o reconhecimento dos direitos dos outros seres vivos e o aumento da percepção de que estamos todos ligados. Ao longo da História, aqui e ali, temos assistido a inúmeros momentos de refluxo civilizatório, alguns deles breves e brandos, outros longos e muitíssimo violentos. No fim, porém, sempre avançamos.³

Além de demonstrar que a escrita de Agualusa n’*O Globo* não se limita às pautas indicadas em sua crônica-programa, debatida no primeiro capítulo deste trabalho, a citação acima exemplifica ao relação do gênero cronístico com o cotidiano, uma vez que a morte de Cecil aconteceu poucas semanas antes da publicação do texto de Agualusa, quando o caso ainda repercutia em vários veículos mundiais. Ademais, a última frase dessa crônica é bastante interessante quando consideramos o contexto político no qual ela foi publicada. Embora mantenha uma perspectiva essencialmente positiva acerca do progresso moral humano, Agualusa remete à noção de “momentos de refluxo civilizatório”. Se nos apoiarmos apenas no episódio tratado na crônica, a morte de Cecil, essa ideia parece estar atrelada principalmente à

¹ AGUALUSA, José Eduardo. A morte de Cecil. *O Globo*, Segundo Caderno, 10/08/2015.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*.

violação dos direitos dos animais ao longo da história. Todavia, considerando a conjuntura brasileira em 2015, essa oração ganha outras possíveis conotações: seria ela uma menção ao recrudescimento político e sociocultural causado pela ascensão do conservadorismo ocorrida na década de 2010 em nível nacional? Essa hipótese parece ser corroborada com a recorrência com que Agualusa aborda inúmeras ameaças que então se colocavam ao sistema democrático, entre elas a prevalência de um pensamento reacionário, muitas vezes armamentista e violento, que se fortaleceu com o avanço do conservadorismo, brasileiro e internacional, compondo 116 crônicas que tratam dessa temática desde sua entrada em *O Globo* até 2018.

Sobre a concepção clássica de conservadorismo, podemos pensar numa gênese que alude ao filósofo Edmund Burke, considerado pai do conservadorismo clássico, construído como uma ideologia antirrevolucionária, no caso da crítica à Revolução Francesa em favor à aristocracia, mas que se desenvolveu e apresenta-se na atualidade, ainda que com distinções perceptíveis, em diferentes períodos e espaços⁴. Prezando pela manutenção da ordem e das tradições vigentes, o conservadorismo, no passado e na contemporaneidade, “[...]renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como anacronismos niveladores sociais, isto é, utópicos desejos de igualdade, inaceitáveis no ponto de vista da desigualdade social natural e positivamente constituída”⁵. Nesse sentido, a proposição de alguma mudança na perspectiva conservadora deve ser localizada e específica, conduzida por uma parcela da sociedade, pautada pelo distanciamento de quaisquer componentes insurrecionais, considerados degradantes e destrutivos. De acordo com Jamerson Souza, no sistema capitalista, o “[...] arsenal antirrevolucionário do conservadorismo clássico voltou-se contra o proletariado[...]”⁶, empunhados pela burguesia como meio de hierarquização social e concentração econômica, e contra minorias sociais que divergem de um padrão socialmente aceito pelos conservadores. Na atualidade, esse discurso conservador aparece relacionado à ideia de prudência política, mediante ideais meritocráticos e pela defesa da liberdade de mercado, o que para Souza reflete o fundamento sócio-histórico que criou condições para a emergência de sujeitos políticos da extrema-direita, exemplificado por Trump nos EUA, Bolsonaro no Brasil e Le Pen na França, entre outros nomes que compuseram a “onda conservadora” na última década⁷.

O cientista social Rodrigo Nunes é um dos estudiosos que analisa os processos históricos referentes a essa ascensão do conservadorismo, com enfoque na situação política brasileira.

⁴ SOUZA, Jamerson M. A. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Recife: Ed. UFPE, 2020.

⁵ *Ibid.*, p.151-152.

⁶ *Ibid.*, p.178.

⁷ *Ibid.*, p.186.

Para este autor, houve dois momentos bem distintos durante os anos 2010⁸. Segundo ele, a primeira metade da década teria sido marcada por um cenário favorável a centro-esquerda em diversos países, com movimentos que, embora pouco coesos ideologicamente, tendiam para a demanda de maior igualdade econômica e política. Contudo, Nunes aponta que esses movimentos e governos acabaram colapsando, por uma série de mecanismos internos e externos, o que gerou, na segunda metade do decênio, condições benéficas à extrema-direita, culminando em eventos como o *Brexit*⁹ e a vitória de Trump e de figuras semelhantes por todo o mundo. Marcelo Braz, por exemplo, argumenta sobre a existência de agendas conservadoras em vários países da América Latina, que, segundo o autor, tiveram seu centro de comando através do imperialismo estadunidense, que ofereceria apoio de forma legal e ilegal para os setores burgueses¹⁰. O artigo de Braz oferece um panorama da expansão do conservadorismo, também chamado de maré azul no contexto da América Latina, embora priorize em sua análise os fatores externos aos governos locais, subalternizando a influência de aspectos internos de cada país e talvez superestimando a ação dos EUA. Esse entendimento sobre a centralidade dos Estados Unidos na “onda conservadora” que se espalhou em nível internacional também está presente nas crônicas de Agualusa para *O Globo*. Em seus escritos, o autor dedicou vários textos para pensar sobre os impactos da ascensão de figuras como Donald Trump.

Ainda no final de 2015, meses antes da eleição estadunidense, o escritor angolano publicava em *O Globo* a crônica “Cuidado com o palhaço”, na qual comentava a pré-candidatura de Donald Trump à Casa Branca, ocorrida em novembro daquele ano. Com o fortalecimento do conservadorismo, as prévias americanas foram marcadas por um discurso que atacava políticas imigrantistas, acirrando uma animosidade contra a comunidade mexicana e defendendo as fronteiras entre ambos os Estados. Tratando-o como um boçal, inclusive ridicularizando sua aparência física, Agualusa reconhece em Trump um palhaço, mas alega que “[...] um palhaço com poder, com muito poder, já não é um palhaço – é uma catástrofe”¹¹. Nessa crônica, Agualusa expressa sua preocupação com um crescente favoritismo atribuído ao candidato, decorrente de sua popularidade com o “[...] o povo conservador, que vota no Partido Republicano, [e que] gosta de Trump porque se reconhece na sua franqueza e na simplicidade das suas opiniões, e ainda ri com ele”¹². Conservadores que apoiam opiniões baseadas em falas

⁸ NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem*: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição. Ubu Ed., 2022.

⁹ Saída do Reino Unido da União Europeia, concretizada através de um plebiscito e finalizada em 2020.

¹⁰ BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.128, 2017, p.98-99.

¹¹ AGUALUSA, José Eduardo. Cuidado com o palhaço. *O Globo*, Segundo Caderno, 14/12/2015.

¹² *Ibidem*.

extremistas de Trump, como seu constante repúdio público pelo Estado Islâmico, que tem como pano de fundo o interesse no petróleo presente nas regiões controladas pelo ISIS, além da negação da entrada de refugiados sírios nos EUA¹³. No final de seu texto, Agualusa expressa seu receio frente à possibilidade de o republicano participar das eleições em 2016, o que de fato aconteceu e foi comentado em uma crônica posterior, intitulada “As eleições que todos devíamos poder votar”. Sobre esse pleito presidencial, Agualusa comentou que:

Amanhã, terça feira [dia 08/11/2016], ficarei acordado até mais tarde, juntamente com milhões de telespectadores dispersos pelo planeta, tentando acompanhar as eleições presidenciais nos EUA. A vasta maioria desses telespectadores nunca visitaram os Estados Unidos e não estão minimamente apreensivos com as consequências do escrutínio para a vida dos americanos. Estão preocupados, sim, com as consequências destas eleições na sua própria vida. Qualquer eleição presidencial nos Estados Unidos é seguida com interesse no exterior. Esta, a 58ª, será ainda mais. Como comentou o presidente francês François Hollande, “se os americanos escolherem Trump, haverá consequências, porque uma eleição nos EUA é uma eleição global”.¹⁴

Nesta crônica, Agualusa fala sobre a solidez e a estabilidade da democracia estadunidense que, contudo, como todos os regimes democráticos, também é passível a falhas que permitem a ascensão de tiranos que não acreditam na garantia de direitos humanos, especialmente para aqueles que não são cidadãos dos EUA, disseminando essa mentalidade arcaica para o restante do mundo. Assim, Agualusa conclui que “[...] as atuais eleições são mais importantes para o futuro dos não americanos do que dos habitantes dos Estados Unidos [...mas que] infelizmente não há nada que possamos fazer, para já, senão cruzar os dedos e aguardar”¹⁵. O ato de escrever essas e outras crônicas destacando o potencial prejuízo da eleição de Trump para a humanidade indica que Agualusa considerava o debate sobre essa temática essencial para seu público brasileiro de *O Globo*. Fato inegável, uma vez que os Estados Unidos representam uma força central na geopolítica atual, exercendo inclusive grande influência na América Latina, cujas decisões têm efeitos em larga escala. Todavia, se pensarmos na pauta da escalada conservadora na década de 2010, influências exógenas não são suficientes para explicá-la dentro do nosso país, dado que o avanço do conservadorismo brasileiro, com suas características particulares, que serão comentadas a seguir, datam de um período prévio à chegada de Trump na Casa Branca. O historiador Flávio Henrique Calheiros Casimiro, por exemplo, aponta que essa projeção conservadora brasileira na atualidade vem sendo gestada desde o processo de redemocratização dos anos 1980, com a incursão de aparelhos burgueses

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ AGUALUSA, José Eduardo. A eleição em que todos devíamos poder votar. *O Globo*, Segundo Caderno, 07/11/2016.

¹⁵ *Ibidem*.

de ação política e ideológica na estrutura estatal¹⁶. Não obstante, iremos nos ater a eventos mais recentes, que marcaram o cenário público brasileiro e, segundo vários estudiosos, foram agentes em prol do conservadorismo no país a partir de 2013.

Agualusa pela defesa de um país democrático

A história da democracia no Brasil é marcada por longos períodos de ruptura, alternada com governos autoritários e/ou ditatoriais, cuja fratura mais recente foi o golpe de 1964. Depois de mais de vinte anos do regime militar, o sistema democrático brasileiro se reestabeleceu e, de acordo com Leonardo Avritzer, encontrava-se, no começo da década de 2010, no rol de nações com democracias consolidadas, com o desenvolvimento de mecanismos políticos responsáveis pela melhoria da qualidade de vida da população brasileira¹⁷. Contudo, o cientista político reitera que existia em meados de 2013 uma situação de mal-estar em relação à democracia, que se manifestou inicialmente em junho daquele ano e se prolongou até a sugestão e a concretização do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff em 2016. Esse incômodo seria causado por uma série de elementos do sistema democrático brasileiro, como os limites do presidencialismo de coalizão e da participação popular na política, os paradoxos do combate à corrupção, a perda de *status* das camadas médias e sua aproximação das camadas populares e o novo papel do Poder Judiciário. Tais elementos, segundo o autor, conformaram uma conjuntura conturbada, performando o que Avritzer chama de impasse da democracia¹⁸. Essa insatisfação social rompeu a fachada do suposto consenso em torno das instituições democráticas, deixando expostas as divisões internas da nossa sociedade, as quais Marilena Chauí entendeu como legítimas e detentoras dos direitos de se expressarem publicamente¹⁹. Dessa forma, diversas vozes com distintos interesses saíram às ruas na primeira metade de 2013. Segundo Giroto Neto, tais manifestações estavam divididas em fases: a primeira delas marcada por manifestações de movimentos sociais e estudantis, cuja pauta central era a redução das tarifas do transporte público, procedida por outro momento, chamada pelo autor de a “Grande Onda”.²⁰ Isso porque após 13 de junho de 2013, ocorreram protestos com dezenas de milhares de pessoas, cujas “[...] pautas se diversificaram, abarcando desde reivindicações concernentes

¹⁶ CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil: aparelho de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)*. 2016. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

¹⁷ AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

¹⁸ *Ibid.*, p.12

¹⁹ CHAÚÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. *Comunicação & Informação*, v.15, n.2, 2012, p.150.

²⁰ GIROTTO NETO, Angelo. *A onda conservadora e as eleições de 2018 no Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

à ampliação do acesso e da qualidade dos serviços públicos até o descontentamento com os gastos da Copa do Mundo de 2014 e a denúncia da corrupção pública”²¹.

Essa pluralização do marco participativo nas ditas Jornadas de Junho reforçou, por um lado, diferentes atores, inclusive da esquerda fora do esquadro petista. Por outro lado, teve como consequência a reaparição e fortalecimento de agentes conservadores, que desde a redemocratização estavam desvanecidos com o avanço de demandas e projetos destinados às minorias sociais, mas não liquidados²². Avritzer alega que, a longo prazo, a orientação progressista presente nas primeiras manifestações de 2013 não resistiu à entrada de uma agenda conservadora que, aliada à mídia televisiva, prevaleceu e determinou “[...] uma concepção convencional das manifestações como um protesto contra o governo federal ou contra o governo Dilma”²³. De acordo com Avritzer, emergiu uma nova direita desse processo histórico, cujo perfil misturava elementos clássicos e contemporâneos pela defesa do liberalismo econômico e pelo conservadorismo político e cultural. Elementos que são descritos por Souza, quando esclarece a ascensão conservadora da década de 2010:

[...] o “conservadorismo à brasileira” adquire duas tendências bem delimitadas, sem embargo de aparecerem, com alguma frequência sintetizadas: ou realiza o elogio “presentista” e a apologia direta do capitalismo, associando-se ao discurso neoliberal, tal como se define mais nitidamente na contemporaneidade; ou, quando acentua as tendências ideológicas de “retorno ao passado” adquire tons basicamente reacionários e de retrocesso civilizacional, dada a qualidade singular desse passado histórico específico: escravocrata, antidemocrático, patrimonialista, marcado pelo autoritarismo e cultura política de negação de direitos à classe trabalhadora. Os desdobramentos mais imediatos dessa confluência de determinações são o ataque aos direitos e às políticas sociais, desmontando institucional e constitucionalmente suas garantias legais; à amplificação do discurso conservador filofascista no âmbito ideológico e cultural; amplificação do discurso de ódio e intolerância, como alternativa supostamente portadora da firmeza necessária para a refundação de um ciclo de prosperidade econômica, num andamento similar àquele que caracteriza o avanço da extrema-direita internacionalmente, uma das mais expressivas tendências ídeo-políticas do conservadorismo na contemporaneidade.²⁴

O avanço do conservadorismo não arrefeceu com a reeleição de Rousseff em 2014, mas seguiu questionando a legitimidade do segundo mandato da presidenta, já enfraquecido pelas acusações contra o Partido dos Trabalhadores graças ao escândalo do mensalão desde 2005 e a presença de uma base mais conservadora no Congresso, criando tensões entre os poderes Executivo e Legislativo a partir de 2015. A projeção dada a Operação Lava-Jato, deflagrada em 2014, sustentou a perda de credibilidade no governo de Dilma, com o uso político dos casos de corrupção que “[...] deixa de ser uma questão de aprimoramento institucional e passa a ser uma

²¹ *Ibid.*, p.47

²² AVRITZER, 2016, p. 87.

²³ *Ibid.*, p.102-103.

²⁴ SOUZA, 2020, p.298/362.

pauta seletiva utilizada contra o governo e alguns partidos, ao mesmo tempo que outras suspeitas são amplamente ignoradas”²⁵. A demonização de certos políticos e acobertamento midiático de outros sujeitos envolvidos nas polêmicas esteve presente em protestos anti-Dilma por todo 2015. Como aponta Scartezini, “O Gigante foi novamente às ruas. E o alvo instalou-se sobre o governo de Dilma Rousseff. Forma democrática e justa de manifestação popular, não fosse seu caráter altamente fascista”²⁶. Assim, a autora assevera que diversas manifestações convocadas pelo movimento “Vem Pra Rua”, que se anunciava como defensor dos valores democráticos, contaram com a participação de sujeitos que erguiam em plena vista faixas pedindo a volta da ditadura militar. Não é sem contexto, portanto, que uma semana depois da marcha *pró-impeachment*, ocorrida no dia 16 de agosto em mais de duzentas cidades e que contou com pedidos de intervenção militar, Agualusa publica uma crônica onde comenta que:

Sempre que vejo manifestantes, em democracia, clamando pelo regresso de ditadores, lembro-me de um conto tradicional africano e rio-me para dentro (um pouco, outro tanto choro). Passou-se esta história numa savana extensa, sujeita desde há várias décadas ao reinado feroz de um certo leão. Um dia os animais revoltaram-se e expulsaram o ditador. Durante os primeiros tempos tudo correu bem. Até que houve um ano em que as chuvas se atrasaram e o capim começou a faltar. “Antigamente é que era bom” – comentou uma palanca velha, enquanto roía uma raiz: “Antigamente, no tempo do Rei Leão. A gente apanhava, mas a gente comia.” [...] A frase espalhou-se como um mantra. Até jovens gazelas, nascidas depois da queda do Rei Leão, começaram a defender o regresso da ditadura [...] A notícia de que havia bichos na savana clamando pelo seu regresso chegou aos ouvidos do Rei Leão. O velho ditador riu-se muito, dando grandes patadas no forte peito, rebolando-se na poeira; riu-se até lhe virem lágrimas aos olhos: “É lá possível! Não podem ser tão estúpidos!”. Pensou melhor. Não há nada tão certo quanto a estupidez. Não há nada tão sólido quanto a estupidez.²⁷

A construção de um paralelo entre a fábula e a situação democrática brasileira fica evidente na narrativa quando Agualusa afirmou que o contexto, no Brasil e na savana, é bastante grave, sim, o que não justificava os pedidos de ditadura pois “[...] a savana [estava] muito melhorada [se comparada com a ditadura]. A bicharada reunia-se para debater, horas a fio, ideias diferentes, e com isso conseguia encontrar boas soluções para os problemas”. Já no passado, “os bichos morriam de fome até durante a estação de chuvas”²⁸. O conservadorismo e a violência incutidos num possível regresso militar fica claro quando o leão volta ao seu antigo reinado e arranca a cabeça da palanca, devorando-a enquanto é aclamado pelas gazelas, com gritos de ordem e autoridade, e pela própria palanca, que, destroçada, continua a pedir a volta do passado. Pela defesa da democracia, Agualusa rejeita um imaginário reacionário, nomeando-

²⁵ AVRITZER, 2016, p. 175.

²⁶ SCARTEZINI, Natalia. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. *Cadernos de Campo*, Marília, v.20, 2016, p.189

²⁷ AGUALUSA, José Eduardo. A fábula do leão e da palanca. *O Globo*, Segundo Caderno, 24/08/2015.

²⁸ *Ibidem*.

o em sua crônica como o “Antigamente”, passível de zombaria: “Ainda hoje a cabeça da palanca pode ser vista a falar sozinha. Os bichos já nem se lembram muito bem do nome dela. Chamam-lhe Antigamente. Riem-se quando passam perto: “E aí, Antigamente?! Tudo bem?”. E a cabeça responde, num tom lúgubre: “Antigamente... Antigamente...”²⁹.

É preciso esclarecer que Agualusa não se coloca contra o conservadorismo político em si, mas nega toda forma de poder que ameaça explicitamente às instituições democráticas liberais. Por exemplo, em “Louco é quem não sonha”, Agualusa menciona novamente as manifestações que clamam a volta da ditadura militar, apontando que “[...] desistir da democracia porque alguns políticos são corruptos é como cortar a cabeça para acalmar uma enxaqueca. As ditaduras tendem a ser muitíssimo mais corruptas do que as democracias”³⁰. Esse argumento oferece um contrabalanço ao principal ponto levantado contra o governo Dilma nos protestos: seu suposto envolvimento com casos de corrupção. Agualusa continua afirmando a prevalência das bases democráticas, dizendo que “[...] há democracias avançadas e vigorosas e há democracias em crise, democracias frágeis, democracias necessitadas de um novo começo”, mas o cronista insiste que “nenhuma democracia é tão má que consiga ser pior do que a melhor ditadura”³¹. Enfatizando a importância dos ideais de igualdade inerentes aos alicerces democráticos contemporâneos, Agualusa comenta na crônica que o mundo, de maneira geral, vivenciava em meados de 2016 tempos de incerteza e convulsão, tempos que se mostravam “susceptíveis de engendrar monstros”. Contudo, ressalta o autor, também eram, ao mesmo tempo, “capazes de gerar sonhos enormes e poderosos” que só podiam “ser encontrados por meios pacíficos e democráticos”. “A democracia, essa utopia primordial, não pode ser posta em causa”, concluía Agualusa³². Dito isso, foram poucos os casos em que Agualusa considerou, ou pelo menos expôs para seu público, que os regimes democráticos foram comprometidos. Um deles diz respeito ao governo Trump, em 2018, quando este promoveu a separação de crianças de seus pais imigrantes, acusados de atravessar a fronteira dos Estados Unidos clandestinamente. Sobre esse fato, o cronista escreveu:

Trump ultrapassou a linha vermelha que separa as democracias, por muito arcaicas ou enfraquecidas, dos regimes totalitários. Os motivos com que tentou justificar a medida só o incriminam e degradam ainda mais: a separação seria um castigo adicional aos pais, servindo para desencorajar outros de seguirem idêntico percurso [...] Além do escândalo das crianças separadas dos pais, as autoridades americanas decidiram retirar-se da comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.³³

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ AGUALUSA, José Eduardo. Louco é quem não sonha. *O Globo*, Segundo Caderno, 21/03/2016.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

³³ AGUALUSA, José Eduardo. Aquela palavra começada por F. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/06/2018.

Comportamentos similares foram notados pelo cronista em países europeus, como a Itália que se recusou a receber refugiados sírios e cujo governo manifestou interesse em expulsar do território ciganos sem a documentação devida. Ou ainda a Hungria, que aprovou uma lei que criminalizaria quem ajudasse refugiados em situação irregular. A diferença é que, para Agualusa, a democracia ainda prevalecia nos EUA porque seu presidente não era movido por uma ideologia fascista, uma vez que esta representava “um corpo de ideias” e Trump, não se movia “por ideias, mas por impulsos”³⁴. Esse traço percebido por Agualusa no estadunidense preserva, segundo ele, os Estados Unidos da perversidade do fascismo, o que não pode ser dito sobre os países europeus, já que “[...] alguns dirigentes desses países são realmente movidos por uma ideologia fascista”. “Não sou dos que usam a palavra em vão. Neste caso, contudo, a palavra certa é mesmo essa: fascismo! Parece impossível, mas estamos de novo diante dele”, concluiria o cronista³⁵. Nesse sentido, o autor argumentava que o que estava em pauta não eram “meras divergências ideológicas entre esquerda e direita”. Isso porque, segundo ele, “nem toda a direita é antidemocrática” e “nem toda a esquerda é democrática”. A ver se nos entendemos: o que está em causa é a democracia”³⁶. É perceptível, portanto, que Agualusa não exclui políticos conservadores do rol democrático, desde que eles não comprometam princípios fundamentais de democracia, que se caracterizam, entre outros, pela defesa dos direitos humanos, bastante imbricada pela sua crença na desterritorialização de fronteiras e pela defesa da pluralização cultural, aspectos discutidos no capítulo anterior. Dessa forma, em meados de 2015, não é surpresa que ele não discorde das manifestações contrárias ao poder vigente, desde que não apoiassem a queda da democracia brasileira. Ainda assim, ele via e escrevia sobre um Brasil que, na metade da década de 2010, passava por uma intensa crise política, cuja democracia apresentava graves distorções sociais.³⁷

O período de escrita das crônicas de Agualusa é marcado pela turbulência política no Brasil. Do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, iniciado em dezembro de 2015, até sua concretização em agosto de 2016, inúmeros veículos da mídia noticiaram esse processo político, como *O Globo*, cujos jornalistas publicaram diversas matérias críticas ao governo da presidente Dilma, publicando, inclusive, editoriais que refletiam o posicionamento da gestão do jornal a favor do golpe político em andamento. A tese de Mário Francisco Ianni Viggiano analisou edições de março de 2016 de vários periódicos de referência no Brasil e

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ AGUALUSA, José Eduardo. Sobre a luz e a escuridão. *O Globo*, Segundo Caderno, 25/01/2016.

percebeu um discurso propagado que visava “[...] fragilizar e prejudicar a imagem do governo e da presidente e incitar o processo de *impeachment*”³⁸. Nas páginas de *O Globo* “[...] a oposição ganha cada vez mais espaço, enquanto o governo é associado a um tipo de criminalização com os seus participantes. Além da assimetria nos espaços dados na notícia, se dá também na localização das páginas das notícias”³⁹. Ao investigarem editoriais de *O Globo* de 2018, Caldas e Giering evidenciam “[...] a utilização de estratégias linguístico-discursivas para captar o público leitor e convencê-lo, por meio de um discurso “anti-petista”, de que Dilma Rousseff e o lulismo foram os responsáveis pela crise econômica do país e de que, portanto, o *impeachment* traria benefícios ao Brasil”⁴⁰. Concomitantemente, em *O Globo* “[...] construiu-se uma representação positiva da imagem de Michel Temer, exaltando o ex-mandatário”⁴¹. Tal perspectiva não ficava restrita às seções jornalísticas do jornal, mas pode ser percebida em outros espaços e vozes espalhados pelo periódico. Mesmo depois da deposição de Dilma Rousseff, colunas como a de Ancelmo Gois estampariam ainda esse tipo de conteúdo:

Figura 2: coluna de Ancelmo Gois, caderno “Rio”, *O Globo*, 26/07/2017



Falando sobre o festival literário Flip, evento no qual Agualusa comentou sobre um contato prévio com Dilma Rousseff, Gois zomba da troca dos títulos feita pela ex-presidente,

³⁸ VIGGIANO, Mário Francisco Ianni. *O golpe midiático no golpe: o discurso de instrumentalização nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Tempo e o impeachment da presidente Dilma Rousseff*. 2019. Tese (Doutorado em Letras). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, p.69.

³⁹ *Ibid.*, p.119.

⁴⁰ CALDAS, Julia Klein; GIERING, Maria Eduarda. Impeachment de Dilma Rousseff: estratégias argumentativas em editoriais do jornal *O Globo*. *Linha D’Água*, São Paulo, v.34, n.01, 2021, p.42.

⁴¹ *Ibidem*.

utilizando a noção de “vendedor de políticos” para rememorar a associação entre ela e as acusações de corrupção que marcaram sua trajetória política nos últimos anos. O título da coluna, “Isto é Dilma”, também reforça essa correlação, embora as especulações em torno da participação de Rousseff em casos de corrupção investigados pela Lava-Jato não tenham tido, em nenhum momento, resultados conclusivos, uma vez que seu *impeachment* foi levado adiante face a justificativa de que a presidente teria cometido um crime de responsabilidade pelo uso das “pedaladas fiscais”⁴². A acusação de atentado à lei de improbidade administrativa era controversa desde 2015, quando apresentada como motivação do processo de *impeachment*, sobre a qual Dilma Rousseff foi inocentada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) em 2023⁴³. E, durante esse período em que era decidida, no Congresso e no Senado, a deposição da presidente Dilma, é interessante observar o posicionamento de Agualusa n’*O Globo*. O escritor angolano se colocou contra o golpe, chamando a votação no dia 17 de abril de 2016, ocorrida na Câmara dos Deputados, de um “espetáculo ridículo, opressivo e deprimente”. O cronista dizia ainda: “alguns jornais europeus falaram em carnaval. Não foi carnaval [...] talvez um baile de máscaras, mas um baile fúnebre, uma farsa grotesca, nada que lembrasse a vibrante inteligência criativa e poderoso espírito redentor do carnaval”⁴⁴. Todavia, ele mantém um olhar otimista sobre o futuro brasileiro, como em “Calma ainda não é o fim”, lançados dois meses depois desse episódio político:

Vivemos um momento de refluxo. Apanhados no meio da confusão das águas, lutando para respirar, é natural que tudo isso nos pareça o fim do mundo. Talvez seja alguma outra espécie de fim, mas não do mundo, nem sequer, longe disso, da presente civilização. Se conseguirmos emergir um instante e afastar a espuma dos olhos perceberemos o quanto avançamos [...] Olhando apenas para o mundo lusófono vivemos hoje uma paz inédita. Pela primeira vez na História não existe guerra declarada em nenhum dos territórios onde se fala a nossa língua. Além disso, todos esses países são formalmente democráticos.⁴⁵

Acionando novamente a pauta da lusofonia, o cronista constrói um paralelo entre os países de língua portuguesa ao falar de uma suposta calmaria no universo lusófono, salpicada por ondas de tensão e recuos em alguns países como Moçambique, Angola e Brasil. A raiz comum desses problemas, apresentada por Agualusa, seria a “[...] democratização da informação, imposta pelas novas tecnologias, da qual resulta uma maior transparência. A classe política de todos os países em causa, corrupta até aos ossos, sente-se ameaçada e confusa.

⁴² Foi um apelido dado a um tipo de manobra contábil realizado pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, que reverberou pela mídia durante o processo de *impeachment* em 2016. No caso, são operações no orçamento público realizada pelo Tesouro Nacional não previstas na legislação.

⁴³ FALCÃO, Márcio. TRF-1 mantém arquivado processo contra Dilma Rousseff pelas ‘pedaladas fiscais’. *O Globo*, 22/08/2023.

⁴⁴ AGUALUSA, José Eduardo. Em caso de emergência, solte a poesia. *O Globo*, Segundo Caderno, 02/05/2016.

⁴⁵ AGUALUSA, José Eduardo. Calma, ainda não é o fim. *O Globo*, Segundo Caderno, 11/07/2016.

Rosna, mostra os dentes, e eventualmente morde. A médio prazo, porém, está condenada”⁴⁶. Assim, Agualusa culpabiliza a corrupção política como fator principal por esses tempos de turbulência, ponto de vista que ele mantém até 2017, quando declara que “[...] vivemos em plena tempestade, num tempo perigoso e volátil. Adormecemos e, quando despertamos, o mundo é já outro: “Leste os jornais? Prenderam mais um corrupto!”, “E o presidente?! Não prenderam o presidente?”. Em Angola ainda não [...] No Brasil também não “⁴⁷. Importante observar que, momento da publicação desta crônica, em abril de 2017, o presidente do Brasil era Michel Temer. Em seu texto, Agualusa parece destoar do posicionamento editorial do jornal *O Globo*, que clamava pela queda de Dilma e ovacionava o novo governo. Editoriais do periódico carioca chegaram a elogiar as reformas estruturais realizadas durante o mandato de Temer, que Fabíola Mendonça de Vasconcelos traduziu como a proposição de uma “[...] agenda econômica neoliberal, de redução de gastos públicos, diminuição do Estado e implantação das reformas previdenciária, trabalhista, tributária e administrativa”⁴⁸. Mesmo após Temer ter sido acusado de corrupção, o que gerou alguns editoriais contrários a ele em *O Globo* segundo Vasconcelos, o periódico considerou, nas vésperas de 2018, a gestão Temer como positiva, afirmando que ela deixou o país estabilizado para Bolsonaro⁴⁹. Já Agualusa considerava o governo Temer como uma ameaça à democracia brasileira, uma vez que havia uma série de suposições de envolvimento do presidente em casos de corrupção e principalmente pela sua proximidade aos interesses da bancada ruralista. O cronista apontava o favorecimento da “grilagem de terras”, que enfraquecia “as instituições governamentais ligadas à proteção do meio ambiente e dos povos indígenas”⁵⁰. A favor da renúncia de Temer, Agualusa argumentou:

Pensemos em Michel Temer. O mundo olha para ele e vê um sujeito a cair. A cair sem elegância nenhuma, num ridículo estupendo, numa tremenda e ruidosa exibição de incompetência na queda. O mundo ri. Só não ri mais porque, ao contrário da minha queda concreta, que durou um piscar de olhos, o metafórico trambulhão de Michel Temer se arrasta há longos e penosos meses. O mundo não ri mais porque aquela queda sem fim. De tão absurda, de tão grosseira, de tão indigna e vil, provoca vergonha alheia. Chega um ponto em que o mundo não ri de todo porque, quando a queda é muito feia, deixa de ser comédia para virar tragédia [...] Temer pode, pelo menos, evitar que a democracia caia com ele. Pode evitar que o país caia com ele.⁵¹

Deste modo, enquanto a aprovação do jornal *O Globo* para o governo Temer ocorre pelas suas premissas econômicas, as crônicas de Agualusa não se indispõem diretamente a um

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ AGUALUSA, José Eduardo. Enquanto a terra treme. *O Globo*, Segundo Caderno, 17/04/2017.

⁴⁸ VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. *Mídia e conservadorismo: O Globo, A Folha de S. Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do bolsonarismo*. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, p.188.

⁴⁹ *Ibid.*, p.176

⁵⁰ AGUALUSA, José Eduardo. O mundo começa na Antártida. *O Globo*, Segundo Caderno, 17/07/2017.

⁵¹ AGUALUSA, José Eduardo. A arte da queda. *O Globo*, Segundo Caderno, 03/07/2017.

viés neoliberal na economia. Todavia, o cronista rechaça o conservadorismo social que ascende com o esfacelamento de uma agenda de ampliação de direitos em prol dos interesses do mercado, um processo que Leonardo Avritzer chama de re-oligarquização da política brasileira com uma agenda política e econômica de exclusão social⁵². Um quadro que foi figurado, de acordo com o pesquisador, pelo ministério de Temer, sem nenhum representante das minorias sociais, o que acabou estimulando forças conservadoras, não apenas políticas, mas também morais e culturais. Alguns casos relacionados ao conservadorismo cultural ascendente foram desencadeados durante 2017 e comentados por Agualusa. Uma das situações envolveu a censura feita por conservadores à exposição “Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira”⁵³, citada por Agualusa no texto “As cortinas da censura”, no qual o escritor não ofertou mais informações acerca da polêmica, debatida por outros veículos midiáticos⁵⁴. A jornalista Heloísa Mendonça de *El País*, por exemplo, afirmou em sua matéria que a intolerância voltara a assombrar a arte, quando “Queermuseu”, em cartaz no Santander Cultural, foi cancelado após uma onda de protestos nas redes sociais que associava as obras de temática LGBT à pretensa blasfêmia contra símbolos religiosos e apologia à zoofilia e à pedofilia⁵⁵.

Outro episódio exposto por Agualusa envolveu uma exposição do Museu de Arte de São Paulo (MASP). Na mesma crônica que citou o caso do “Queermuseu”, Agualusa reprovou a autocensura feita pelo MASP, que colocou cortinas pretas em volta de pinturas eróticas do artista Pedro Correia de Araújo, isolando-as do restante do museu, após essa série de manifestações conservadoras contra outras mostras artísticas, incluindo o boicote promovido pelo Movimento Brasil Livre a várias instituições. Para Agualusa, as críticas feitas pelo político Kim Kataguirí e seus colegas do MBL a exposições como “Queermuseu” e similares, tal como uma performance do Museu de Artes Modernas (MAM)⁵⁶, ocorreram porque, para espíritos

⁵² AVRITZER, Leonardo. O fim da Nova República. *Jornal GGN*, 15/05/2016.

⁵³ Originalmente aberta no dia 15 de agosto de 2017, esta exposição artística brasileira que contou com R\$800 mil de financiamento por isenção fiscal, via Lei Rouanet, foi apresentada na cidade de Porto Alegre com 223 obras de 84 artistas nacionais, sendo a maior exposição *queer* no Brasil até então. Com prazo de encerramento no dia 8 de outubro, a “Queermuseu” foi finalizado quase um mês antes do previsto pela Santander Cultural após uma onda de protestos conservadores, sob justificativa de que a instituição entendia que algumas obras desrepeitavam símbolos, crenças e pessoas. Após esse encerramento abrupto, mesmo após a investigação e a recomendação do Ministério Público do Rio Grande do Sul quanto a reabertura da exposição, ela contou com uma remontagem na Escola de Artes Visuais em 2018, possibilitada pela maior campanha de financiamento coletivo do país.

⁵⁴ AGUALUSA, José Eduardo. As cortinas da censura. *O Globo*, Segundo Caderno, 18/09/2017.

⁵⁵ MENDONÇA, Heloísa. Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. *El País*, 13/07/2017.

⁵⁶ O MBL acusou a MAM de promover a “erotização infantil”, depois que começaram a circular imagens de um homem nu sendo tocado nos pés por uma criança. Tal fotografia remete à performance “La Bête”, realizada pelo artista Wagner Schwartz na estreia do 35º Panorama de Arte Brasileira. Quanto a imagem que gerou a revolta de grupos conservadores, o MAM ressaltou que a criança estava ali supervisionada pela mãe, que fora alertada sobre a nudez que envolvia a performance pela sinalização disposta, além de apontar que o trabalho de Schwartz não continha conteúdo erótico, tratando-se de uma leitura interpretativa da obra *Bicho*, de Lygia Clark.

conservadores, “[...] o sexo assusta, porque é uma força impetuosa, indomável e imprevisível – porque é uma força de mudança. A má notícia é que não conseguiremos nunca apaziguar um espírito conservador em relação ao sexo [...] A boa notícia é que o sexo ganha sempre”⁵⁷. Na semana seguinte ao lançamento desta crônica, Agualusa publicou uma pequena nota em sua coluna dizendo ter recebido um comunicado do MASP, no qual o museu declarou que o uso de cortinas tinha o propósito de preservar as obras, não sendo, portanto, consequência de censura nem ato de autocensura⁵⁸. Quanto a isso, Agualusa afirmou acreditar na sinceridade do MASP, mas que era natural “[...] que num momento de refluxo civilizacional como aquele que se vive no Brasil (e no mundo), com o regresso da intolerância e a emergência de fundamentalismos religiosos vários, muita boa gente possa confundir estratégias de ocultamento com autocensura”⁵⁹. De qualquer forma, o autor considerava que a escolha do museu, fosse por censura ou conservação artística, acabou não gerando uma exposição: “[...] seria mais correto dizer que as obras de Pedro Correia de Araújo estão escondidas no Masp”, concluiria ele.⁶⁰

Ademais, o autor não menciona diretamente o caso do MASP em crônicas posteriores, mas prolongou a temática do conservadorismo cultural, exemplificando-o através do desconforto de parte dos brasileiros com a nudez. Segundo ele, tal desconforto era curioso já que a polêmica tinha “lugar num país no qual [...] as pessoas andavam nuas antes da chegada dos primeiros colonizadores”⁶¹. Associando a nudez com a ideia de transparência, Agualusa alega na crônica que “[...] no fundo, a gimnofobia de certos setores da sociedade brasileira, e de alguns dos seus políticos mais notórios, tem muito a ver com o pavor de que os outros os vejam como são”⁶², gerando intolerância contra tudo que se expressava livremente. Esse medo, segundo o cronista, se colocava contra a arte moderna no Brasil, considerada até “como um insulto, ou como um sinal de alarme, para o pensamento arcaico, ultraconservador” que “as correntes evangélicas” vinham “impondo no país”⁶³. O fundamentalismo cristão brasileiro se indignava, segundo ele, com a nudez, o que para Agualusa era contraditório. Isso porque segundo as próprias crenças do cristianismo, a nudez não era uma heresia no paraíso criado pelo Deus cristão, de acordo com seu próprio livro sagrado. Todavia, o autor infere que o repúdio com a nudez fazia sentido se fosse considerado o fato de que o cristianismo fundamentalista universalizava seus dogmas religiosos, objetivando “[...] a captura do Estado e

⁵⁷ AGUALUSA, José Eduardo. As cortinas da censura. *O Globo*, Segundo Caderno, 18/09/2017.

⁵⁸ AGUALUSA, José Eduardo. Um lobo ao espelho. *O Globo*, Segundo Caderno, 25/09/2017.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ AGUALUSA, José Eduardo. O medo do nu. *O Globo*, Segundo Caderno, 09/10/2017.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ AGUALUSA, José Eduardo. Um inferno sueco. *O Globo*, Segundo Caderno, 08/01/2018.

a subjugação de toda a sociedade aos estreitíssimos princípios éticos e morais”⁶⁴. Comparando esse viés cristão brasileiro com o fundamentalismo islâmico em Moçambique, Agualusa concluía que ambos eram movimentos reacionários, ambos estavam contra a ciência, a arte, a inteligência e a modernidade. A diferença essencial entre eles estava no fato de o caso brasileiro estar num estágio mais avançado, colaborando com a derrocada da democracia⁶⁵.

Assim, é perceptível pela análise das crônicas que, ao longo dos quatro anos que compõem nosso recorte, Agualusa discutiu e avaliou a crise econômica, política e social que marcou o Brasil na década de 2010, expondo o que se configurava, segundo ele, como os fatores mais prejudiciais à conjuntura nacional. A corrupção generalizada entre os políticos brasileiros foi uma das causas levantadas pelo autor, na medida em que gerou insatisfação geral, desestabilizando a crença dos cidadãos no sistema democrático brasileiro. Além disso, a ascensão ultraconservadora da segunda metade de 2010, segundo ele, seria um elemento crucial para entender o contexto histórico, derivada não só de mecanismos internos na nação brasileira, mas também impactada pelo avanço do pensamento reacionário global, sobre o qual a eleição de Trump foi entendida como central. Por fim, uma terceira razão do comprometimento da estabilidade do país estaria na polarização da sociedade brasileira, resultado das campanhas eleitorais de 2018, responsáveis por fazer emergir rivalidades que potencializaram a crise vivenciada desde 2013. Numa crônica publicada em abril de 2018, meses após a anúncio de pré-candidatura de vários partidos políticos para a presidência do Brasil, intitulada “Semelhantes inimigos”, Agualusa escrevia:

Assisto de longe, com crescente inquietação, ao extremar de posições no Brasil. O problema do extremar de posições é que as posições extremas são quase sempre semelhantes. Ou seja: os inimigos terminam se matando em nome de projetos idênticos, senão no discurso, certamente na ação. O nazismo não foi, nos resultados práticos, muito diverso do stalinismo ou do maoísmo. O que aconteceu em Hiroshima e Nagasaki não foi muito diferente do que sucedeu em Treblinka ou Auschwitz.⁶⁶

Generalizando os efeitos de processos históricos bastante distintos, sem considerar as especificidades de cada um deles, Agualusa coloca como motivação comum desses diversos regimes e episódios políticos a criação e crença em um inimigo, o *Outro*, que precisa ser combatido. Esse argumento, embora não completamente inequívoco, não carrega aprofundamento teórico na crônica e demonstra ser simplista quando indica que projetos de ambos os lados de uma disputa são idênticos em ação. Isso fica ainda mais claro quando o autor explicita seu ponto de vista sobre a guerra civil angolana: Agualusa afirma que ambos os

⁶⁴ AGUALUSA, José Eduardo. O mal distante, ou talvez não. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/10/2017.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ AGUALUSA, José Eduardo. Semelhantes inimigos. *O Globo*, Segundo Caderno, 07/04/2018.

movimentos, da MPLA, de viés comunista, e da UNITA, de centro-direita e em favor do capitalismo, propagaram ideais análogos, responsáveis por jogaram Angola em uma crise política de anos que destruiu o país. É verdade que Angola passou por vários percalços em sua recém-independência e que o governo que prevaleceu em Angola, do MPLA, foi acusado por vários agentes políticos locais de se constituir como uma ditadura. Todavia, comparar duas ideologias opostas, proclamando-as como essencialmente iguais durante o desenvolvimento de uma conjuntura histórica pautando-se pelos resultados posteriores de seu embate é uma maneira rasa de analisar a história. Além disso, equiparar as responsabilidades dos dois lados de uma situação sem considerar as motivações que baseiam suas ações e o contexto correspondente é um caminho perigoso, levando a inverdades e anacronismos históricos, o que já foi trilhado pelo autor quando afirmou que a África colonizou Portugal, tal como Portugal colonizou a África pela invasão mulçumana da Península Ibérica, questão discutida no capítulo anterior.

Essa perspectiva de Agualusa em atribuir a mesma culpa para esses “semelhantes inimigos” permaneceu ainda em 2018, já que, segundo o cronista, a polarização política brasileira estaria vitimizandando o bom senso, fazendo com que os “[...] observadores ou comentaristas que critiquem as opiniões extremas, apelem à paz e ao entendimento, ou se proponham a explorar terceiros caminhos, [sejam] considerados inimigos”⁶⁷. Ao citar um atual ciclo de ódio no Brasil, Agualusa argumentava na crônica que não havia caminhos fáceis para a situação, mas que era “preciso, ainda que a contracorrente, insistir no diálogo”. “Não bloqueie nas redes sociais os amigos ou conhecidos que pensam de maneira diferente. Faça um esforço para escutá-los”, sugeria ele⁶⁸. Essas medidas para o autor tornavam-se essenciais para evitar aquilo que ele considerava a pior tragédia para um país: uma guerra civil, como ele enuncia numa crônica de outubro de 2018⁶⁹. Agualusa infere que o clima instalado no Brasil se mostrava propício para essa calamidade uma vez que “a receita para uma guerra civil” exigia “em primeiro lugar, a criação de uma cultura de exclusão”. “Regra geral, os movimentos em confronto não defendem posições novas. A novidade é a agressividade com que as defendem e a convicção de que não existe conciliação possível entre os diferentes projetos”, alertava o cronista⁷⁰. É interessante como Agualusa recupera esse discurso, iniciado ainda em abril daquele ano, em uma crônica lançada dias após o primeiro turno das eleições de 2018, fortemente marcadas pela oposição entre dois candidatos, Bolsonaro, do Partido Social Liberal,

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ AGUALUSA, José Eduardo. Receita para uma guerra civil. *O Globo*, Segundo Caderno, 13/10/2018.

⁷⁰ *Ibidem*.

e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, cujas campanhas eleitorais foram acompanhadas de perto pelas grandes mídias nacionais, tal como *O Globo*.

Sob a premissa de produzir um jornalismo pautado pela neutralidade e objetividade, *O Globo* desde sua constituição foi agente histórico e político na realidade brasileira. Não foi diferente no processo eleitoral de 2018, quando, de acordo com Vasconcelos, mesmo sem apoiar diretamente Bolsonaro, o jornal deu “uma grande contribuição à sua candidatura” na medida em que este liderava e incentivava – assim como toda a grande imprensa – o movimento antipetista⁷¹. Um antipetismo que desqualificava o palanque presidencial do PT, inicialmente representado por Lula e depois por Haddad, quando o primeiro foi impedido pela Justiça de disputar a eleição a qual era considerado favorito⁷², ao ser condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no âmbito das investigações da Lava-Jato⁷³. Mesmo após ser declarada a inelegibilidade de Lula em 2018, o jornal continuou associando sua imagem, bem como da ex-presidente Dilma Rousseff, às intenções políticas do Partido dos Trabalhadores para o cargo presidencial, agora disputado por Haddad, tratado pela mídia como um candidato fantoche do lulopetismo⁷⁴. Essas informações são corroboradas pelo trabalho de Ítalo Ramalho, que analisou os editoriais de *O Globo* e verificou que em 57,5% e 50,5% das publicações, Lula e Dilma, respectivamente, foram mencionados e relacionados ao processo eleitoral de 2018. Mais recorrentes na folha do que Bolsonaro e Haddad, que, de acordo com os números coletados, ficaram bem equilibrados quando referenciados no periódico. Segundo Ramalho, tais números revelariam uma “adesão implícita à polarização bolsonarismo x petismo” por parte do jornal⁷⁵.

Todavia, a sugestão dessa polarização construída no jornal não consiste em um tratamento equânime aos candidatos. Simpático às propostas apresentadas por Geraldo Alckmin e indiferente aos demais candidatos presidenciais, *O Globo* não apoiou explicitamente a figura polêmica de Bolsonaro, mas elogiou em vários editoriais algumas propostas econômicas do candidato, bem como sua escolha de ter como assessores Paulo Guedes e Sérgio Moro⁷⁶. Além disso, várias decisões tomadas pelo periódico privilegiaram, direta ou indiretamente, o político

⁷¹ VASCONCELOS, 2021, p.177.

⁷² Pesquisa Datafolha, Portal G1 de 22/08/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-de-22-de-agosto-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-e-religiao.ghtml>. Acesso: 19/10/2023.

⁷³ ALVES, Mércia K. F.; LINS, Aquiles C. A candidatura de Lula em 2018 nas páginas da grande imprensa: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo. *Brazilian Journal of Policy and Development*, v.3, 2021.

⁷⁴ Segundo Vasconcelos, o termo corresponde ao substantivo pejorativo de culto à figura de Lula e aos governos do PT, utilizado por *O Globo* geralmente para fazer uma vinculação entre as gestões petistas e à corrupção.

⁷⁵ RAMALHO, Ítalo de Melo. *Os editoriais e a eleição presidencial de 2018*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.

⁷⁶ *Ibid.*, p.177.

do PSL, como o silenciamento de *O Globo* quanto ao movimento “Ele não”, que ascendiam uma discussão sobre gênero, marcado por manifestações de mulheres contrárias a campanha presidencial de Bolsonaro pelas suas declarações misóginas. As falas de Bolsonaro que homenageavam atos autoritários realizados no período ditatorial militar foram secundarizadas. Em contrapartida, foi feita a associação criada entre o histórico do PT com o governo cubano, adjetivado pelo jornal como ditadura companheira do lulopetismo.⁷⁷ Enquanto detrataram publicamente as propostas de Haddad, declarando-o como antidemocrático por supostamente ser o rosto de um novo governo manejado por Lula, “*O Globo* resolveu classificar Bolsonaro como uma opção “fora do sistema”, que defendia a alternância de poder”, chegando a elogiar “uma direita que se [assumia] como tal” e definindo “como positivo o Brasil ter um presidente assumidamente de direita”⁷⁸. Esse discurso antipetista, além de associar o PT a episódios de corrupção, “representava também a reprovação das políticas sociais dos governos Lula e Dilma e o favorecimento da agenda neoliberal defendida pelos donos da mídia”⁷⁹. Nesse sentido, Vasconcelos afirma que *O Globo* foi “[...] corresponsável pelo ressurgimento do conservadorismo no Brasil, contribuindo com a vitória de Jair Bolsonaro”⁸⁰

É interessante notar como um argumento semelhante, no caso da polarização política proveniente das eleições de 2018, foi utilizado pelo editorial do jornal e por Agualusa através de vieses distintos, o que respalda a ideia de Tânia de Luca de que a imprensa é uma arena com múltiplas vozes. Enquanto vários pesquisadores consideram que a oposição criada pelos editoriais entre os candidatos acobertava o antipetismo de décadas cultivado pelo grupo Marinho, a ideia de antagonismos políticos se torna mais complexo nas mãos de Agualusa, que destacava os possíveis males causados pela divisão da sociedade que, a longo prazo, poderia levar o Brasil a um conflito civil capaz de destruí-lo⁸¹. Sua defesa categórica pelo diálogo entre os “semelhantes inimigos” presente na crônica publicada em abril, todavia, abria um pressuposto intrincado: todas as convicções e os projetos políticos seriam válidos no sistema democrático, até mesmo aqueles que negavam explicitamente os direitos de outros indivíduos, pautados por uma ideologia ultraconservadora? Considerando as bases da nossa democracia, que num plano formal aciona o direito de igualdade de seus cidadãos perante à lei, não há espaço para falas ou ações que deslegitimem ou ameacem a integridade de qualquer brasileiro. Como apontou recentemente a deputada federal Erika Hilton, “a liberdade de expressão termina

⁷⁷ VASCONCELOS, 2021, p. 196.

⁷⁸ *Ibid.*, p.258.

⁷⁹ *Ibid.*, p.256.

⁸⁰ *Ibid.*, p.255.

⁸¹ AGUALUSA, José Eduardo. Receita para uma guerra civil. *O Globo*, Segundo Caderno, 13/10/2018.

quando esbarra no direito do outro, quando ela vulnerabiliza a vida do outro, quando tira a vida do outro”⁸². Ou seja, há limites para um diálogo democrático, questão que não passa despercebida por Agualusa na crônica publicada após o primeiro turno das eleições de 2018, quando fala do seu anseio pela:

[...] *convergência de todas as forças políticas e da sociedade civil que defendam a paz e a democracia*. Ao longo das próximas semanas assistiremos a um combate entre os construtores de pontes e construtores de muros. Pobre Brasil se os construtores de muros ganharem. ⁸³ (grifo nosso)

Novamente, o que prevalece para Agualusa é a garantia da democracia, possível desde que as pontes construídas entre diferentes setores da sociedade durante nossa jovem democracia não sejam rompidas, mas, pelo contrário, sejam aspiradas como elementos essenciais de um regime democrático. Uma perspectiva bastante conciliatória do cronista que, contudo, não prevê a atribuição de poder àqueles que desejam promover a supracitada cultura de exclusão, uma cultura propícia para a emergência de “[...] líderes messiânicos, com um discurso de ódio, eventualmente exibindo armas de fogo, enquanto exploram velhos rancores partidários e fraturas sociais”. “Logo surgem os primeiros assassinatos e atentados com motivação política” e o “Estado vai-se esboroando e perdendo terreno”, concluía o cronista⁸⁴. Sem citar nomes ou partidos, Agualusa expressa seu posicionamento frente a conjuntura existente, de modo não tão sutil colocando-se contra a candidatura de Bolsonaro, político cujas fotos da campanha presidencial tinham como característica a apologia ao armamentismo, também sendo conhecido por seus planos de facilitar a posse de armas aos cidadãos brasileiros. Ademais, não fica indiferente o uso da palavra “messiânico” na crônica, referente ao nome do candidato, Jair Messias Bolsonaro. Dessa forma, Agualusa rejeita o ultraconservadorismo social crescente no Brasil, que teve o presidente eleito naquele ano como um dos principais expoentes do autoritarismo e da intolerância, derivada dessa onda reacionária da segunda metade da década de 2010. Uma ascensão conservadora que, dentre outros perigos, ameaçava, segundo Agualusa, as características inerentes do povo e da nação brasileira, potencialmente projetando uma visão malograda sobre o Brasil, “um país amado no mundo inteiro pela sua cultura, pela sua alegria e generosidade [que] não pode permitir que o ódio se alastre e triunfe”⁸⁵. É manifestada, portanto, a necessidade de manutenção da democracia brasileira, apreciada pelo cronista angolano que produziu e repercutiu ao longo dos anos uma imagem favorável do país no jornal

⁸² AZEVEDO, Reinaldo. Erika Hilton fala sobre sua história e seu papel na Câmara dos Deputados/ Reversa #11. Youtube, 22/05/2023. Disponível em: https://youtu.be/aT57A2FWIKc?si=C93EBYHds38Nw_57. Acesso em: 19/10/2023.

⁸³ AGUALUSA, José Eduardo. Receita para uma guerra civil. *O Globo*, Segundo Caderno, 13/10/2018.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Ibidem*.

de maior circulação nacional, uma percepção passível de análise, o que será realizado a seguir. Todavia, a bela face desse país tropical se manteve inalterada aos olhos de Agualusa quando confrontada com a escalada do conservadorismo durante seus anos de escrita em *O Globo*?

O Brasil enfrenta o Anti-Brasil

Já foi apresentado o repúdio de Agualusa frente à candidatura de Bolsonaro em 2018, contrário à ascensão de um líder autoritário ao maior cargo do poder Executivo do país. Todavia, foi em 2016, ano em que Bolsonaro ainda atuava como deputado federal, que essa figura política surgiu pela primeira vez na coluna do escritor angolano na crônica intitulada “Por uma ética da cuspidela”. Nesta crônica, Agualusa comenta que o ato de cuspir na face de outra pessoa era um gesto universal de desprezo, feito por personagens de grandes romances literários, como em *Os Maias*, de Eça de Queiroz, um dos literatos favoritos de Agualusa. No livro, após a publicação de um artigo contra Carlos de Maia, protagonista da obra, seguida da recusa de seu autor, Dâmaso Salcede, em se retratar ou duelar com Maia, Salcede é ameaçado com uma “medida extrema”: “em qualquer parte que o encontrasse, daí por diante, fosse uma rua, fosse um teatro, lhe escarraria na face”⁸⁶. Propondo uma comparação, Agualusa declarava na crônica que “a histórica cuspidela [...] de Jean Wyllys contra Jair Bolsonaro” soava “muitíssimo mais legítima do que a de Carlos de Maia contra Dâmaso Salcede”. Isso porque “nesta última estava em causa a dignidade de uma senhora. Na primeira estava em causa a dignidade de um país inteiro”⁸⁷. O cronista se refere ao episódio ocorrido durante a votação da admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, no qual Jean Wyllys, deputado do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cuspiu em Bolsonaro depois de falas do então deputado do Partido Social Cristão (PSC), que, em seu voto, defendeu o coronel Ustra, torturador de Dilma no período da ditadura militar. Em plena Câmara dos Deputados, Bolsonaro também teria proferido ofensas homofóbicas enquanto Wyllys manifestava-se contra a destituição da presidente. Para Agualusa, essas atitudes de Bolsonaro, repercutidas internacionalmente:

[...] degradam imensamente a imagem do Brasil. Quem produz uma declaração como aquela não está nem à esquerda, nem à direita: está atrás! Lá muito, muito atrás, num tempo e numa sociedade em que a tortura era vista como um delicado entretenimento de cavalheiro. O ideal seria enviar o senhor Bolsonaro de volta a essa era remota [...] Imagino que Bolsonaro se veja a si próprio como um legítimo nacionalista brasileiro. Porém, ao menos para os meus ainda um tanto ingênuos olhos estrangeiros, *Bolsonaro representa o contrário, representa o anti-Brasil* [...] ⁸⁸ (grifo nosso)

⁸⁶ AGUALUSA, José Eduardo. Por uma ética da cuspidela. *O Globo*, Segundo Caderno, 25/04/2016.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*.

O reacionarismo inculcado nos discursos do político do PSC faz que com Agualusa considere a ideia de “Bolsonaro brasileiro” um oxímoro, porque, embora o cronista reconheça que a escalada do conservadorismo tenha instalado um pesado clima de crispação no nosso país, ele acreditava, em 2016, que os brasileiros continuavam “a ser vistos no exterior como um povo carinhoso, festivo, tolerante e generoso”. “Basta alguém dizer “sou brasileiro” para que os sorrisos se abram. Eu próprio finjo por vezes que sou brasileiro de forma a ser melhor tratado em países remotos”, escrevia o cronista⁸⁹. Pela análise da coluna “Em caso de emergência, solte a poesia”, foi possível constatar que esse olhar otimista de Agualusa para o Brasil era intrínseco às suas experiências particulares com a cultura brasileira, que atravessava as fronteiras nacionais e possuía um alcance global, sendo bem representada por todo o mundo pelos artistas brasileiros e suas obras, nos campos literários, musicais, entre outros, fazendo com que “esse patrimônio cultural também [formasse] identidades fora do Brasil”⁹⁰. Isso porque Agualusa acreditava que quando estrangeiros estão “à procura de um certo Brasil, igualmente [estão] à procura de um pouco deles próprios”⁹¹, tal como os portugueses que foram em um show de Gil e Caetano em Lisboa em 2016 e que, de acordo com o cronista, que também estava presente no espetáculo, se reconheceram nas canções desses artistas brasileiros que contribuem ativamente com a identidade brasileira. Identidade que Agualusa comenta ter chegado até ele em sua infância, pela poesia de João Cabral de Melo Neto, musicalizada por Chico Buarque, compreendida com o apoio de sua mãe, professora de português na sua cidade natal. O angolano suspeita ter se tornado escritor motivado pelos dois artistas e diz ter certeza de que foi graças a eles que começou a se “interessar pelo Brasil” e, de certa forma, se “descobrir brasileiro”⁹².

Impactado pela literatura brasileira por toda sua trajetória, Agualusa não reconhece o Brasil que se fez parte dele desde seus 12 anos quando confrontado com a realidade nacional, marcada pelo processo do golpe de Dilma: “ao longo dos últimos meses assisti, assustado, à confusa emergência de um Brasil que eu não sabia que existia. Um Brasil que não parece caber naquele Brasil que se foi construindo em mim – e que me foi construindo – através da poesia”⁹³. É nítido o reconhecimento do autor de que sua concepção de Brasil é afetada por sua própria historicidade, talvez demasiada restrita aos produtos culturais brasileiros, o que levou a uma construção de Brasil que não procurou entender os meandros, com tensões, avanços e retrocessos, da sociedade, política e da própria identidade cultural brasileira. Uma interpretação

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ AGUALUSA, José Eduardo. Em caso de emergência, solte a poesia. *O Globo*, Segundo Caderno, 02/05/2016.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ *Ibidem*.

do país pautada por uma perspectiva externa, que prevê nosso país como efusivo e amistoso, ainda que Agualusa diga:

Bem sei, o brasileiro enquanto homem cordial, é apenas um mito. Foi sempre um mito. Parece-me significativo, todavia, que tantos brasileiros tenham escolhido rever-se nesse mito, da mesma forma que é significativo que uma alta porcentagem de portugueses insista em pensar na saudade como algo definidor da sua natureza. Podem ser falsidades, mas são falsidades bonitas. O mundo acredita no mito do homem cordial brasileiro. O Brasil fingia acreditar e de tanto fingir talvez acreditasse um pouco. Além disso, tendemos a ser aquilo que os outros acham que somos.⁹⁴

A noção de homem cordial evocada por Agualusa é uma maneira equivocada, ainda que bastante disseminada, de compreender o conceito elaborado por Sérgio Buarque de Holanda na década de 1930. Embora seja usual o ato de equiparar cordialidade com amabilidade, Holanda não pressupunha bondade no homem cordial, mas sim o predomínio de comportamentos de aparência afetiva, não necessariamente sinceros ou profundos⁹⁵. Pela defesa do avanço do Brasil, ou seja, por sua modernização, Holanda via o apego ao passado como um obstáculo, sendo necessária a liquidação de “raízes”, entre elas, a perda das características herdadas pela colonização portuguesa, cujo domínio ele considerava “em geral, brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza”⁹⁶. Criada uma sociedade de origens patriarcais e personalistas, no Brasil teriam prevalecido os vínculos pessoais e passionais, em detrimento de qualquer tendência de cooperação autêntica entre indivíduos, ocorrendo, assim, uma estagnação das estruturas ordenadoras e racionais do âmbito público, que sempre é aviltado pela entidade privada. Uma vez que o autor defende que o Estado não devia ser uma ampliação do círculo familiar ou de um agrupamento de vontades particularistas, a cordialidade atribuída por ele ao povo brasileiro não era um elogio à “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, [que] representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro”⁹⁷, porque essas características não incitavam, segundo Holanda, à civilidade. A máscara cordial, ao contrário, seria uma forma de manter a supremacia do indivíduo ante a ordem coletiva, estimulada pela tentativa constante de manter intimidade.

Esse mito do homem cordial, transfigurado de forma a enaltecer o povo brasileiro, foi, contudo, acionado por Agualusa, que, mesmo negando sua veracidade, alegou que não apenas o mundo acreditava nesse perfil de Brasil, como vários dos cidadãos brasileiros escolhiam portar-se conforme essa suposta cordialidade. Após eventos que revelaram um ultraconservadorismo crescente no país, explicitados em situações como de *Wyllys versus*

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 27ª ed., 2014.

⁹⁶ *Ibid.*, p.61.

⁹⁷ *Ibid.*, p.176.

Bolsonaro, que Agualusa considerou justa a cuspidela literal para reestabelecer a honra do país, ou o espetáculo fúnebre da votação de *impeachment* de Dilma pelos deputados federais, também comentado na coluna, o cronista questionaria: “Que Brasil temos agora? Qual o rosto que o Brasil mostra hoje ao espelho? Que rosto mostra ao mundo?”⁹⁸. Agualusa concluiria que esses tempos incertos não assustavam somente os próprios brasileiros como também paralisavam os estrangeiros que amavam o Brasil e que recorriam a traços da cultura brasileira, tal como ele se voltando para a literatura, de modo a “[...] reconstruir o rosto da pessoa amada a partir de uma imagem rasgada em mil pedaços”⁹⁹. Apesar do período conturbado, Agualusa afirmava que “[...] em algum lugar lá, onde todos os sonhos se formam, terá começado a erguer-se um novo dia. E nesse novo dia, cuja luz ainda mal enxergamos, o Brasil começou a reconciliar-se com o Brasil, e está voltando a conquistar o mundo através da sua alegria e das suas canções”¹⁰⁰. É nítido como Agualusa reitera uma perspectiva estrangeira fundamentalmente positiva em relação aos brasileiros, inclusive sem pormenorizar de quais países advinha essa percepção de Brasil. Um olhar cheio de otimismo que prevaleceria ao menos até a onda ultraconservadora nacional que se espalhará a partir de meados da década de 2010.

Importante notar, contudo, que Scheyerl e Siqueira, em um artigo de 2008, colocam em xeque esse raciocínio de Agualusa, quando investigam quais representações estrangeiras sobre o povo brasileiro repercutem no século XXI¹⁰¹. Para além do estereótipo do homem cordial, alegre e acolhedor, os autores percebem, através de uma análise qualitativa de entrevistas, que há na contemporaneidade uma pluralidade de descrições de Brasil, que não se resumem em atributos essencialmente bons, embora eles ainda apareçam. Há entre as falas de estrangeiros o enfoque em dados negativos, como a violência corrente no país ou o racismo velado vivenciado por uma norte-americana negra. Há também discursos mais complexos, que buscam não planificar o entendimento do Brasil, notando suas contradições. Assim, para Scheyerl e Siqueira, no século XXI “surge uma tendência que esboça novas interpretações mais realistas, enxergando para além da imagem estereotipada os muitos ‘brasis’”¹⁰². Assim, a proposição de Agualusa, segundo a qual o mundo via o Brasil de jeito sobretudo positivo antes da crise dos anos 2010, torna-se intrincada, até porque várias visões acerca do nosso país, nem tão lisonjeiras, existiam muito antes disso. A disseminação da imagem do brasileiro como malandro

⁹⁸ AGUALUSA, José Eduardo. Em caso de emergência, solte a poesia. *O Globo*, Segundo Caderno, 02/05/2016.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Sávio. O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, 47(2), 2008.

¹⁰² *Ibid.*, p.388.

com a criação do personagem da Disney Zé Carioca, que propagava o famoso “jeitinho brasileiro”¹⁰³, é uma delas. Embora, é claro, seja um viés que não quebra o olhar estrangeiro que prega o Brasil como festivo e acolhedor, mas ao contrário, o intensifica.

Ademais, Agualusa positiva essa pretensa cordialidade brasileira, pois, mesmo negando que isso alicerça a natureza do nosso povo, define essa característica como uma falsidade bonita que muitos brasileiros escolhem acreditar. Assim, o cronista é favorável ao mesmo aspecto que Williams Rodrigues reitera que é usada como incentivo do turismo nacional, tornando a suposição da cordialidade do povo um produto turístico para o exterior¹⁰⁴. Importante lembrar também que Agualusa, um sujeito que prega a fluidez das fronteiras de modo a possibilitar um mundo sincrético e integrador, destaca outro atributo que segundo ele faz parte da estruturação de Brasil: a “extraordinária capacidade de assimilar e nacionalizar o outro”¹⁰⁵. Essa habilidade brasileira, em sua percepção, seria a melhor maneira de lutar contra formas de exclusão que se ergueram dos escombros “com a soma de tudo aquilo que julgávamos já ter ultrapassado, o ranço do nacionalismo mais primário, o bolor do racismo, da xenofobia, do machismo e da intolerância”¹⁰⁶. Essa suposta capacidade de assimilação brasileira incorporaria elementos diversos na identidade nacional, fagocitando tudo em volta e se transformando em algo capaz de abrigar tamanha diversidade. Como discutido no capítulo anterior, esse traço identitário brasileiro deriva, de acordo com Agualusa, da influência da África na nossa sociedade, cuja “matriz africana do Brasil salta os olhos de qualquer turista, mesmo o mais desprevenido”. “O rosto que o Brasil mostra ao mundo, o rosto que o mundo gosta de ver, foi sempre negro: a música popular, o carnaval, a capoeira, as congadas, o candomblé”, argumenta o cronista¹⁰⁷. A capacidade de adaptação dos africanos escravizados em territórios inóspitos, relacionando-se com culturas alheias, característica nomeada por Agualusa como assimilação, teria como consequência a retenção dessa habilidade no caráter brasileiro.

Essa face pública brasileira, contagiante, acolhedora e culturalmente diversa, teria sido fatalmente atingida pela crise interna, gerada em grande parte, de acordo com Agualusa, pela classe política nacional, graças a sua extrema corrupção.¹⁰⁸ Na crônica “Sobre livros e revoluções”, publicada em *O Globo*, no dia 06 de novembro de 2017, Agualusa aprofunda essa questão ao abordar um debate que presidiu no Festival Internacional de Literatura de Óbidos

¹⁰³ *Ibid.*, p.382.

¹⁰⁴ RODRIGUES, W. O homem cordial brasileiro como produto turístico. *Cad. Virtual de Turismo*, v.6, n.2, 2006.

¹⁰⁵ AGUALUSA, José Eduardo. O passado que vem aí. *O Globo*, Segundo Caderno, 26/12/2016.

¹⁰⁶ *Ibidem.*

¹⁰⁷ AGUALUSA, José Eduardo. Um jardim da memória. *O Globo*, Segundo Caderno, 23/01/2017.

¹⁰⁸ AGUALUSA, José Eduardo. Uma prodigiosa discórdia. *O Globo*, Segundo Caderno, 04/09/2017.

(Fólio), em 2017. Seu público do Fólio, que ocorreu em Portugal, estava cheio de participantes brasileiros que se demonstravam preocupados com a situação da sua terra natal, promovendo o seguinte questionamento: como sair da crise vigente? Em resposta a isso, o escritor argumentou que, por anos, considerou as críticas de brasileiros contra seu próprio país bastante superficiais, dada a gravidade do quadro político de Angola. Contudo, as realidades atuais de ambas as nações fizeram com que o autor, pela primeira vez, tivesse mais esperança em Angola do que no Brasil, pois na primeira existia “pelo menos uma possibilidade de mudança”. Já no que dizia respeito ao Brasil, Agualusa via “os políticos se comportando de forma semelhante, roubando descaradamente, se protegendo uns aos outros e troçando de quem não rouba”¹⁰⁹. Sem fé nas propostas de nenhum partido político brasileiro, o autor vê uma possível saída apenas fora das instituições governamentais, sugerindo uma melhora da classe política e da crise vivenciada, a partir do aprimoramento educacional. Ele prevê que somente “uma revolução do pensamento, elegante e silenciosa, através do livro e da educação”, culminando em bons leitores, informados e responsáveis, faria com que o Brasil chegasse a uma “sociedade mais exigente, mais interventiva e, por extensão, numa classe política um pouco menos bruta do que a atual”¹¹⁰.

Pela análise desta última crônica, podemos observar o movimento do cronista em responsabilizar o poder político brasileiro, visto como mau gestor e promotor de escândalos econômicos, pela crise vivida. Crise que só poderia ser aplacada, a longo prazo, pela intervenção social. Estaria o autor aventando, nas entrelinhas, um certo distanciamento entre as classes políticas e a sociedade brasileira como um todo, indicando que as ações institucionais tiveram um papel preponderante na desestruturação da democracia brasileira, vitimizando seu povo? Há alguns indícios que contribuem para essa hipótese, como visto na crônica “O inimigo está entre nós”, publicada no 24 de março de 2018. Nela, Agualusa cita uma série ficcional escandinava, intitulada *Occupeid*, cujo tema central era a facilidade com que um sistema democrático estável podia ser abalado com a ocupação política de agentes que não pensavam na ordem coletiva. Nesse processo, os “cidadãos educados”, vivendo no “seio de uma democracia sofisticada”, vão pouco a pouco sendo “contaminados pelo medo ou pela ambição, acabando por trair o seu país e todos os valores que o mesmo representa e nos quais eles acreditavam, ou pareciam acreditar”¹¹¹. Há, nesse sentido, uma proposição de Agualusa de que a destruição de uma nação democrática não parte de sua sociedade civil, mas nasce de um movimento de cima para baixo, fazendo com que a principal ameaça às democracias ocidentais

¹⁰⁹ AGUALUSA, José Eduardo. Sobre livros e revoluções. *O Globo*, Segundo Caderno, 06/11/2017.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ AGUALUSA, José Eduardo. O inimigo está entre nós. *O Globo*, Segundo Caderno, 24/03/2018.

se “organiza-se no interior das próprias instituições”, a partir “da descrença, da indiferença e da corrupção moral dos burocratas que as governam”¹¹². Pelo raciocínio do cronista, a sociedade civil, unindo todas suas diferenças, seria responsável por lutar cotidianamente pela manutenção da democracia visto que a alternativa seria o declínio do país e a degeneração de seu povo.

Isso não significa que Agualusa considerasse que, entre mais de duzentos milhões de brasileiros existentes em 2018, segundo dados do IBGE, não houvesse cidadãos comuns que pregassem contra os valores democráticos, favoráveis ao reacionarismo político e cultural. Em uma crônica, ele inclusive narra seu encontro com um desses indivíduos em Bamako, capital de Mali: um carioca, que dentre muitas falas conservadoras, afirmou para Agualusa o atraso do continente africano frente a modernidade ocidental, “tentando diminuir a importância de África na formação do Brasil”¹¹³. Quanto a isso, Agualusa tentou argumentar o contrário, dando o exemplo do impacto das palavras e expressões africanas na nossa língua nacional, que logo foi rebatido pelo homem, que questiona: “se eu retirar essas palavras continuarei falando português, não?”¹¹⁴. Agualusa comenta que a discussão foi interrompida após uma escalada de vozes e quando o brasileiro manteve sua perspectiva, mesmo após a réplica de Agualusa de que “Sim! [...] se você tirar do português do Brasil todas as palavras de origem africana, ainda assim vai conseguir falar português – não vai é conseguir ser brasileiro”¹¹⁵. Quanto ao episódio, o cronista assume que ficaria menos incomodado se ouvisse esses disparates de qualquer “europeu proveniente de uma antiga potência colonial”. “Na minha ingenuidade não esperava que um brasileiro fosse capaz de defender posições tão preconceituosas e ignorantes em relação à África, renegando, ao mesmo tempo, a porção africana da sua própria identidade”, lamentava o cronista¹¹⁶. Tal encontro fez com que Agualusa tivesse uma epifania de que seu Brasil íntimo, imaginário, talvez fosse apenas uma parte e nem a maior fração do Brasil real que emergiu nos últimos tempos. Como ele mesmo aponta:

Numa relação amorosa tendemos inevitavelmente a inventar o outro. Fazemos o mesmo em relação aos territórios pelos quais nos apaixonamos. Então, pouco a pouco, ou num golpe súbito, descobrimos que o outro são muitos outros diferentes e nem todos assim tão simpáticos. Crescer numa relação significa reconhecer a pessoa que amamos em todas as outras nas quais ela se desdobra, eventualmente mais reais e eventualmente distantes de nós - e ainda assim continuar amando-a. Creio que o mesmo passa em relação a países e territórios [...] em toda a terra conhecida há uma terra incógnita. *Amamos alguém (ou um país) porque o conhecemos ou, ao contrário, porque o desconhecemos?* A resposta a esta questão talvez sirva apenas para distinguir otimistas de pessimistas. *Penso no homem dos olhos nervosos, em Bamako, como num*

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ AGUALUSA, José Eduardo. Terra incógnita. *O Globo*, Segundo Caderno, 10/03/2018.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ *Ibidem*.

mensageiro desse outro lado do Brasil, que durante anos me recusei a ver. Não gosto do que ele representa. Não obstante, continuo gostando do todo. (grifos nossos)¹¹⁷

Ao longo dos anos em que publicou n’*O Globo*, afetado pela conjuntura nacional, Agualusa foi lentamente reavaliando sua percepção de Brasil e junto disso explanando essas novas facetas do nosso país, até então supostamente desconhecidas por ele, para o público do jornal carioca, formado por milhares de brasileiros, em sua maioria sujeitos das classes B e C. Crônicas que alcançavam cidadãos que utilizam diariamente o periódico para se informar e acabavam encontrando n’*O Globo* um ideário político que não se opunha ao conservadorismo ascendente, uma vez que economicamente este ia ao encontro dos interesses das grandes empresas, tal como o Grupo Globo. Ao longo da década de 2010, um conjunto de leitores, já previamente insatisfeitos com as gestões petistas, insuflados com o movimento pró-*impeachment* forjado, entre outros, pela grande mídia brasileira, se reconhece nas páginas de um jornal que prega a necessidade de uma mudança política brusca, que veem tal alternativa na eleição de um candidato da extrema-direita, tratado por *O Globo* como um *outsider* da política tradicional. Não se trata de uma noção simplista, de acreditar que os editoriais da folha carioca tinham a capacidade de doutrinar seu escopo de leitores, designando uma via política que deveria ser aderida ao governo, uma vez que o jornal não demonstrou apoio explícito a nenhum candidato. Trata-se de estabelecer que o jornal *O Globo*, ao lado de outros meios de comunicação, inclusive pertencentes ao mesmo conglomerado midiático, possuíam (e ainda possuem) bastante alcance no povo brasileiro, cultivando gradativa e constantemente convicções políticas, como o antipetismo, que chegavam às casas de todo o Brasil e em muitas delas, alcançavam sujeitos que acreditavam e reverberavam noções conservadoras que não eram combatidas diretamente pelo periódico.

Assim, podemos observar nas crônicas de Agualusa que ele não atribui a crise a um problema geral da sociedade brasileira, afinal, ele continua “gostando do todo”. Atribuindo a escalada do ultraconservadorismo principalmente à corrupção da classe política e a pequenos setores sociais, o cronista continuou a positivar o caráter brasileiro e seguiu manifestando seu espanto frente a atitudes intolerantes e discriminatórias cometidas por brasileiros comuns. Em agosto de 2018, quando explodiu o caso de racismo contra a atleta italiana Daisy Osakue, de origem nigeriana, Agualusa mostrou uma certa surpresa com relação ao “apoio de muitos portugueses e brasileiros às medidas anti-imigração, abertamente racistas, de governos como o italiano, o húngaro ou o austríaco”. “O meu espanto é o mesmo com que olharia um porco que

¹¹⁷ *Ibidem.*

fizesse o elogio dos lobos”, dizia o escritor¹¹⁸. Agualusa dizia não haver lógica no posicionamento de cidadãos advindos de países como Brasil e Portugal, cujas identidades nacionais eram marcadas por múltiplas influências culturais, fortemente impactadas pelos contatos com África, em segregarem imigrantes. “Um racista francês não separa as pedras, as mais brandas para os portugueses ou brasileiros, as mais duras para os árabes, quando sai de noite para caçar imigrantes”, concluía¹¹⁹. Não obstante, o cronista não censura estritamente as crenças e convicções individuais desses brasileiros e portugueses, uma vez que acredita que:

O medo do outro é parte da natureza humana. Nunca alimentei ilusões em relação a isso. O problema é a exploração política de tais medos e rancores. Quando dirigentes políticos diminuem ou ignoram incidentes racistas estão a legitimá-los. É contra essa legitimação do mal que temos de lutar. (grifos nossos)¹²⁰

Ou seja, o cronista parece naturalizar o medo do *Outro*, uma dicotomia criada a partir de um pensamento etnocêntrico que julga o diverso baseado em si próprio, e não percebe e evidencia para seus leitores como isso é uma construção histórico-social de séculos, que inclusive alicerça nosso país, fruto de um sistema colonial escravocrata, que fincou uma estrutura hierárquica, normalizando assimetrias e preconceitos. Seu argumento de que o problema central é o uso político de tais medos, pelas mãos dos dirigentes de uma nação, causa, assim, dois efeitos. O primeiro é ficar centrado numa ação imediata de um determinado poder político vigente sem considerar as raízes ideológicas por detrás de certas medidas que vão na contramão da democracia brasileira. Embora não devamos relegar todas as questões ao passado e eximir fatores presente, é fato que “desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República, temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por políticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência”¹²¹. Como aponta Lilia Schwarcz, acerca do sistema político brasileiro, “não existe uma continuidade mecânica entre nosso passado e o presente, mas a raiz autoritária de nossa política corre o perigo de prolongar-se, a despeito de novos estilos de governabilidade”¹²².

A segunda consequência desse ponto de vista de Agualusa refere-se justamente a sua tendência de polarizar a classe política nacional e a sociedade civil brasileira. A luta proposta pelo cronista é contra a legitimação do mal, uma vez que os dirigentes do nosso país teoricamente utilizariam o medo como ferramenta política contra seu próprio povo, colocando cidadãos uns contra os outros, gerando fragmentações na unidade nacional, possivelmente

¹¹⁸ AGUALUSA, José Eduardo. Um dia virão para nos comer. *O Globo*, Segundo Caderno, 04/08/2018.

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 24.

¹²² *Ibid.*, p.63

reverberando numa guerra interna. Todavia, como Marilena Chauí aponta, o signo de uma nação una é sobreposta por um manto que recobre as divisões reais que a constituem. Ao fazer isso, “temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado [e nesse movimento] tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político”¹²³. Chauí afirma que há em nosso país um mito poderoso, o da não violência brasileira, que corrobora com uma autoimagem, disseminada globalmente, de um povo festivo, solidário e tolerante e que esse mito substitui a realidade existente pela crença numa sociedade paradisíaca¹²⁴. Para esconder o impacto da violência real, criam-se mecanismos que ditam que quem atenta contra a democracia brasileira não faz realmente parte da nação, que prega que, em essência, os brasileiros são amigáveis e, portanto, a violência é acidental e excepcional, que atribui a violência vivenciada num período como uma “epidemia”, tratando-a como um processo isolado da história do Brasil. Assim, “a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico da superfície”¹²⁵.

Presente em outras crônicas, esses mecanismos aparecem novamente na escrita de Agualusa, em “O Brasil enfrenta o anti-Brasil”, poucos dias antes do primeiro turno da eleição presidencial de 2018. O próprio título do texto indica uma certa polarização feita pelo cronista do que é e o que não é autenticamente brasileiro. Nele, Agualusa argumenta que o crescimento da extrema-direita nacional é como escolher o anti-Brasil para representar nosso país, pois o pensamento reacionário nega nossa característica original da nação, ou seja, a “voracidade com que assimila o outro, isso a que chamamos mestiçagem”¹²⁶, enquanto pratica uma cultura de exclusão. Citando sua própria experiência quando morou no país, entre Olinda e Rio de Janeiro, Agualusa aponta o acolhimento como traço inerente do nosso país, alegando que “nunca me senti ostracizado. Nunca me senti estrangeiro. Nunca me senti colocado à margem. Pelo contrário, tinha de lutar todos os dias contra a tentação de me esquecer de mim, me refundando brasileiro”¹²⁷. Diferente de suas experiências em países europeus, onde ele diz que a ascendência dita o tratamento empregado ao sujeito, Agualusa entende que “essa capacidade de transformar um japonês, um alemão, um angolano em brasileiro – num brasileiro inteiro, sem arestas – é que me parece verdadeiramente singular. E é este Brasil que está sob ameaça:

¹²³ CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 90.

¹²⁴ CHAUI, M. *Democracia e sociedade autoritária. Comunicação & Informação*, v.15, n.2, 2012.

¹²⁵ *Ibid.*, p.158.

¹²⁶ AGUALUSA, José Eduardo. O Brasil enfrenta o anti-Brasil. *O Globo*, Segundo Caderno, 29/09/2018.

¹²⁷ *Ibidem*.

o Brasil”¹²⁸. Nessa perspectiva, o movimento reacionário em ascensão tal qual uma doença autoimune, faz com que a sociedade brasileira não seja capaz de reconhecer a si mesma, começando a autodestruir seus pilares fundamentais. E ainda que nessa crônica Agualusa diga duvidar que o crescimento desse Anti-Brasil seja responsabilidade única da classe política que dissemina discursos de ódio, já que “provavelmente esses políticos apenas dão corpo a uma insanidade latente, que terminaria se manifestando, mais cedo ou mais tarde”¹²⁹, ele afirma que, para combater esse Anti-Brasil, é preciso primeiro determinar de onde vem esse ultraconservadorismo. Sobre isso ele aponta por fim: “Sinto muito, não tenho respostas”¹³⁰.

Há, portanto, no escritor, uma certa recusa em reconhecer traços autoritários e intolerantes na sociedade brasileira como um todo, entendendo esses aspectos como exceções que despontam em momentos de conturbação social, tal como o processo de recrudescimento econômico e político desde 2013. Na crônica anterior, analisada aqui, isso é demonstrando pelo suposto acolhimento da cultura brasileira com as outras nacionalidades. Um discurso que prega uma identidade nacional hospitaleira a todos os forasteiros, mas que não olha para um Brasil que diferenciou o acolhimento dado entre imigrantes brancos, vindos da Europa, após o declínio da escravidão negra no Brasil com o intuito de embranquecer nossa sociedade. Ou ainda que não se lembra dos estrangeiros de outras nacionalidades que não foram o alvo da propaganda imigrantista brasileira ou mesmo aos próprios trabalhadores nacionais recém libertados da escravidão. Faustino e Oliveira, ao analisarem o conceito de xeno-racismo no território brasileiro alegam que a relação oficial do nosso país com imigrantes de origem europeia foi de *filia* e não *fobia*, enquanto esta foi “direcionada aos alienígenas nativos, considerados ameaçadores da ordem estabelecida desde a escravidão até os dias atuais”¹³¹. Embora o número de imigrantes de outras regiões do mundo, inclusive de países latino-americanos, tenha crescido nos últimos anos no nosso país, combinando a migração Norte-Sul com uma crescente onda Sul-Sul, o que os autores constatarem acerca do Brasil é uma “distribuição desigual e seletiva do tratamento dispensado aos diferentes grupos de migrantes, a depender de sua origem geográfica e, sobretudo, classificação (hétero-atribuída) dos imigrantes nas hierarquias raciais nativas”¹³².

Não é preciso sequer ir além das fronteiras nacionais para nos depararmos com a discrepância de abordagem dirigida aos sujeitos, baseada numa ótica racializada. Se pensarmos

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ FAUSTINO, Deivison Mendes de; OLIVEIRA, Leila Maria de. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematicando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. *REMHU*, v.29, n.63, 2021, p.200.

¹³² *Ibid.*, p.202.

na questão da cidadania brasileira, discussão feita por José Murilo de Carvalho, não são todos os brasileiros natos e naturalizados que são cidadãos plenos, pois, na concepção do historiador, estes são titulares de direitos civis, políticos e sociais concomitantemente, enquanto a posse de alguns desses direitos faria um cidadão incompleto e os que não se beneficiassem de nenhum deles seriam não-cidadãos¹³³. Baseado na perspectiva de Carvalho, o cientista social Giroto Neto alega que no Brasil temos nossos próprios “imigrantes”, formados pelos africanos escravizados e os indígenas tidos como estrangeiros em seu próprio território, cujos descendentes foram por séculos alijados de seus direitos¹³⁴. Esses *imigrantes da cidadania* compõem vastas parcelas da população brasileira contra quem as elites se unem nos momentos de regressão democrática, mas que são rotineiramente marginalizados pelo Estado e pela sociedade, tratamento degradante não restrito a períodos de ‘refluxos civilizatórios’. Tal conjuntura provoca uma luta constante para tentar garantir e manter os direitos conquistados até então, uma forma de alcançar uma cidadania plena que é prevista constitucionalmente, mas não foi concretizada. Essa realidade brasileira faz com que crônicas de Agualusa, tais como a intitulada “Escalando pela cidadania”, na qual o cronista repudia o esforço hercúleo exigido de imigrantes africanos para a concessão de cidadania europeia¹³⁵, pareçam controvertidas. Isso porque podemos indagar: como preterir a situação de milhões de brasileiros que tem suas reivindicações soterradas sob um discurso de homogeneidade do qual deriva a ideia de não-conflito, para projetar uma imagem receptiva de Brasil em sua coluna d’*O Globo*?

Essa disposição de Agualusa se mantém até suas últimas crônicas de 2018. Um dia antes do segundo turno da eleição presidencial, o cronista começa sua coluna afirmando que “o mundo ama o Brasil. Isto parece-me algo extraordinário, pois o mundo não ama o mundo. As nações odeiam-se umas às outras”. “Desde o início dos tempos”, “o Brasil, contudo, sempre foi uma alegre exceção”¹³⁶. Todavia, ele via essa situação brasileira prestes a mudar, uma vez que o Brasil, a depender dos resultados das urnas, se tornaria um país normal ou mesmo odiável, pois passaria dos limites da redenção, que ainda continha mesmo com a violência crescente, expressando para o restante do um outro rosto, nada amigável. A vitória de Bolsonaro, prevista pelas pesquisas eleitorais, iria, segundo ele, “contra tudo aquilo” de que o Brasil podia “se orgulhar”: “sua multiétnicidade, sua tradição e suas práticas de acolhida, seu liberalismo verdadeiro e a coabitação, em suas cidades imensas e belas, de múltiplas crenças”¹³⁷. Para o

¹³³ CARVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹³⁴ GIROTO NETO, 2020, p.66.

¹³⁵ AGUALUSA, José Eduardo. Escalando pela cidadania. *O Globo*, Segundo Caderno, 02/06/2018.

¹³⁶ AGUALUSA, José Eduardo. O novo rosto do Brasil no mundo. *O Globo*, Segundo Caderno, 27/10/2018

¹³⁷ *Ibidem*.

angolano, o maior perigo do resultado dessa eleição seria justamente a forma como Brasil seria encarado a partir dali, com um líder político defensor de posturas reacionárias, sem qualquer trato visível para a diplomacia. Isso porque o cronista acreditava que era comum, embora errôneo, “avaliar um país através dos dirigentes que o seu povo escolhe”. Para ele, não fazia sentido “o mesmo país que elegeu Obama”, elegeu Trump. Isso não significava, contudo, que os americanos degeneraram”, embora todos nós tenhamos a tendência de “tomar a parte pelo todo”¹³⁸. Quanto a isso ele conclui, usando sua própria história:

Falo por mim. Apaixonei-me pelo Brasil porque aos 12 anos ouvi Chico Buarque cantando os versos de João Cabral de Melo Neto. Se tivesse conhecido o Brasil unicamente através da obra (vamos chamar-lhe assim) de Alexandre Frota, ou da filosofia política (vamos chamar-lhe assim) de Jair Bolsonaro, teria hoje uma opinião muito diferente sobre os brasileiros. Amanhã, com o resultado das eleições, ficaremos sabendo se a imagem do Brasil no mundo irá sofrer ou não danos irreparáveis.¹³⁹

Em umas das últimas crônicas de 2018, Agualusa reitera sua crítica ao ultraconservadorismo explícito de Bolsonaro, mas o trata como um desvio da norma social brasileira, argumentando que o fato desse candidato potencialmente ser eleito não significava que seu comportamento espelhava o povo desta nação. Ainda que, é claro, os resultados de uma eleição direta não necessariamente contemplem as posições de todos os cidadãos, é indiscutível que uma grande parcela da sociedade estava inclinada a votar nesse político reacionário de acordo com pesquisas feitas nas vésperas do segundo turno, vitória que foi consagrada com o apuramento dos votos dias depois. Por mais que Agualusa tenha sido incisivo nessa separação política *versus* sociedade, não há como desconsiderar que a escalada de um presidente da extrema-direita tenha correlação com a aceitação de ao menos parte de seu eleitorado aos seus discursos autoritários. Não se pode excluir do rol de pessoas que votaram em Bolsonaro aqueles que, descontentes com os governos precedentes, viram nesse político, tratado com uma via *anti-establishment*, uma mudança necessária para o Brasil. Todavia, uma parcela desse eleitorado brasileiro se reconheceu na violência empregada pelo candidato, pois compartilhava pontos de vistas, crenças e costumes similares. Considerando o desfecho da eleição de 2018, como dizer que ele não corresponde a uma das faces da sociedade brasileira?

Mais do que isso, qual a motivação de Agualusa em reiterar incessantemente uma imagem cordial de Brasil na sua escrita? É inegável que essa interpretação do nosso país vem sendo construída no jornal carioca em um período de recrudescimento sociopolítico, na qual o autor coloca-se contrário a medidas e falas que vão na contramão das bases democráticas. Agualusa inclusive defende, na semana seguinte ao fim das eleições, a necessidade de uma

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*.

sociedade corajosa, porque somente ela será capaz se assegurar a sobrevivência da dignidade do povo frente um governo autoritário¹⁴⁰. O cronista aponta que o que restava para a sociedade civil era fazer poesia, uma vez que “ditadores e tiranófilos [odiavam] poesia”. “Ou melhor: que [receavam] a poesia, tanto quanto o sonho ou humor”. “Porque a poesia, como o sonho ou o humor, é transgressora, irreverente e indomável”, concluía o escritor¹⁴¹. Todavia, essa suposição e reafirmação da coragem e amabilidade brasileira seriam apenas ferramentas no combate aos reacionarismo ascendente, representado pela candidatura de Bolsonaro, quando elas mesmas escondiam as mazelas de uma sociedade violenta? De acordo com pesquisadores que analisaram os romances agualusianos, a coluna em *O Globo* não foi o primeiro espaço utilizado pelo escritor angolano para expressar uma face positiva do nosso país. Alex Santana França investigou obras literárias de Agualusa e constatou que este, simultaneamente, reforçou imagens de Brasil que se tornaram hegemônicas pelo interesse de grupos dominantes enquanto tentou lançar outros olhares para essa questão. Agualusa não buscou esconder que o Brasil era um país de reconhecida discrepância social, o que certamente ajudou desfazer alguns traços do mito do Brasil-paraíso¹⁴². Todavia, ele continuou olhando para nosso país através de lentes otimistas. Elemento que França entende como um escolha consciente do autor: “[...] a representação da identidade brasileira como mestiça, festeira e cordial no discurso do escritor José Eduardo Agualusa nada mais é que um recorte parcial da sociedade e história brasileiras. Nem inteiramente falsa, nem completamente fiel. Acima de tudo relativa e contextual”¹⁴³.

Desse modo, o emprego da imagem positiva de Brasil por Agualusa precede o momento histórico brasileiro de 2015, quando ele se torna colunista no jornal carioca, uma vez que o autor já incorporava esse rosto amistoso do nosso país dentro de seus romances, nos quais constrói personagens e narrativas que permeiam o universo lusófono, imersos num processo de mestiçagem cultural. Aglutinador de culturas diversas, nosso país se tornou aos olhos de Agualusa uma das melhores consequências dos contatos de séculos entre os territórios de língua portuguesa, retratado através de sua escrita como um exemplo próspero da capacidade de assimilar o outrem pela mestiçagem lusófona e resultar em um país amado por todo o mundo. Uma imagem que na década de 2010 sofreu um golpe com a expansão do pensamento ultraconservador que começa, lentamente, a esfacelar o rosto amigável que o Brasil tinha para o restante do globo. Descoberto o véu da homogeneidade nacional, através de falas e projetos

¹⁴⁰ AGUALUSA, José Eduardo. A noite dos jardineiros. *O Globo*, Segundo Caderno, 03/11/2018.

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² FRANÇA, Alex Santana. *Que país é este? Um olhar sobre o Brasil em José Eduardo Agualusa*. 2012. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura). Salvador: Universidade Federal da Bahia

¹⁴³ *Ibid.*, p.113.

reacionários que detratavam tudo aquilo que ia de encontro aos interesses dos grupos conservadores, ficaram expostas as fraturas da sociedade brasileira. Divisões e desigualdades resultantes de um passado excludente, patriarcal e escravocrata, cujos efeitos do colonialismo português não foram eliminados com o decorrer dos séculos, mesmo com a imposição do discurso da mestiçagem cultural como mecanismo de unificação da nação brasileira.

Em meio a um projeto de construção do mundo lusófono, que é inclusive anunciado dentro das páginas de *O Globo*, o processo histórico brasileiro daquela década põe em xeque os pilares da lusofonia propagada por Agualusa, pois a ascensão reacionária demonstrou a fragilidade da fala proposta por Agualusa em “Dois olhares sobre o Brasil”: que o nosso país teria se conseguido se afirmar no mundo sem violência graças a força de sua cultura mestiça. O Brasil, a despeito de sua sociedade mestiça, não conseguiu combater as marcas do colonialismo, não conseguiu equiparar as diferenças legadas do passado e a partir de 2015 começou a revelar essa face para o mundo, acidentalmente questionando o sonho de Agualusa de uma lusofonia que superasse integralmente os nexos coloniais entre territórios de língua portuguesa. Logo, faz sentido a postura de Agualusa em sacramentar um rosto brasileiro positivo, apesar do momento ultraconservador vivenciado no país, tratando-o como uma excepcionalidade que não engloba o caráter nacional, como forma de evitar o desmantelamento do objetivo da lusofonia horizontal de Agualusa, desenvolvida por décadas pelo autor. Nesse sentido, o autor proclama um horizonte esperançoso: “[...] sugiro que entremos em 2019 com o espírito de quem arrisca uma viagem na montanha-russa: sim, vai ser agitado, mas sobreviveremos”¹⁴⁴. Como esse novo ano responde a Agualusa e aos brasileiros, a resposta fica para um novo trabalho.

¹⁴⁴ AGUALUSA, José Eduardo. Apertem os cintos. *O Globo*, Segundo Caderno, 29/12/2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nascido em Angola, com ascendência portuguesa e brasileira, sendo viajante incessante entre os territórios de língua portuguesa, a trajetória pessoal de Agualusa reflete os contatos lusófonos que são tão prezados por ele em sua escrita literária e jornalística. Sua defesa pela constituição de uma lusofonia horizontal, sem quaisquer resquícios hegemônicos deixados pelo legado colonial, é notória em seus romances e em seus textos publicados em jornais portugueses e angolanos. Essa característica do autor não se perdeu quando ele se tornou colunista de *O Globo*. Isso porque, através de suas crônicas, o literato escreveu pela primeira vez para um periódico brasileiro acerca dessa comunidade transatlântica e transcultural, que, para Agualusa, estava em plena construção em meados de 2015. Necessitando somente de um maior interesse e integração do Brasil na causa, cuja sociedade possuía em seu cerne a marca indelével das trocas culturais lusófonas, através da mestiçagem, essa comunidade lusófona se torna um dos vértices a partir do qual o autor escreve para o jornal carioca. Dado este sonho lusófono do escritor, o trabalho buscou refletir como uma perspectiva positiva acerca desse trânsito de pessoas e mescla de culturas através do Atlântico reverberou em um país como o Brasil que, ao longo de séculos, não conseguiu extinguir as desigualdades causadas por um sistema senhorial escravista, sobretudo as hierarquizações raciais, mas que, ao contrário, tentou camuflá-las através do mito da democracia racial.

Durante os quatro anos que compõem o recorte temporal desta monografia, as crônicas de Agualusa não questionaram em momento algum um possível pendor lusocêntrico que irrompe da noção da lusofonia, como o uso político da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) por Portugal. Ao invés disso, elogiou a forma com que a nação portuguesa voltou para suas “raízes africanas”, afirmando inclusive que Portugal fora colonizado pela África antes mesmo do continente africano ter sido colonizado pela Coroa portuguesa. Agualusa também não pôs em questão a pauta da mestiçagem, não percebendo ou criticando seu emprego na sociedade brasileira como um discurso homogeneizante, que buscou encobrir as assimetrias sociais e raciais. Ao reiterar que a capacidade de assimilação, que ele acredita ser traço inerente das sociedades africanas e brasileira, é a melhor forma de integrar indivíduos e grupos distintos, Agualusa defende categoricamente a existência de uma cultura compartilhada transatlântica que, segundo ele, tornou mestiços os territórios e povos de língua portuguesa. Dada essa criouldade, processo que ele equipara à mestiçagem, Agualusa considera ilegítima qualquer forma de categorização racial, inclusive negando sua própria branquitude, publicando esse posicionamento em um país marcado historicamente por tensões raciais, dissimuladas e desestimuladas pelas elites nacional. O desabono do cronista ao conceito de raça atingiu

milhares de leitores em um Brasil que, em meados de 2015, vivia debates acerca da validade da instauração de cotas raciais na educação pública, movimento ao qual *O Globo* foi expressamente desfavorável.

Além disso, sua concordância com algumas ideias tradicionais relativa à mestiçagem influenciou sua percepção acerca da identidade brasileira, repercutindo em seus textos, que viam a sociedade brasileira ser amada pelo mundo graças à sua alegria e pela sua suposta habilidade de acolher diferenças. Tal olhar sobre o Brasil não foi desintegrado nem mesmo pela ascensão ultraconservadora daquela década, pois o cronista retratou a violência, a intolerância e o autoritarismo crescentes na sociedade brasileira não como problemas arraigados no país, mas como exceções, cultivados por uma minoria antidemocrática potencializados por uma crise causada pela corrupção da classe política nacional. Ratificando a narrativa de não-violência do Brasil, Agualusa colocou figuras como Bolsonaro, eleito presidente em 2018, como falso representante do povo brasileiro, negando um lado reacionário de uma sociedade que constantemente ameaça ou invalida demandas e direitos sociais. Assim, apesar de colocar-se explicitamente em prol da democracia brasileira, Agualusa não descartou em suas crônicas ideias que foram construídas pela mídia tradicional brasileira, incluindo o jornal *O Globo*, como o destaque à polarização política brasileira, a generalização de que a classe política é corrupta ou a crença de que as instituições existentes até então no Brasil faliram. Como vimos anteriormente, todos esses argumentos presentes no discurso de *O Globo* ajudaram a insuflar a extrema-direita a partir da busca de um *outsider* político e também puderam, direta ou indiretamente, ser encontrados na coluna de Agualusa. Tal fato indica como o olhar deste autor estrangeiro sobre o Brasil estava, em diversos momentos, conformado pela forma com que a grande mídia articulava a política nacional daquele período.

Nesse diálogo entre pontos de vistas do escritor angolano com o Grupo Globo, outras similaridades também puderam ser notadas. De acordo com Rachel Pereira Mello, o discurso de opinião desse jornal carioca enuncia desde sua criação algumas percepções de Brasil: território de um povo tolerante e unido, sem dar espaço em suas páginas para quaisquer divisões sociais, especialmente conflitos raciais¹. Posicionamentos semelhantes aos encontrados nas crônicas de Agualusa analisadas nesta monografia, discursos os quais Mello conclui que forçam o silenciamento de vozes negras através da exclusão desses debates, tornando possível “a naturalização das diferenças e das origens de abuso e violência nas relações com esse Outro, a

¹ MELLO, Rachel Pereira de. *O Mesmo e O Outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal O Globo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Brasília: Universidade de Brasília.

quem é negada a voz de afirmação de sua subjetividade”². A autora reitera que esse discurso de opinião do jornal sobre as relações raciais renova o mito fundador do Brasil: “o país jardim, cordial e sem convulsões ou conflitos”. Assim, essas posturas encontradas tantos em editoriais de *O Globo* quando nas crônicas agualusianas teriam o efeito de “reafirmar as ideias de identidade e do caráter nacionais, a ideologia, portanto, da nação homogênea [...]”³.

Dessa forma, um dos poucos afastamentos notados entre as perspectivas de Agualusa e da gestão do periódico é justamente em relação à pauta da lusofonia. Enquanto o autor angolano centraliza essa temática na escrita de seus romances e crônicas, *O Globo* concedeu uma visibilidade mínima ao tema até a contratação de Agualusa. Como comentado no segundo capítulo, em mais de vinte anos, desde a criação da CPLP nos anos 1990 até meados de 2015, os poucos registros deste jornal negaram a correlação entre o Brasil e a proposta da lusofonia, indo na contramão das ideias de Agualusa, que reforçou desde sua primeira crônica as ligações linguísticas e culturais entre nosso país e o restante da comunidade lusófona. Essa atuação de *O Globo* como agente desagregador da lusofonia por décadas, como propôs Antunes e Góes⁴, torna interessante as possíveis motivações do jornal que levaram à contratação de Agualusa, um reconhecido defensor da lusofonia e de seus vínculos culturais, como colunista do Segundo Caderno. O recrutamento de Agualusa em *O Globo* foi explicado por Maurício Meirelles, que anunciou em sua matéria que o escritor angolano seria responsável por construir elos entre Angola e Brasil⁵. Essa justificativa, aliada ao fato de que o periódico carioca, como visto no primeiro capítulo, subalternizava elementos culturais em sua programação, centralizando processos econômicos e políticos, parece um tanto inusitada considerando a trajetória de Agualusa e o desinteresse prévio do jornal em elos entre Brasil e o mundo lusófono.

Apesar desses aparentes desencontros, as percepções políticas e sociais do angolano e do Grupo Globo foram análogas em várias situações analisadas nessa monografia e os distanciamentos não foram suficientes para tornar os discursos antagônicos em um quadro geral. Mesmo a posição do cronista referente a política nacional, sendo um crítico costumaz de Bolsonaro e do ultraconservadorismo ascendente, incidiu em ideais propagados pelo jornal na busca de uma terceira via política, sobretudo em suas falas sobre a corrupção generalizada da classe política brasileira. Sobre isso, é curioso a forma com que, em várias crônicas, Agualusa comparou a conjuntura vivenciada no Brasil com o contexto político angolano, acentuando a

² *Ibid.*, p.158.

³ *Ibid.*, p. 154.

⁴ ANTUNES, Elton; GÓES, José C. Os 20 anos da comunidade dos países de língua portuguesa na imprensa brasileira: discutindo as condições para uma *communitas* possível. *Médias & Jornalismo*, n.29, v.16, 2016.

⁵ MEIRELES, Mauricio. Novos colunistas promovem a conexão entre Angola e Brasil. *O Globo*, 22/02/2015.

corrupção governamental entre os dois países, de certa forma cumprindo a agenda que lhe foi direcionada na sua admissão como colunista. É interessante, contudo, como a via escolhida por Agualusa para promover conexões entre os países atravessa os campos políticos de Angola e Brasil em um momento em que o governo de Dilma Rousseff vinha sendo alvo de acusações pela mídia tradicional, incluindo *O Globo*, pela seu pretense envolvimento no caso Odebrecht.

Segundo investigações da Lava-Jato, esta empreiteira brasileira teria financiado a campanha de reeleição da presidente Rousseff em 2014, pagando propinas ao governo petista desde os anos 2000 em troca de benefícios na participação de vários projetos públicos multinacionais, inclusive em obras localizadas em Angola⁶. Além disso, no Estado africano, a Odebrecht teria, de acordo com Mathias Alencastro, oferecido apoio financeiro à recandidatura do presidente José Eduardo dos Santos⁷, amplamente divulgado por Agualusa como um governante autoritário de Angola. A suposta vinculação entre o governos brasileiro e a Odebrecht, tendo uma participação secundária de Angola, foi divulgada por *O Globo* em junho de 2015⁸, poucos meses depois da contratação de Agualusa que, em suas crônicas, denunciou a corrupção e violência institucional angolana, mesmo nunca tendo falado do caso Odebrecht. Dificilmente essa associação indireta entre os dois países, tendo a empreiteira como mediadora desde antes da década de 2010, passou impune pelo *O Globo* quando recrutou Agualusa como colunista em 2015. Contudo, essa é uma suposição a ser futuramente explorada.

⁶ CASO Lava Jato: Conheça a Linha do Tempo. *Ministério Público Federal*. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>. Acesso: 05/11/2023.

⁷ ALENCASTRO, Mathias. A Odebrecht e a formação do Estado angolano (1984-2015). *Novos Estud.*, 2020.

⁸ CARVALHO, Cleide *et al.* Propinoduto desvendado: documentos ligam Odebrecht a pagamentos feitos a dirigentes da Petrobras na Suíça. *O Globo*, País, 25/07/2015.

REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Fluxos culturais assimétricos e reflexões comunitárias. In: PINTO, A. J. A.; ABDALA JÚNIOR, B.; SILVA, A. R. (org.). *Esse entre-lugar da literatura: concepção estética e fronteiras*. São Paulo: Arte e Ciência, 2013.

_____. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

ALENCASTRO, Mathias. A Odebrecht e a formação do Estado angolano (1984-2015). *Novos Estud.*, 2020.

ALMEIDA, Silvio L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALVES, Mércia K. F.; LINS, Aquiles C. A candidatura de Lula em 2018 nas páginas da grande imprensa: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. *Brazilian Journal of Policy and Development*, v.3, n.1, 2021.

ANTUNES, Elton; GÓES, José C. Os 20 anos da comunidade dos países de língua portuguesa na imprensa brasileira: discutindo as condições para uma *communitas* possível. *Médias & Jornalismo*, n.29, v.16, 2016.

_____. A invisibilização identitária da África lusófona na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*. *Revista Observatório*, v.1, n.1, 2015.

ANTUNES, Luísa M. Se a lusofonia é um sonho, quem é o sonhador? De uma poética da lusofonia e de uma lusofonia poética. In: MARTINS, Moisés de L. (org.). *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*. Edições Húmus, 2015.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. O fim da Nova República. *Jornal GGN*, 15/05/2016.

AZEVEDO, Fernando. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *Opinião Pública*, v.24, 2018.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

BONACORCI, Ricardo. Análise Literária: José Eduardo Agualusa. *Bonas Histórias*, 2020.

BRAGA, Pablo de R. S. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.128, 2017, p.98-99.

CALDAS, Julia Klein; GIERING, Maria Eduarda. Impeachment de Dilma Rousseff: estratégias argumentativas em editoriais do jornal *O Globo*. *Linha D'Água*, São Paulo, v.34, n.01, 2021.

CAMPOS, Luiz A. de S. C. *Enquadrando a esfera pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

CAMPOS, Luis A.; JÚNIOR, João F; DAFLON, Verônica T. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, 2013.

CANDIDO, Antonio. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CAPELATO, Maria H; PRADO, Maria L. *O bravo matutino: Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARNEIRO, Sueli. Ideologia tortuosa. In: ASHOKA Empreendedores Sociais (org.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003.

CARVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil: aparelho de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)*. 2016. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

CASTELO, Cláudia. *“O Modo Português de Estar no Mundo”*: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto, Edições Afrontamento, 1999.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de S.; PEREIRA, Leonardo A. de M. Apresentação. In: _____. *História em Causas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

CHAUÍ, M. Democracia e sociedade autoritária. *Comunicação & Informação*, v.15, n.2, 2012.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fund Perseu Abramo, 2000

CUNHA, Maria C. P. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2001.

DALMOLIN, Aline R; FRIGO, Diosana. Tensionamento entre liberdade de expressão e discurso de ódio: Jair Bolsonaro e o impeachment de Dilma Rousseff. *Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*, 2017.

FAUSTINO, Deivison Mendes de; OLIVEIRA, Leila Maria de. Xenoracismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. *REMHU*, v.29, n.63, 2021.

FERES JÚNIOR.. [et al.]. *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2ªed., 2007.

FERNANDINO, Gabriel C. Na ponta da língua: o que é lusofonia? *O Tempo*, 24/09/2020.

FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*, 155, 2006.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana*, v.1, n.1, 2009.

FRANÇA, Alex S. *Que país é este? Um olhar sobre o Brasil em José Eduardo Agualusa*. 2012. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura). Salvador: Universidade Federal da Bahia.

FREIXO, Adriano de. Ecos do luso-tropicalismo: a presença do pensamento de Gilberto Freyre no discurso da lusofonia. *Textos & Debates*, n.27, v.2, 2015.

_____. “*Minha Pátria é a Língua Portuguesa*”: A Construção da Idéia da Lusofonia em Portugal. 2007. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 5ª edição revisada, 2006.

GADINI, Sérgio L. Grandes estruturas editoriais dos cadernos culturais: principais características do jornalismo cultural nos diários brasileiros. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, VIII, n. 3, 2006.

GARCIA, Luis Eduardo V. *A crônica contemporânea brasileira e seus novos espaços*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Araraquara: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

GIANETTI, Eduardo. *Trópicos Utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GIROTTO NETO, Angelo. *A onda conservadora e as eleições de 2018 no Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

GÓES, José C. *O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

GOLIN, Cida. Jornalismo cultural: reflexão e prática. In: Adriana Azzolino et al. (org.) *Sete propostas para o jornalismo cultural: reflexões e experiências*. São Paulo: Miró Editorial, 2009.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 27ª ed., 2014.

JÁCOME, Phellipy P. *O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

JÁCOME, Phellipy; VIEIRA, Ítala M. O lado B do Jornalismo: como os cadernos culturais entram na história. *Contracampo*, v.37, n.3, 2018.

JÚNIOR, João F; DAFLON, Verônica T. A nata e as cotas raciais: genealogia de um argumento público. *Opinião Pública*, v.21, n.2, 2015.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LEIBÃO, Matheus de C. *O Globo e as cotas raciais: debates e narrativas*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

LEVÉCOT, Agnès. Nação Crioula, de José Eduardo Agualusa: romance epistolar e identidade comunitária. *Via Atlântica*, 1(27), 2015.

LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tânia R; MARTINS, Ana L. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: _____. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MARTINARI, Maria C. As palavras aladas de José Eduardo Agualusa. *Via Atlântica*, n.25, 2014.

MARTINS, Moisés de L. A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica*, v.11, n.1, 2018.

_____. Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In: BASTOS, Neusa B. (org.). *Língua Portuguesa e lusofonia*. São Paulo: EDUC, 2014.

_____. A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In: _____. MARTINS, Moisés de L; SOUSA, Helena; CABECINHAS, Rosa (ed.). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Campo das Letras, 2006.

_____. Lusofonia e Luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*, 2004.

MATTOS, Hebe M. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MCNEE, M. K. José Eduardo Agualusa, and Other Possible *Lusofonias*. *Luso-Brazilian Review*, 2012.

MELLO, Rachel P. de. *O Mesmo e O Outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal O Globo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Brasília: Universidade de Brasília.

MIRANDA, Camila B. M. *As representações do Golpe e da ditadura militar brasileira nos editoriais do jornal O Globo (1964-1985)*. 2015. Monografia (Graduação em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

MOISÉS, Maussad. *A criação literária: Prosa II*. São Paulo: Cultrix, 19ª ed., 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

NORONHA, Jovita M. G; CARRIZO, Silvina L. Crioulidade e mestiçagem: os conceitos e suas interfaces. *Revista Brasileira do Caribe*, v. IX, n.17, 2008.

NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição*. Ubu Ed., 2022.

OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. O medo dos brancos em falar da branquitude. *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 193, 2023.

OLIVEIRA, Márcia R. A. R. Jornal Popular x Jornal Tradicional: análise léxico-gramatical da notícia a partir da Linguística de Corpus, um estudo de casos dos jornais cariocas “O Globo” e “O Dia”. *Veredas online*, 2008.

PINTO, João A. da C. *Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974)*. *História (São Paulo)* 28.1, 2009.

PRICE, Richard. O milagre da criouliização: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, n.3, 2003.

RAMALHO, Ítalo de M. *Os editoriais e a eleição presidencial de 2018 no Brasil*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.

RESENDE, Beatriz. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª ed., 2001.

RIBEIRO, Ana P. G. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: FERREIRA, Tânia M. B. do C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia M. B. P. (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

RIBEIRO, António P. Para acabar de vez com a lusofonia. *Lusotopie*, XVII (2), 2018.

RODRIGUES, W. O homem cordial brasileiro como produto turístico. *Cad. Virtual de Turismo*, v.6, n.2, 2006.

SÁ, Jorge de. *A Crônica*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1985.

SANTOS, Ana Lúcia. Des-fazendo raça: a auto-definição racial em Rachel Dolezal. *Estud. Sociol.*, Araraquara, v.21, n.41, pp.303-320, 2016.

SCARTEZINI, Natalia. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. *Cadernos de Campo*, Marília, v.20, 2016.

SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Sávio. O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, 47(2), 2008.

SCHMIDT, Simone P. Navegando no Atlântico Pardo ou a lusofonia reinventada. *Crítica Cultura*, 2006.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano? *Advérbio (FAG)*, v.5, 2007.

SCHNEIDER, Sabrina. José Eduardo Agualusa, repórter: na rota das especiais como exemplo de jornalismo literário. *Uniletras*, v.35, n.1, 2013.

SCHWARCZ, Lilia M. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em *Novo Mundo Nos Trópicos*. *Revista PHILIA*, v.3, n.1, 2021.

_____. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. Claro Enigma, 1ª ed., 2013.

_____. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2ªed., 2007.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Eunice C. do N. C. Discursos Pós-Coloniais sobre a Lusofonia: Comparando Agualusa e Saramago. *Cronos*, v.8, n.1, 2007.

SIDRIM, Rejane J. *O passado presente no romance de Agualusa: história e literatura nos limites da ficção*. 2019. Dissertação (Pós-Graduação em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

SOUZA, J. M. A. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Recife: Ed. UFPE, 2020.

TAVARES JÚNIOR, Mauro de O. *Política, crise e suicídio: o governo Vargas nas páginas de O Globo entre agosto de 1953 e agosto de 1954*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

TOLEDO, Júlia N. *A civilização lusotropical de Gilberto Freyre: uma síntese cultural lusófona*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TONELLI, Regina de O. *A desfronterização do gênero crônica na comunicação contemporânea*. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TUZINO, Yolanda M. M. Crônica: uma intersecção entre o Jornalismo e Literatura. *BOCC, Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 2009.

VALENTINI, André A. *Os levantes armados de 1935 na visão de O Globo, como prática de uma campanha anticomunista*. Apresentação de Comunicação, 2008.

VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. *Mídia e conservadorismo: O Globo, A Folha de S. Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do bolsonarismo*. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

VIGGIANO, Mário Francisco Ianni. *O golpe midiático no golpe: o discurso de instrumentalização nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Tempo e o impeachment da presidente Dilma Rousseff*. 2019. Tese (Doutorado em Letras). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.